



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 110

IV Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 26 de novembro de 2019

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputado Manuel Pereira e Deputado Jorge Jorge (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Bruno Belo)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a sessão iniciou-se com a análise da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 50/XI – “Plano Regional Anual para 2020”](#) e da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 51/XI – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2020”](#).

Iniciado o debate com a intervenção do Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*), usaram posteriormente da palavra os/as Srs./as Deputados/as António Vasco Viveiros (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Graça Silveira (*Independente*), Paulo Mendes (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), Francisco Coelho (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), Carlos Silva (*PS*), Bruno Belo (*PSD*), José San-Bento (*PS*), José Ávila (*PS*), António Pedroso (*PSD*), Maria Isabel Quinto (*PS*), Marco Costa (*PSD*), Renata Correia Botelho (*PS*), António Lima (*BE*), Jaime Vieira (*PSD*), Jorge Jorge (*PSD*), João Paulo Ávila (*PS*), Sónia

Nicolau (*PS*), Maria João Carreiro (*PSD*), Carlos Ferreira (*PSD*), Tiago Branco (*PS*), César Toste (*PSD*), Luís Garcia (*PSD*), José Contente (*PS*), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*), a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*), o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*) e ainda o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*).

No decorrer do debate, pediu a palavra para um protesto e contraprotesto os Srs. Deputados João Bruto da Costa (*PSD*) e José Ávila (*PS*), respetivamente.

Eram 19 horas e 32 minutos.

Presidente: Bom dia Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Secretários Regionais.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**

Maria Eduarda Silva Moniz **Pimenta**

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Mário José Diniz **Tomé**

Marta Ávila de **Matos**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Renata **Correia Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Catarina Goulart Chamacame Furtado

César Leandro Costa Toste

Elisa Lima Sousa

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Marco José Freitas da Costa

Maria João Soares Carreiro

Mónica Reis Simões Seidi

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira Miguel

Artur Manuel Leal de Lima

Catarina Oliveira Cabeceiras

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Paulo José Maio Sousa Mendes

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Independente

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados. Significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados o nosso período legislativo do mês de novembro reveste-se de grande importância, serão discutidos o Plano e Orçamento para 2020. Estas matérias regem-se pelos artigos 163.º a 165.º do Regimento da nossa Assembleia.

Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes e são os seguintes para o debate na generalidade: o Governo e o Partido Socialista dispõem de 245 minutos, o PSD 160 minutos, o CDS 55 minutos, o Bloco de Esquerda 20 minutos, as representações parlamentares do PCP e do PPM 15 minutos e a deputada Independente 5 minutos.

O debate inicia-se com a intervenção do Sr. Vice-Presidente do Governo a quem dou a palavra.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As propostas de Plano Anual de Investimentos e de Orçamento da Região para 2020 concluem a estrutura de planeamento desta legislatura, uma legislatura onde é consensual que conseguimos incrementar um novo ciclo de desenvolvimento socioeconómico, de criação de mais e melhor emprego e de maior rendimento nos Açores.

Estes documentos, para além de reforçarem a confiança e estabilidade dessa trajetória, procuram dar continuidade ao cumprimento dos compromissos assumidos pelo Governo perante os Açorianos de todas as nossas ilhas.

Nas últimas semanas desenvolvemos um trabalho de auscultação, diálogo e concertação social com todos os parceiros sociais, com o Conselho Económico e Social dos Açores e com os Conselhos de Ilha.

Agora, confiamos à Assembleia Legislativa o exercício de uma das suas competências mais relevantes, ou seja, a de apreciar e decidir sobre os principais instrumentos orçamentais e de planeamento dos Açores para o próximo ano.

Contamos, por isso, com todos os partidos aqui representados, sem qualquer exceção, para que, de forma construtiva e realista, contribuam para aprofundar e aperfeiçoar estes documentos, porque é sempre possível fazer ainda mais e melhor pelos Açores e para melhorar a vida de todos os Açorianos.

Os Açorianos sabem que podem, hoje e como sempre, contar connosco.

Sabemos de onde viemos e para onde queremos ir!

A nossa motivação é o futuro dos Açores e dos Açorianos.

Sabemos de onde viemos: enfrentamos com coragem e determinação uma das maiores crises internacionais, que gerou dificuldades para muitos Açorianos, e, até ao limite das nossas competências e dos nossos recursos, tomamos todas as medidas para minimizar os seus efeitos na Região.

Sabemos onde estamos: encetamos uma recuperação a nível económico e social em toda a linha e empreendemos uma retoma cujos resultados são hoje evidenciados e reconhecidos por todos.

Hoje, os Açorianos dispõem de mais rendimentos, a atividade económica gera mais riqueza e cria cada vez mais e melhor emprego. Mas, essencialmente, os Açorianos sentem que estamos melhor.

- Estamos melhor porque nunca houve nos Açores tantos Açorianos empregados.

- Estamos melhor porque nunca nos Açores se registou tanto investimento privado a ser concretizado.

- Estamos melhor porque nunca nos Açores houve tanto investimento externo e nunca houve tantos investidores externos a acreditar e a investir na nossa Região.
- Estamos melhor porque o rendimento dos Açorianos nunca foi tão elevado.
- Estamos melhor porque nunca a Região produziu tanto e o seu PIB foi tão alto.
- Estamos melhor porque nunca houve tantos apoios disponibilizados a quem investe, a quem cria emprego e, essencialmente, a quem precisa de apoio nos momentos de maior adversidade da sua vida.
- Estamos melhor porque os Açorianos souberam enfrentar as adversidades e, com o seu esforço, empreenderam esta retoma socioeconómica.
- Estamos melhor, essencialmente, pelo mérito, trabalho, competência das Açorianas e dos Açorianos das nove ilhas dos Açores, que conseguiram com o seu esforço estes resultados.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É deles todo o mérito de hoje, para podermos afirmar que estamos melhor.

- E, essencialmente, estamos melhor, porque os Açorianos sentem uma crescente confiança no futuro da nossa Região.

É este o melhor indicador que podemos ter: a confiança crescente no futuro da nossa Região.

Neste quadro, o Plano Anual de Investimentos e o Orçamento para 2020 pretendem dar resposta a novos e grandes desafios que, hoje, se colocam aos Açorianos face à evolução que todos temos vindo a constatar nos últimos anos. É, pois, o momento de fazer a avaliação do caminho percorrido e, essencialmente, dos resultados obtidos.

O Governo definiu como prioridade da atual legislatura a criação de mais emprego, emprego mais estável e mais bem remunerado.

Os resultados estão à vista de todos: hoje a população empregada nos Açores, 116.373 Açorianos empregados, é a mais elevada de sempre, desde que existem estatísticas, há 34 anos.

Nunca houve tantos Açorianos empregados.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Os Açores têm hoje mais 8.442 empregos do que quando iniciamos esta legislatura, há três anos, e foram criados mais 16.509 novos postos de trabalho desde o início da legislatura anterior.

Considerando a escala da nossa economia e da nossa Região, a criação de 16.509 novos empregos dá uma resposta definitiva, objetiva e sem qualquer margem para dúvidas a quem, no passado, questionou a eficácia e os resultados da Agenda Açoriana para a Competitividade Empresarial e Criação de Emprego, ...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: ... com a qual, através da implementação de 62 medidas concretas, empreendemos uma estratégia e concretizamos uma política ativa de apoio à criação de emprego, contribuindo decisivamente para estes resultados.

Segundo os dados revelados recentemente pelo Instituto Nacional de Estatística, só este ano os Açores criaram, em termos líquidos, mais 5.700 novos empregos, que conseguiram absorver os mais 4.600 Açorianos que integraram, este ano, o mercado de trabalho.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: A redução do desemprego jovem foi outra das prioridades cujos resultados estão à vista de todos: conseguimos reduzir no último ano em 31% a taxa de desemprego jovem.

Para além deste aumento muito significativo do emprego, é de assinalar a melhoria da qualidade e da estabilidade do emprego que se regista nos Açores.

O crescimento do emprego é estrutural e transversal a todos os setores de atividade, sendo de destacar o crescimento do emprego no setor primário e, particularmente, no setor secundário (+14%), o que, ao contrário do que podia parecer, demonstra que o setor terciário é aquele que mantém o nível de emprego mais estável.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, também os empregados por conta de outrem com contratos sem termo, ou seja, que já estão nos quadros, aumentaram 7% no último ano, representando já 77% do total do emprego.

Para este crescimento tem contribuído, sem dúvida, não só o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Inspeção Regional do Trabalho (IRT), bem como as medidas de apoio às empresas, disponibilizadas pelo Governo dos Açores, que foram determinantes no aumento exponencial (411%) da celebração de contratos sem termo nesta legislatura, face à anterior.

Mas estes dados significam também que a nossa trajetória consistente de criação de emprego e redução do desemprego tem sido executada e concretizada em simultâneo com a redução de Açorianos inseridos em medidas de inserção socioprofissional.

De acordo com os últimos dados, hoje existem nos Açores menos 2.877 Açorianos em programas ocupacionais do que no início desta legislatura, há três anos.

Trata-se de uma redução para metade, ficando assim, mais uma vez, comprovado que a criação do emprego nos Açores não tem origem em

programas ocupacionais, mas sim no efetivo crescimento económico consistente e sustentado da nossa Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Temos hoje mais 8.442 Açorianos empregados e menos 2.877 Açorianos em programas ocupacionais do que no início desta legislatura.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Estes resultados são consequência do empenhamento e do grande esforço que o Governo dos Açores desenvolveu em conjunto com as empresas e com os trabalhadores açorianos.

Estes resultados revelam que estamos a seguir um caminho seguro!

Estes resultados revelam que estamos, todos em conjunto, a conseguir cumprir os nossos objetivos criando mais emprego, mais estável, reduzindo o desemprego jovem e criando emprego transversal a todos os setores de atividade.

Em termos de resultados, a economia açoriana revela também um bom desempenho.

Nos últimos quatro anos, o Produto Interno Bruto (PIB) em termos reais – indicador que mede a evolução da produção e riqueza de cada região – aumentou 2,5% em média anual nos Açores, valor superior ao registado no país, que foi de 2,1%.

Isto é, nos últimos quatro anos, o crescimento económico dos Açores foi superior ao verificado no país, em termos reais.

Nos últimos dois anos, o volume de produção da economia açoriana já ultrapassou os quatro mil milhões de euros.

Os Açores são a única região do país que, este século, ou seja, nos últimos 17 anos, registou uma convergência em termos económicos medida pelo valor da produção (PIB) com a União Europeia, ou seja, os Açores são a única região do país que cresceu este século acima da média da Europa.

O rendimento disponível bruto por Açoriano (12.446€) é também superior à média nacional, ou seja, cada Açoriano tem, em média, um rendimento disponível superior em 380 euros ao que se verifica no país e 699 euros maior do que o rendimento disponível de cada Madeirense, tendo o rendimento disponível bruto por Açoriano aumentado 54% este século, acima de todas as regiões do país que registaram um crescimento de 42%.

Deputado João Vasco Costa (PS): Ai, pois é!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: Para o crescimento económico é essencial a dinâmica do investimento privado e a confiança dos investidores e, neste contexto, os resultados e a dinâmica do investimento das empresas superam qualquer valor que se tenha registado alguma vez nos Açores.

Efetivamente, foram já apresentados no âmbito do sistema de incentivos ao investimento empresarial mais de 1.270 novos projetos de investimento privado, que representam um investimento superior a 535 milhões de euros e que irão gerar mais 2.900 novos postos de trabalho.

É a maior dinâmica de investimento privado alguma vez registada nos Açores, ainda mais relevante quando 80% desse investimento se destina ao fomento da base económica de exportação.

A consolidação do crescimento económico também se concretiza com os resultados da execução do investimento público regional, neste contexto os resultados também contribuíram para esse crescimento.

Objetivamente, o investimento público previsto no Plano de Investimentos da Região do último ano registou um aumento de 52 milhões de euros face ao

executado no ano anterior, ou seja, no último ano o investimento público executado efetivamente nos Açores cresceu 14%, potenciando assim maior crescimento económico.

Para o bom momento da nossa economia contribuíram também os resultados das nossas exportações, este ano, nos primeiros nove meses, as nossas exportações aumentaram 29% e as importações reduziram 34%, melhorando o saldo da nossa balança comercial em 94%, fruto também da aposta que fizemos na valorização dos nossos produtos.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quando iniciamos o debate do Orçamento e do Plano, é, pois, também o momento de prestar contas, de apresentar os resultados do nosso trabalho, do trabalho de todos os açorianos, de Santa Maria ao Corvo, que possibilitaram termos hoje nos Açores:

- O maior número de Açorianos empregados desde que há estatísticas do emprego, em 34 anos.
- Um crescimento económico acima da média do país, no conjunto dos últimos quatro anos.
- O maior volume de investimento privado desde sempre registado nos Açores.
- Um crescimento do investimento público executado.
- Um aumento das exportações e da redução das importações.
- Um aumento significativo do rendimento disponível das nossas famílias.

São estes os resultados que apresentamos e - temos muito orgulho em dizê-lo - incorporam, essencialmente, todo o querer, toda a determinação, toda a coragem e todo o trabalho dos Açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O Governo fez o que lhe competia, mas foram os Açorianos os principais protagonistas e os responsáveis pela obtenção destes resultados positivos.

Encaramos estes resultados não como o ponto de chegada, mas o ponto de partida para vencer novos desafios, o ponto de partida para o muito que ainda falta fazer.

O que nos motiva não é o que já fizemos, nem os resultados já alcançados, o que nos motiva é melhorar, ainda mais, todos estes indicadores.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Que fique muito claro: não há nenhum resultado da nossa ação, nenhum indicador positivo, que nos faça diminuir o ímpeto de fazer muito mais e melhor pelos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Os Açorianos merecem sempre que façamos cada vez mais e melhor, é essa a nossa motivação, é essa a nossa missão.

É necessário continuar e reforçar o trabalho que temos desenvolvido para que o mercado tenha a capacidade de absorver todos aqueles que até hoje ainda não conseguiram emprego, ou não conseguiram emprego estável.

Assim, o desemprego jovem e o de longa duração, bem como a aproximação das competências e qualificações dos desempregados às necessidades do mercado de trabalho, é um desafio que ainda é preciso continuar a desenvolver.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: No caso específico do desemprego jovem, temos vindo a verificar um enorme esforço com a implementação de novos incentivos à contratação de jovens, com a valorização de apoios e o contínuo desenvolvimento de estágios, medidas de qualificação e ações de reconversão visando a transição, promoção e integração dos jovens no mercado de trabalho.

Neste particular, gostava de realçar o sucesso da medida ESTAGIAR e do Programa de Inserção e Integração de Estagiários - PIIE que já assegura uma taxa de empregabilidade de 75% dos jovens abrangidos, e que, por serem medidas bem-sucedidas, as vamos reforçar no próximo ano.

A remuneração mensal do Estagiar L aumentará em 113,44 euros/mês, o que corresponderá a um aumento da remuneração anual dos jovens estagiários em mais 1.361 euros no próximo ano e um aumento de 514 euros de remuneração aos jovens estagiários no âmbito do Estagiar T e Inovar.

Só através do aumento das remunerações do Estagiar, Inovar e Prosa vamos assegurar no próximo ano um aumento superior a dois milhões de euros dos rendimentos disponíveis dos jovens que iniciam a sua vida profissional e dos beneficiários destes programas.

Entendemos também fortalecer ainda mais a execução de políticas capazes de aumentar as condições de empregabilidade dos Açorianos, independentemente das suas idades, percursos de vida ou habilitações académicas e competências.

Para que não deixemos ninguém para trás, vamos implementar mais uma medida inovadora, o MOVEMPREGO, que irá contribuir para a mobilidade interna de recursos humanos, a coesão territorial e o aumento da competitividade das empresas em todas as ilhas.

A iniciativa prevê um apoio financeiro à deslocação e à fixação, que pode ser majorado perante critérios como a idade ou a qualificação dos potenciais beneficiários.

Assim, estamos a incentivar uma maior aproximação dos mercados de trabalho de cada ilha e a dar resposta à falta de trabalhadores que já se sente em muitas ilhas devido ao aumento do emprego que se tem registado.

Relativamente à formação e qualificação dos Açorianos, o Governo dos Açores vai reforçar a aposta na formação e qualificação dos Açorianos, que se encontram já empregados, duplicando o investimento na qualificação destes ativos, de forma a que possam corresponder às novas exigências do mercado.

Num curto espaço de tempo, este ano e no próximo, vamos assegurar que 12.300 Açorianos empregados tenham novas qualificações, num investimento superior a 3 milhões de euros a executar até final do próximo ano.

A execução desta medida representa a sinalização de uma nova prioridade no âmbito desta nova etapa de desenvolvimento dos Açores.

No fundo, espelha o dinamismo do mercado de trabalho e o bom desempenho da economia açoriana, e é por isso que ambicionamos, como está previsto, reduzir a taxa de desemprego para 5,8% em 2020.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: No próximo ano, as famílias açorianas com menores rendimentos verão reforçado o seu rendimento disponível e, por consequência, o seu poder de compra, através do aumento do salário mínimo, que passará para 666,75 euros por mês.

É um aumento significativo de cerca de 514 euros num ano, que acresce ao aumento de mais de 1.400 euros que beneficiaram nos últimos quatro anos.

Além do aumento dos rendimentos dos trabalhadores, cumprimos este ano o compromisso que assumimos, tendo sido autorizada a abertura de mais 1.715 concursos na administração regional, nos últimos três anos.

De referir que temos prosseguido o recrutamento de jovens quadros de nível superior, verificando-se um aumento de 58,2% só na carreira de técnico superior.

No próximo ano iremos também proceder a uma regularização extraordinária destinada a integrar nos quadros da Administração Pública os trabalhadores que estejam contratados a termo certo ou em regime de prestação de serviços há pelo menos dois anos.

Já no que diz respeito à Reforma da Administração, estão a ser desenvolvidos esforços para torná-la mais moderna, eficiente, ao serviço dos cidadãos e das empresas, visando procedimentos administrativos simplificados e céleres.

Nesse sentido, prevê-se, no próximo ano, o início da operacionalização do Plano Estratégico de Modernização e Reforma da Administração Pública, que contempla, no seu arranque, 16 medidas, consubstanciadas em 35 ações para uma ambicionada transformação digital da Administração Pública dos Açores.

No próximo ano será também lançado o projeto Incuba.Açores, envolvendo a Universidade dos Açores, a sociedade civil e as empresas, tendo em vista o desenho de serviços públicos a prestar aos Açorianos.

Uma Autonomia mais participada, é uma Autonomia mais forte.

Para 2020, podemos confirmar que vamos aumentar a dotação do Orçamento Participativo dos Açores de um milhão de euros para 1,2 milhões de euros.

O Governo dos Açores prioriza também para o próximo ano o reforço da competitividade da economia açoriana, particularmente no que concerne aos incentivos ao investimento privado, ao fomento das exportações, à dinamização de uma cultura empreendedora e orientada para a inovação e estímulo à economia digital, que valorize o capital humano, tecnológico, empresarial e social, que constituem um eixo prioritário do nosso desenvolvimento.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Neste campo, e para além das várias parcerias estabelecidas a nível regional, nacional e internacional no sentido de potenciar todo o ecossistema de inovação e empreendedorismo dos Açores, vamos alargar a Rede de Incubadoras de Empresas dos Açores, a qual já apoia o início de atividade de mais de 180 empresas 'startup' açorianas, que representam, essencialmente, o início da atividade empresarial de centenas de jovens qualificados e empreendedores na nossa Região.

A par dessas medidas estruturantes visando o fomento do empreendedorismo, o Governo dos Açores tem desenvolvido novas medidas de incentivos às empresas para a inovação e para apoio a novas empresas 'startup'.

No próximo ano, para consolidar esse objetivo vamos incrementar o apoio às empresas através das medidas como o Vale PME Digital, Plataforma Rede Empresa Digital, Vale Exportar Açores e Vale Incubação, alargando, ampliando e diversificando as condições das empresas, de modo a reforçarem a sua competitividade e inovação num mercado cada vez mais global.

O reforço da competitividade digital, a inovação empresarial, o apoio às 'startup' e a internacionalização da economia açoriana constituem uma nova etapa do ciclo de desenvolvimento económico que tem sido potenciado pelo facto de termos uma estrutura fiscal substancialmente mais favorável às empresas e aos trabalhadores do que aquela que se verifica nas outras regiões do nosso país, bem como o sistema de incentivos ao investimento empresarial que é o mais abrangente e generoso que há no contexto europeu.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano e Orçamento para 2020 é um contributo criativo, inovador, inconformado e eficaz para vencer os grandes e novos desafios que se colocam à Região.

O Plano e Orçamento para 2020 é o instrumento de trabalho de quem acredita muito nos Açores e nos Açorianos.

Assente no cumprimento dos compromissos assumidos, mas conscientes do muito que ainda falta fazer apresentamos estes documentos para que todos possam refletir, debater, aperfeiçoar e contribuir para que, no fim desta semana, possamos ter um Plano e Orçamento ainda melhor, a favor dos Açores e dos Açorianos.

Fomentar o crescimento, o investimento público, o apoio às empresas açorianas e o aumento do rendimento disponível das famílias, num contexto de contas públicas sólidas e sustentáveis constituem prioridades destes documentos.

A sustentabilidade financeira e orçamental da nossa Região constitui um pilar essencial da nossa ação e o principal património que queremos legar às gerações futuras.

Não fazer mais do que poderemos assumir, não assumir hoje responsabilidades que ponham em causa ou condicionem os recursos disponíveis no futuro são objetivos que cumprimos com rigor, responsabilidade e determinação.

Efetivamente, de acordo com os dados mais recentes, o valor da dívida pública regional, que engloba todo o perímetro de consolidação da administração direta e indireta e empresas públicas, é de apenas 41,8% do produto interno bruto dos Açores, o que representa metade do que se verifica no conjunto dos países da União Europeia (80% do PIB), duas vezes e meia menos do que a Madeira (100% do PIB) e três vezes menos que o país (122% do PIB).

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Por outras palavras e de forma mais simplificada, são necessários apenas menos de cinco meses de produção regional para liquidar o total da nossa dívida pública, enquanto a Europa precisa de produzir durante 10 meses para pagar a sua dívida pública, a Madeira precisa de um ano de produção e o país 15 meses do total do seu produto para pagar a sua dívida pública.

A nossa sustentabilidade futura tem, pois, o dobro das garantias, face ao que produzimos, do que aquelas que podem ser dadas pela média dos países da União Europeia, e este é, sem dúvida, o maior contributo que podemos dar às futuras gerações para construírem o futuro da nossa Região sem condicionantes. Esta realidade foi confirmada recentemente pelos mercados financeiros internacionais, que olham para os Açores como um investimento seguro e confiável, como comprovam as recentes emissões obrigacionistas dos Açores. Operações de grande sucesso, que reforçam ainda mais a confiança e a credibilidade dos investidores internacionais nas finanças dos Açores.

O rating e a avaliação positiva das agências de notação financeira contribuíram para o grande sucesso dessas Emissões Obrigacionistas dos Açores, com uma taxa fixa de 1%, a 10 anos, e de 0,4% fixa a oito anos, que permitem aos Açores poupanças muito significativas.

Desta forma, conseguimos canalizar ainda mais recursos para o investimento público em prol do nosso desenvolvimento.

Contemplando um investimento público de 816 milhões de euros, dos quais 558 milhões são da responsabilidade direta do Governo dos Açores, o Plano Anual que vos apresentamos prevê para o próximo ano um crescimento do investimento total de cerca de 51 milhões de euros e um aumento no investimento direto no valor de 44 milhões de euros, face a 2019, ou seja mais 8,7%.

O crescimento do investimento público é uma prioridade, podendo anunciar que no último ano o investimento público direto efetivamente executado aumentou

51 milhões de euros face à execução do ano anterior, o que representou um crescimento de 14%, tendo a taxa de execução do investimento no último ano atingido os 84%, o que evidencia uma elevada capacidade de execução do planeado.

Os novos aumentos previstos para 2020 concretizam a nossa estratégia através do reforço das políticas de transporte, do incremento do financiamento do Serviço Regional da Saúde, bem como no aumento de verbas para o desenvolvimento empresarial, do turismo, do emprego, da inovação e das pescas.

A proposta de Plano da Região para 2020 procura assegurar as condições para que se concretizem os objetivos fundamentais definidos pelo Executivo.

'Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego', que absorve 50% do valor global do investimento público, 'Melhorar a Sustentabilidade, a Utilização dos Recursos e as Redes do Território' que absorve 30% e 'Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades' que tem a dotação de 20% total do investimento são as nossas prioridades.

São estas as nossas opções que contribuem para a consolidação do crescimento económico, do emprego e da coesão social na nossa Região.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Orçamento da Região para 2020 que vos apresentamos mantém a despesa de funcionamento e a despesa corrente efetiva estável, sem aumentos face às dotações revistas deste ano.

Apesar da proposta de orçamento acomodar um aumento de 15 milhões de euros no rendimento das famílias através do incremento dos vencimentos resultantes do descongelamento das progressões dos funcionários públicos, dos efeitos da recuperação da contagem do tempo de serviço dos professores e do rejuvenescimento e integração nos quadros da administração pública dos

funcionários contratados a termo ou em prestação de serviços, este esforço orçamental é totalmente compensado pela redução dos custos de financiamento da dívida pública, menos nove milhões de euros, e da poupança de seis milhões de euros nos consumos intermédios do funcionamento da administração regional.

Com esta poupança conseguimos canalizar o aumento de receitas previstas para o próximo ano para financiar o crescimento do investimento público e para o reforço do financiamento do Serviço Regional de Saúde.

Este Orçamento reforça também a autonomia financeira da Região, tendo em conta que a receita própria da Região já é superior às nossas despesas de funcionamento, e reduz a dependência relativa dos fundos comunitários no financiamento do investimento público.

Este Orçamento permite aumentar em 26 milhões de euros o financiamento real do Serviço Regional de Saúde face ao valor de 2018 e consegue assegurar e acomodar o esforço financeiro de capitalização da SATA, sem afetar a estabilidade dos restantes investimentos públicos.

Este Orçamento assegura um forte crescimento do rendimento disponível das famílias açorianas, através da recuperação de rendimentos, vencimentos e do crescimento de todos os apoios e rendimento indexados ao salário mínimo, que aumenta este ano.

Este Orçamento assegura o aumento do rendimento real dos nossos idosos, facilita e simplifica o apoio na aquisição de medicamentos pelos nossos idosos, contribui decisivamente para a melhoria das refeições escolares e amplia o apoio à habitação, assegurando, ao mesmo tempo, um crescimento de 10% dos recursos disponíveis para apoiar o investimento privado e o aproveitamento integral dos fundos comunitários.

O Orçamento dos Açores assume também, a partir de janeiro, a totalidade dos financiamentos bancários contraídos pelos Hospitais EPE, libertando-os deste encargo e reforçando, assim, o financiamento do Serviço Regional de Saúde.

Importa, no entanto, fazer duas clarificações essenciais para desfazer dois equívocos à análise destes documentos.

Primeiro: a despesa de funcionamento da administração regional assenta essencialmente nas despesas com a saúde e educação dos Açorianos, 70%, ou seja, mais de dois terços, da despesa de funcionamento é despesa com o Serviço Regional de Saúde e com o funcionamento das nossas escolas, incluindo os salários de todos os profissionais que trabalham na Saúde e Educação.

Para este Governo, estas não são despesas que possam ser cortadas, nem são custos passíveis de reduzir.

Para este Governo, a Saúde e a Educação constituem um investimento fundamental, um investimento essencial para que os nossos jovens tenham melhor futuro e para que possamos disponibilizar cada vez melhores cuidados de saúde a todos.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Rejeitamos totalmente as propostas de quem considera estes encargos como despesas de funcionamento, como não reprodutivas e passíveis de serem reduzidas.

Para este Governo, ninguém deixará de ter os devidos cuidados de saúde por questões orçamentais, a saúde dos Açorianos é o investimento mais precioso, o

direito mais fundamental de todos os Açorianos independentemente dos seus rendimentos.

Voices dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O segundo equívoco é assumir que a receita fiscal da Região resulta necessariamente dos impostos cobrados e pagos pelos Açorianos e que o aumento da receita fiscal deriva de mais impostos pagos pelos Açorianos.

Ora, cerca de metade da receita fiscal da Região advém do IVA, sendo que a receita de IVA da Região não tem nada a ver com o valor do IVA pago pelos Açorianos, mas sim constitui uma transferência do Estado com base numa percentagem do IVA cobrado em todo o país no ano anterior ponderado pela variação prevista para essa receita no Orçamento de Estado do ano seguinte.

Em 2020, do aumento da receita fiscal de 36 milhões de euros, 30 milhões de euros resultam do IVA, ou seja 84% do aumento da receita fiscal não foi cobrada aos Açorianos e não resulta, ao contrário do que alguns querem fazer crer, do aumento do pagamento de impostos pelos Açorianos.

Voices dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano e Orçamento para 2020 incorpora um vasto conjunto de números, estatísticas e indicadores que quantificam políticas, enquadramentos macroeconómicos e dotações orçamentais, que transformam por vezes estes debates num árido, frio e por vezes impercetível debitar de números.

Não é a essência e a razão de ser deste Plano e Orçamento.

Este Plano e Orçamento foi elaborado para as pessoas.

Têm um único destinatário: as Açorianas e os Açorianos, e um único objetivo principal: resolver os problemas que ainda estão por resolver dos Açorianos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Os Açorianos não se reduzem a números e a estatísticas, por melhor e mais positivas que elas sejam, são vivências a que importa dar mais qualidade, são futuro a que importa dar mais confiança, são vidas que importa sempre melhorar.

O que queremos dar aos Açorianos com este Plano e Orçamento são respostas efetivas aos seus problemas.

É dar resposta a quem espera por uma cirurgia, como a Dona Bernardina.

É dar resposta a quem deseja aumentar o rendimento das suas pensões, como o Sr. Guilherme.

É dar resposta a quem precisa de mais apoio na aquisição de medicamentos, como o Sr. Raúl.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: É dar resposta a quem ainda não tem médico de família. como a Dona Conceição.

É dar resposta a quem ainda não tem emprego, como a Dona Alexandra.

É dar resposta a quem terminou o curso e quer iniciar a sua vida profissional na nossa terra, através do Estagiar, como o Carlos.

É dar resposta a quem pretende medidas de apoio que incentivem a efetivação no quadro da empresa onde trabalha, como a Joana.

É dar resposta a quem precisa de reforçar as suas qualificações e habilitações académicas para reentrar no mercado de trabalho, como a Dona Fátima.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: É dar resposta a quem quer investir para ampliar a sua empresa criando mais emprego, como o Sr. João.

É dar resposta a quem deseja ver aumentado o seu salário mínimo, como o Rui.

É dar resposta a quem anseia ser integrado no quadro da administração pública depois de mais dois anos de contrato a prazo, como a Paula.

É dar resposta a quem anseia pelo regresso à sua terra do seu filho, após concluir a universidade, como o Sr. Fernando.

É dar resposta a quem pretende ter uma melhor habitação, como a Luísa.

É dar resposta a quem deseja melhores refeições escolares na sua escola, como a Rosa.

É dar resposta ao jovem que pretende instalar a sua primeira exploração agrícola, como o António.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: É dar resposta a quem pretende desenvolver a sua empresa 'startup' com o apoio de incubadora de empresas, como o Miguel.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: É dar resposta a quem deseja uma maior preocupação com a atuação contra as alterações climáticas e maior preocupação ambiental, como a Clara.

São estas e muitas mais respostas que pretendemos dar com este Plano e Orçamento.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: Uma resposta que pretendemos dar a cada vez mais açorianos, de Santa Maria ao Corvo, aos Açorianos que ainda enfrentam problemas, aos Açorianos que aspiram a uma vida melhor.

São eles a causa da nossa ambição: uns Açores cada vez melhores.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos

Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É por eles que trabalhamos, que lutamos, que enfrentamos adversidades, que reivindicamos, que nos colocamos de alma e coração ao serviço da nossa terra.

Conseguiremos resolver todos os problemas e satisfazer todas as pretensões? Não, isso nunca ninguém irá conseguir.

Mas tudo faremos, dando todo o nosso esforço, toda a nossa dedicação, todo o nosso entusiasmo para que, ao fim de cada dia, mais Açorianos digam que valeu a pena e cada vez mais Açorianos sintam que vale a pena acreditar nos Açores.

É esta a nossa luta, no limite dos nossos recursos e das nossas competências, é esta a nossa inquietação permanente.

Reforçando cada vez mais o clima de confiança que se vive na Região.

Uma confiança justificada, pelo percurso que temos vindo a fazer com os Açorianos, tendo sempre em vista o crescente desenvolvimento sustentado e sustentável da nossa Região.

É esta a nossa ambição: a satisfação pelos resultados conseguidos e a determinação para a resolução dos problemas que ainda falta resolver.

Com a total disponibilidade para apoiar de todas as formas as propostas que melhorem a qualidade de vida das Açorianas e dos Açorianos.

Assim se constrói o futuro dos Açores,

Assim se serve os Açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente do Governo.

A Mesa já tem várias inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Plano e Orçamento de 2020 são instrumentos de mera continuidade.

Não nos revemos nestes documentos, desde logo pela falta de credibilidade.

Na última legislatura, ficaram por executar 457 milhões de euros nos sucessivos planos.

Entre 2017 e 2018 ficaram por executar 228 milhões de euros.

Em 2019, com a taxa de execução conhecida no 3.º trimestre, ficará infelizmente por executar um valor superior a 100 milhões de euros, totalizando assim, nestes 3 anos, mais de 300 milhões de euros de verbas inscritas não executadas.

Deputado Carlos Silva (PS): Quanto é que foi executado?

O Orador: Perante execuções tão baixas, o Governo anuncia, para o último ano da legislatura, verbas ainda superiores, sendo certo, que a sua avaliação só será verdadeiramente conhecida após as eleições de 2020.

São assim, para nós, promessas de baixa credibilidade.

Por outro lado, o Plano continua a ser um “saco” com muitas despesas que não são de investimento, mas sim despesas correntes.

Para além da falta de credibilidade, importa referir o desfasamento entre a importância política e económica atribuída a determinados setores, como o turismo, e a sua expressão financeira irrelevante no Plano, com apenas 4% do total das verbas.

Por outro lado, é essencial confrontar os resultados das políticas públicas, com um dos objetivos principais: o da convergência.

Quanto à convergência com o país, para o período 2015-2018, tal como consta do cenário macroeconómico incluído na proposta de orçamento, verifica-se que o PIB nos Açores cresceu em média anualmente 2,5%, enquanto no país, de acordo com o INE e com as alterações introduzidas em setembro, a variação foi de 2,4%.

Mas esta não é a narrativa do Governo.

Basta consultar as estatísticas e falaremos todos dos mesmos nomes, exceto se em dezembro alguma revisão que ocorra nas contas dos Açores possa melhorar a situação dos Açores, mas isso nós não conhecemos ainda.

Quanto à União Europeia, entre 2015 e 2018, registou-se uma ligeira aproximação de apenas três décimas anuais, claramente insuficiente para que se fale em convergência.

De entre os 16 países da União Europeia em processo de convergência, 14 registaram, no período 2015-2018, um crescimento superior aos Açores e a Portugal e apenas a Grécia teve pior resultado.

Deputado Carlos Silva (PS): E de 2000 a 2016, Sr. Deputado?

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: É bom recordar que a meta fixada no atual quadro comunitário para 2020 era de um PIB per capita de 80 a 85% da média da União Europeia.

Em 2017 estávamos abaixo de 69% e não cumpriremos aquele objetivo apesar de sermos a Região do país que mais apoios recebe da União Europeia por habitante.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Também no atual Quadro Comunitário, no conjunto das Regiões Ultraperiféricas, aos Açores com apenas 5% da população do conjunto das regiões, são atribuídos 18% do total das verbas comunitárias.

Recebemos de fundos europeus por habitante 5800 euros, valor 3,5 vezes superior à média das Regiões Ultraperiféricas, e a região que mais se aproxima dos Açores, recebe apenas 2.400 euros por habitante.

Mas somos, apesar disso, em 8 regiões RUP, a terceira com pib por habitante.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O aumento da população empregada no 3º trimestre para 116.000 trabalhadores é um dado positivo.

Porém, será bom recordar que anteriormente à crise, designadamente em 2008, existiam 113.00 trabalhadores empregados, para uma população feminina ativa menor que a atual em 6.000 ativos.

Acresce que há oito trimestres consecutivos, os Açores registam taxas de desemprego superiores ao país e nos últimos dois trimestres, registou a taxa mais elevada, de entre todas as regiões nacionais, sem esquecer ainda, o peso dos programas ocupacionais.

Deputado Carlos Silva (PS): Quanto é que registou, Sr. Deputado, diga? Os açorianos empregados quantos são, Sr. Deputado?

O Orador: E em matéria de emprego é bom que se diga que a melhoria registada desde 2016 tem mérito desse governo e das empresas e dos açorianos, mas também quem governava a Região quando os dados se agravaram era o mesmo governo e o mesmo partido.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Ou seja, quem merecia críticas na altura merece elogios agora!

O Orador: As finanças públicas regionais constituem um problema de dimensões crescentes.

A internalização de passivos na dívida pública direta, por via da extinção da SPRIH e da Saúdaçor, altera apenas a composição das responsabilidades do perímetro orçamental.

O Governo afirma que permitirá ganhos com melhores taxas de juro, como se tratasse de uma proeza.

Questionamos então, porque não extinguiu essas empresas mais cedo se não faziam falta e se geravam custos financeiros mais elevados?

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: As responsabilidades totais da Região no final de 2018 ultrapassam os 3.000 milhões de euros. E aqui o critério é fundamental: dívida bruta direta, dívida não financeira, dívida das empresas ...

Deputado Carlos Silva (PS): Dívida do hospital, Sr. Deputado!

O Orador: ... fora do perímetro orçamental que serão pagas pelo Orçamento da região e as responsabilidades das parcerias público-privadas.

A Sata constitui o exemplo extremo da incapacidade deste governo e da administração que classificamos de danosa dos interesses dos açorianos.

Os prejuízos, só em 2017 e 2018 e a estimativa para 2019 totalizarão cerca de 150 milhões de euros.

A escolha das sucessivas administrações da Sata foi do mesmo acionista que agora vem dizer que é necessária uma administração competente e conhecedora do setor, como se não tivesse responsabilidade pelas escolhas e resultados passados.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Em matéria fiscal, o Governo tem sido o grande beneficiário, com um aumento, entre 2016 e o orçamentado para 2020 de 120 milhões de euros (+20%).

Mas, neste cenário favorável, o governo continua com a recusa em repor o diferencial de 30% para a taxa normal do IVA e do IRC.

O PSD apresentará uma proposta para a sua reposição faseada, permitindo que a partir do 2.º semestre de 2020 a taxa normal do IVA baixe para 17% e em 2021 para 16%.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

As mesmas políticas agora propostas, terão os mesmos resultados que não contribuem para o objetivo da convergência.

Irão manter o ciclo da pobreza, dos maus resultados na educação e na saúde, a ausência de coesão entre as várias Ilhas e o aumento das desigualdades.

Esta governação falhou e não cumprirá o desígnio de elevar os Açores e os Açorianos para outros patamares de desenvolvimento, ao nível médio dos países onde nos integramos.

O PSD não se pode rever numa governação, que após 23 anos, o equivalente a 90 % do IRS pago pelos açorianos, destina-se a pagar juros, rendas de parcerias público-privadas e o reforço de capital da Sata em resultado da sua gestão ruínosa.

Dentro das limitações impostas por este Orçamento e Plano, apresentaremos propostas que representam alguns dos nossos propósitos em benefício dos Açores e dos Açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão:

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Orçamento deste ano é igual ao do ano passado. O Orçamento do ano passado era igual ao do ano que o antecedeu. O que antecedeu o do ano passado era igual ao do ano que o tinha antecedido.

O que antecedeu aquele que antecedeu o do ano passado era igual ao que o tinha antecedido.

Deputado Francisco Coelho (PS): É como esse discurso!

O Orador: Meus Senhores!

Este é o vigésimo quarto Orçamento consecutivo do Partido Socialista nos Açores. É inegável que todos eles são filhos do mesmo pai. Comungam da mesma ineficácia. Partilham a mesma injustiça.

São filhos de um deus menor. Não resolveram nenhum problema de natureza estrutural. Não nos retiraram do fundo de nenhuma tabela de indicadores sociais, educativos e económicos.

Deputado José Ávila (PS): Onde é que já ouvi isto!

O Orador: Continuamos a ser os mais pobres entre os pobres. Não derrotámos o vírus da injustiça. Não subjugámos a infâmia da desigualdade social. A ignomínia que significa ser a região do país em que maior é diferença entre ricos e pobres.

O Governo Socialista diz agora que precisa de mais tempo. Que 24 anos, 6 governos e 5 maiorias absolutas não lhes chegaram.

Pois eu não aceito mais desculpas e mais mentiras. Querem o quê? O resto da eternidade? Quantas décadas, séculos e milénios precisam Vossas Excelências para mudar o que não conseguem e, sobretudo, o que não querem mudar.

A injustiça tem um prazo! O tempo que demora a manifestar-se a indignação dos povos.

A desigualdade tem um prazo! O tempo que demoram os povos a derrubar os falsos deuses e ídolos com pés de barro.

A miséria e a pobreza têm um prazo! O tempo que demora a acordar a consciência invencível dos povos.

A servidão tem um prazo! O tempo que demora a despertar a cólera e a revolta dos escravizados.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é na monarquia, Sr. Deputado!

O Orador: Está na hora, Povo Açoriano, de construir um novo futuro nos Açores. Não tenham medo! Libertem as vossas consciências. Deixem que a esperança volte a nascer. Não se contentem com o pouco que vos oferecem, lutem antes pelo muito que podem conquistar.

Somos uma Região e um Povo que pode ser rico. Muitos açorianos são pobres apenas porque alguns são muito ricos. E são esses, e os que defendem os seus interesses, que nos mantêm nesta “apagada e vil tristeza”.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quem fala assim é livre e não é gago!

O Orador: Os açorianos não estão condenados a estar eternamente no clube dos mais pobres e dos remediados, apenas porque sempre foi assim e sempre assim será. Se assim fosse, se esse fosse o nosso destino, a Providência não teria desenhado um pedaço do Paraíso na terra prometida que nos deu. Se esse fosse o nosso destino, se o nosso destino fosse a solidão e o silêncio dos resignados, por que razão rugem então os nossos vulcões, o vento e o mar que nos lembram, todos os dias, que persistir, resistir e vencer é o nosso destino manifesto?

Não, não. O nosso horizonte, o nosso futuro, o nosso destino não é isto que temos. Não é o que nos querem dar. Não é isto que aqui escreveram neste papel. Não temos de aceitar que o futuro é o presente e o presente é o futuro.

Não, não “penso que eu sou um caso isolado”. Que “sou o único a olhar o céu. A ver os sonhos partirem. À espera que algo aconteça. A despejar a minha raiva. A viver as emoções. A desejar o que não tive. Agarrado às tentações. E quando as nuvens partirem. O céu azul ficará. E quando as trevas abrirem. Vais ver, o sol brilhar”.

Meus Senhores! Povo Açoriano!

É tempo de dar um pontapé no desânimo. De dar um chuto na descrença.

As coisas podem mudar. Têm de mudar. É necessário que mudem. É imperioso que mudem. Vão mudar!

Mas não é com este Orçamento e com este Governo. Que não muda nada. Que não quer mudar nada.

Não muda a dívida da Região. Não a diminui. Apenas a empurra para daqui a pouco. Ela virá um dia, mais cedo do que tarde, tão infalível e implacável como o destino. Ela virá. Maior do nunca.

O Governo Regional chama a isto gerir a dívida. Mas não é isso. O Governo Regional apenas adia o que não consegue e não quer pagar. Não pode porque isso seria acabar com o conto do Aladino e as muitas “Mil e Uma Noites” que o regime ainda quer sobreviver. E também não quer na medida em que isso significaria acabar com o interminável espetáculo de pão e circo em que se transformou esta governação. Por isso não paga a dívida, que cresce globalmente, embora recolha mais impostos que nunca, sobretudo impostos indiretos.

O resto são despesas realizadas há muito, que o Governo Regional chama de investimento. Na verdade, o Governo Regional paga obras que fez e não pagou. É esta a verdadeira natureza de muito do investimento apregoado.

A gestão da área da saúde é uma espécie de catástrofe diária. Todos os dias as coisas ficam piores. O caos impera e a dívida do sector cresce. As listas de espera cirúrgicas não param de crescer. Vislumbra-se alguma medida minimamente eficaz prevista no Orçamento? Nada! A ambição do Governo Regional é gerir a dívida e aguentar mais um ano com tudo a rebentar pelas costuras.

Na educação impera a mais completa anarquia. O Secretário da Educação e Cultura já não governa. Desistiu. O sector da educação implodiu. O Império

Romano caiu e os bárbaros abocanharam os restos. O Orçamento é, na área da educação, um perfeito absurdo. O sistema está a entrar em colapso, mas o Governo Regional joga ao faz de conta. Um desastre absoluto.

Tudo o resto é um absurdo. Negligencia-se o sector agrícola, esquece-se a juventude, menospreza-se o ambiente e os assuntos do mar e planifica-se muito mal a sustentabilidade do sector turístico. Uma catástrofe sem paliativos.

Estes são, provavelmente, os piores Plano e Orçamento da última década. O Governo Regional é incapaz de programar e planificar o futuro. Não tem estratégia, nem ambição. Na verdade, o Governo Regional está programaticamente, no sentido reformista, morto. Federico Garcia Lorca descreveu bem este derradeiro assunto, que eu adapto aqui ligeiramente:

“Se a morte é a morte,
que será dos políticos
e das coisas adormecidas
que já ninguém delas se recorda?”

Meus Senhores!

“O que não tem remédio, remediado está”. O Orçamento de uma maioria absoluta não se altera. Não existe diálogo ou negociação possível com um dinossauro cujo único instinto é esmagar e digerir tudo o que lhe aparecer à frente.

Este Orçamento, tal como os outros que o antecederam, é irreformável. Foi desenhado com um único propósito: prolongar a permanência do PS/Açores no poder até ao completo esgotamento do ecossistema, mesmo que a floresta se transforme em deserto. Nada disso interessa ao partido governamental. Para eles não existe Planeta B ou plano b. Ou ganham e governam ou governam e ganham. Custe o que custar e a quem custar.

Os documentos orçamentais dos governos socialistas assemelham-se a uma espécie de procissão na freguesia. Visitam as capelinhas todas, deixam lá o

suficiente para manter acesas as velinhas e encomendam as almas de todos à Santa Providência. Seja o que Deus quiser.

Qual é então a solução para este Orçamento? Não existe nenhuma solução. Apresentarei dezenas de alterações, tal como os outros partidos, apenas com um objetivo: sinalizar outras soluções e prioridades. Mas não negociarei nada. Este é o orçamento da maioria absoluta, desenhado para manter a maioria absoluta. Esta Cinderela não tem sapatinhos de cristal e não existe fada-madrinha capaz de dar a volta a isto.

A natureza e a arquitetura do Orçamento socialista é irreformável. Resta apenas a esperança de acabar com esta maioria absoluta dentro de 11 meses e, assim, resgatar o futuro que o Povo Açoriano merece. E isso sim é possível. E isso sim é algo pelo que vale a pena lutar.

Disse!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Se é verdade geralmente aceite que a realização dos projetos e investimentos passam pela sua inscrição nos Planos e Orçamentos não é menos verdade que a sua inscrição não é garante que venham a ser executados, sobretudo se a mesma resulta apenas de mero exercício de retórica apenas destinado a calar eventuais críticas ou descontentamentos e a embalar os eleitores com promessas e ilusões. É no fundo aquilo que assistimos quando verificamos que ano pós ano se repetem projetos e investimentos que apesar de até terem dotações financeiras atribuídas nunca saem do papel porque simplesmente o Governo, para satisfazer clientelas e garantir a sua sobrevivência política arrebanhando mais uns quantos votantes, pura e simplesmente vai efetuando alterações atrás de alterações

totalmente à revelia do Parlamento acabando assim por esvaziar o conteúdo de tais projetos e investimentos.

É uma política desgarrada, sem respeito pelos planos e orçamentos que na sua essência pretendem ser instrumentos coerentes de uma política de desenvolvimento regional e que acaba completamente desvirtuada ao sabor das necessidades político-eleitorais do governo e do partido que o suporta e apoia.

É neste enquadramento que vemos com muita preocupação o abandono de princípios fundamentais estruturantes e fundadores da nossa autonomia como é o princípio da coesão social e territorial dos Açores, substituído por uma política centralista de medidas, projetos e investimentos que cavam um fosso cada vez mais acentuado entre diversas ilhas do nosso arquipélago e que é a principal responsável pelo gradual envelhecimento e despovoamento de boa parte das suas parcelas.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Exemplo gritante da falta de uma real política de coesão, do abandono, do desinteresse e da incapacidade de resolver de forma efetiva e eficaz os problemas de todos os açorianos independentemente da sua ilha de nascimento ou de residência é o que se passa com o abastecimento de bens e de mercadorias à ilha das Flores que neste momento vive uma situação de autêntico sufoco económico com os empresários do comércio à beira da rutura de stocks alguns a perspetivarem até o encerramento das suas atividades antes de entrarem em situações de incumprimento perante os seus fornecedores e de falência com tudo o que isso implica ao nível da economia e do emprego local.

Situação esta que não se resume exclusivamente à ilha das Flores, mas que abrange todo o Grupo Ocidental do Arquipélago. Se necessário fosse ilustrar esta situação bastaria aqui dizer que passados quase dois meses sobre a passagem do furacão Lorenzo há comerciantes ainda a aguardar por

mercadorias que deveriam ter chegado às Flores na semana em que passou o furacão.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

É na resolução dos problemas concretos que se põe ou não em prática o princípio estruturante e fundamental da nossa autonomia da coesão social e territorial do arquipélago e não com meras e pomposas tiradas retóricas apenas para constar e ficar bonito e registado para a história.

É com medidas políticas concretas como a efetiva garantia do direito à mobilidade, à circulação de pessoas e bens entre todas as parcelas da nossa Região, e dentro de cada uma delas, em todos os meios de transporte, aéreos, marítimos e terrestres que se põe em prática uma verdadeira política de coesão social e territorial na nossa Região,

É com medidas concretas como a rápida aquisição de uma nova embarcação que substitua a acidentada Ariel na ligação entre as ilhas do grupo Ocidental, tal como a aquisição de uma embarcação que garanta a ligação entre as ilhas do Grupo Oriental e que sejam rapidamente tornadas realidade e não se fiquem apenas em mais uma proposta adiada constante do Plano e Orçamento Regional, que se concretiza uma política de real coesão territorial.

Deputado Francisco César (PS): Parece que não gosta do abastecimento ...! Parece!

O Orador: Para nós, Representação Parlamentar do PCP, é fundamental que as medidas essenciais ao desenvolvimento da nossa Região, que as medidas essenciais a uma efetiva política de coesão territorial económica e social não sejam apenas mais um bonito rol de enunciados nos Planos e Orçamentos Regionais logo adulteradas e esquecidas ao mero sabor dos interesses político-partidários do momento, mas tenham uma real e efetiva concretização dentro dos prazos considerados úteis.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

É essencial que sejam tomadas medidas que garantam o combate ao empobrecimento e assegurem uma real recuperação de rendimentos e que não vemos nesta proposta de Plano e Orçamento.

Para nós PCP é essencial o aumento do acréscimo regional a retribuição mínima mensal garantida, tal como é necessário o aumento do complemento regional de Pensão e do Abono de família, tal como o aumento do valor das comparticipações diárias da deslocação de doentes do Serviço Regional de Saúde.

Trata-se de medidas políticas concretas que contribuem decisivamente para a coesão social da nossa Região. Mas o Plano e Orçamento proposto pelo governo a este parlamento é deveras preocupante quanto se percebe que áreas tão fundamentais como a área da Saúde, como a área da Educação, como a área da Cultura são completamente relegadas para secundaríssimo plano quanto não completamente votadas ao desprezo e abandono.

São urgentes medidas políticas que garantam uma melhor articulação de toda a estrutura do serviço regional de saúde, nomeadamente entre os hospitais e os centros de saúde e que generalizem o recurso à telemedicina, bem como a criação de uma rede de apoio psiquiátrico sólida e o equipamento das USI para servir todos os seus utentes.

Mas garantir um verdadeiro acesso aos cuidados de saúde não se compadece nem pode compadecer com a permanência das taxas moderadoras no serviço regional de saúde. Por isso mesmo a representação parlamentar do PCP continuará a propor, tal como sempre propusemos a sua total eliminação. Nada, a não ser meras opções políticas justificam a sua manutenção!

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Na área da educação e cultura a representação parlamentar do PCP não pode aceitar o abandono e desinteresse que a mesma merece nesta proposta de Plano e Orçamento. É hoje indiscutível quer para o desenvolvimento das crianças quer para o seu bem-estar que o acesso às creches de todas as crianças até os três anos de idade deve ser uma realidade. É, pois, nesse sentido que proporemos a universalidade e gratuidade do acesso a creches de todas as crianças até os 3 anos de idade.

Medida pela qual sempre nos temos batido e continuaremos a bater e que já deveria estar em vigor na nossa Região é a gratuidade dos manuais escolares a todos os alunos do 1º ciclo do ensino básico do sistema educativo regional e a eliminação do pagamento da caução no âmbito do Regime de Empréstimo dos Manuais Escolares. Não se aceita nem se pode aceitar que os alunos açorianos continuem a ser discriminados e prejudicados em relação aos restantes alunos do nosso país.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa proposta tem direitos de autor!

O Orador: Mas apostar na educação passa inevitavelmente pela valorização dos docentes, nomeadamente do ensino pré-escolar e do primeiro ciclo, pela uniformização dos seus horários pela redução da carga letiva e por medidas efetivas quer de combate ao desgaste profissional quer que cativem os jovens para o exercício da profissão docente.

Dados recentemente divulgados põem em evidência uma cada vez menor procura dos cursos do ensino por parte dos jovens. Trata-se de um sério sinal de alerta que a todos deve preocupar e que implica que medidas urgentes sejam tomadas no sentido de uma maior valorização das carreiras docentes.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Enumerei algumas propostas de entre outras que a representação parlamentar do PCP entende que devem constar no Plano e Orçamento da Região para o

próximo ano. Do grau de aceitação das nossas propostas depende, como não poderia deixar de ser a posição final que adotaremos em termos de votação deste Plano e Orçamento.

Na nossa opinião as nossas propostas são propostas concretas que consideramos fundamentais para a coesão social e territorial da nossa Região, tal como temos vindo a referir princípio fundamental e estruturante da nossa autonomia político-administrativa.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional para uma interpelação à Mesa tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Obrigada, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Caras e Caros Colegas:

Sra. Presidente apenas uma breve interpelação para pedir a v. exa, digamos que, uma clarificação regimental sobre a organização dos nossos trabalhos, ou seja, o Governo está obviamente aqui todo disponível para esclarecer todas as questões que lhe são colocadas por todas as bancadas, grupos e representações parlamentares ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Não vale a pena!

O Orador: ... sendo que, a organização dos trabalhos, será como é habitual, por sector de governação, ou seja, estamos agora a discutir todas as matérias inerentes à Vice-Presidência do Governo e ao longo dos próximos três dias discutiremos todas as matérias referentes a cada um dos setores de governação e portanto, Sra. Presidente, gostaria de lhe pedir essa clarificação relativamente à organização dos nossos trabalhos.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Isso é lamentável! É lamentável esse número!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

A organização do debate do Plano e Orçamento é feita por tema, e neste caso por departamento governamental, apesar de que, na Conferência de Líderes, ficou claro que nesta intervenção inicial e ao longo destes três dias de debate a Mesa adotaria a mesma latitude que tem vindo a adotar desde que há esta configuração do Parlamento, no sentido de conceder alguma latitude, nomeadamente naquilo que se chamam as “intervensões de ilha” e portanto, as sras. e os srs. deputados sabem que qualquer questão que seja colocada fora do departamento governamental em causa, nenhuma sra. ou sr. secretário regional se sentirá na obrigação de ter que responder e isso ficou claro, desta forma, na Conferência de Líderes.

Sra. Deputada Graça Silveira tem agora a palavra.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Senhora Presidente em primeiro lugar agradecer a bondade dos 5 minutos que me foram atribuídos, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O plano e orçamento são os instrumentos que materializam as políticas de cada governo.

As pessoas deviam estar no centro das políticas públicas. Mas quando olhamos para este plano, que devia ser de investimento nos açorianos, aquilo que se impõe perguntar é:

- Onde estão as medidas concretas para quem trabalha, paga os seus impostos e empobrece todos os dias?
- Onde estão as medidas concretas para quem, com enorme sacrifício, tira um curso superior, cujo único futuro é ir parar a um qualquer programa de emprego, sem perspetivas de uma carreira digna, e que nos devia envergonhar a todos?

Deputado Francisco César (*PS*): Tem mais outras coisas também!

A Oradora: Olhando para este plano de suposto investimento, os jovens que tem a ambição de querer “subir na vida”, a única medida concreta que vêm é um reforço do estagiar L, ...

Deputado Francisco César (PS): E T!

A Oradora: que resulta tão simplesmente de um ajuste automático, por via do aumento do salário mínimo.

Neste sentido, e considerando que, é fundamental continuar a incentivar os jovens, e não só o António, a investir num sector crucial para a Região, como a agropecuária, proponho um reforço da dotação das “Reformas Antecipadas”, com vista a alargar as candidaturas para o ano de 2020.

Porque é urgente investir na formação dos jovens, num dos sectores com maior potencial de crescimento na Região, proponho a criação de um Programa de Estágio em Turismo, que permita aos jovens, que durante a nossa época baixa, possam adquirir experiência num mercado de trabalho mais dinâmico, como o da Macaronésia.

Sras. e Srs. Deputados:

Temos que falar verdade aos açorianos.

Não podemos vir aqui dizer que o plano para 2020 tem mais 50 milhões, quando a verdade é que esses 50 milhões não vão contribuir para gerar riqueza, não vão contribuir para gerar emprego e não vão contribuir para melhorar a vida dos açorianos, esses 50 milhões vão simplesmente ser engolidos pelo enorme buraco negro que é a dívida da SATA.

Quanto ao orçamento em si, não deixa de ser interessante verificar que o governo continua, de forma sub-reptícia, a deixar normas que foram introduzidas aquando do tempo da Troika, impondo desta forma aos açorianos uma austeridade desnecessária, que nos empobrece a todos, para que o governo continue a pagar, com o dinheiro de todos nós, o desvario da gestão ruinosa das empresas públicas.

A verdade que temos que dizer aos açorianos, é que só na saúde a dívida é maior que o montante total do Orçamento que estamos hoje aqui a discutir.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional: Estamos a iniciar o debate sobre as propostas de Plano Anual Regional e Orçamento para 2020 animados pelo lema do Partido Socialista “Todos contam! Açores primeiro”.

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor não participou! Eu não o vi lá!

O Orador: Se para o Partido Socialista, os Açores nem sempre vêm primeiro – bastará para tal recordar o incumprimento quase integral do compromisso firmado, em 2016, entre os Governos Regional e da República – restará perceber se, realmente, todos contam.

Será que todos os açorianos e açorianas contam à luz das propostas de Plano Anual Regional e Orçamento para 2020 que nos preparamos para debater e votar?

Se por um lado, os trabalhadores e suas famílias são quem mais contribuem em impostos diretos e até indiretos para o Orçamento da Região, por outro lado, o sistema tributário, os incentivos fiscais e financeiros e até a comparticipação de salários são instrumentos ao dispor das empresas.

Não faria, pois, todo o sentido que o Governo Regional aliviasse a carga fiscal sobre o trabalho ao reduzir o IRS para o máximo legalmente possível, ou seja, menos 30% do que o IRS cobrado no continente.

O nosso grupo parlamentar apresentará uma proposta de alteração ao Orçamento nesse sentido. Se para o Partido Socialista, os trabalhadores e suas famílias contassem, então aprovariam, decerto, esta proposta.

Não faria, igualmente, sentido recorrer ao aumento do complemento regional ao salário mínimo nacional para valorizar o trabalho que alguns setores pujantes da nossa economia teimam em não o fazer?

Retomamos a proposta de aumentar em 7,5% o complemento regional ao salário mínimo nacional tal como o fizemos em abril deste ano, mas que recebeu os votos contra do PS, PSD, CDS e PPM.

E os precários na Administração Pública e do Setor Público Empresarial também contam?

Esta proposta de Orçamento para 2020 reconhece a persistência de precariedade na Administração Pública e no setor público empresarial, quando a precariedade parecia ter ficado resolvida durante 2017 tornando, segundo o Governo Regional e o Partido Socialista que o suporta, totalmente desnecessária a aplicação do PREVPAP na Região, por proposta do Bloco de Esquerda.

Os trabalhadores especializados com qualificações superiores, ao nível do doutoramento, também contam?

Depende, talvez tenham a sorte em beneficiar de mais um, e muito recente, programa de estágio que lhes será especialmente dedicado.

E quem já trabalhou durante décadas a fio e que agora na sua velhice tem uma pensão que nem garante a sua sobrevivência, também conta?

Terão um aumento decente no Complemento Regional de Pensão?

Deixarão de adiantar o dinheiro, ao balcão da farmácia, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Têm o COMPAMID!

O Orador: ... para comprar medicamentos sem ter ideia de quando virão a receber o reembolso do COMPAMID?

Para nós, Bloco de Esquerda, urge aumentar em 15€ mensais o complemento regional de pensão para os beneficiários do 1.º escalão, e dispensar os beneficiários do COMPAMID de adiantar o dinheiro ao balcão da farmácia para aquisição de medicamentos.

Se esta não é uma Região para os menos jovens, o que dizer dos jovens. Também contam? Os jovens que pretendam emancipar-se dos pais e, quem sabe, constituir família, também contam?

Terão acesso a arrendamento a custos acessíveis ou ficarão à mercê do mercado, mesmo tratando-se de renda apoiada? Conquistarão a tão desejada estabilidade laboral ou continuarão a andar no eterno carrocél da precariedade?

De programa em programa, intermediado por um qualquer estágio e, por fim, quem sabe, um contrato a prazo que é bem melhor do que o desemprego, conforme defendem os arautos da flexissegurança. É esta a resposta que este Governo Regional tem para os jovens?

Para nós, Bloco de Esquerda, é fundamental à Região ter património imóvel para habitação de forma a disponibilizá-lo para arrendamento, sem consideração pelo mercado, mas em consideração pelo cumprimento do preceito constitucional do direito à habitação, numa lógica de serviço regional de habitação.

Para o Governo Regional a coexistência entre combate à precariedade e incentivo à contratação a prazo não só é uma possibilidade como uma realidade que se impõe e se deseja.

Para nós, Bloco de Esquerda, os incentivos para a contratação a termo devem ser imediatamente revogados, como se já não bastassem os programas de estágio, utilizados como formas de contratação a termo, e períodos experimentais de 6 meses.

Os casais com filhos até aos três anos também contam? Ou terão de continuar a despende 100, 120 ou 150 euros por mês para que os seus filhos tenham lugar numa creche.

A escola pública englobará a valência de creche para garantir a sua gratuitidade? Para o Bloco de Esquerda, certamente, que sim.

A escola pública terá um corpo docente estabilizado e, por conseguinte, com condições para melhorar o processo de aprendizagem com vista a aumentar o sucesso educativo, baseado na igualdade de oportunidades para redução do abandono escolar? Ou, nos Açores, o sucesso escolar está dependente da possibilidade de se obterem explicações fora da escola, incluindo em períodos de interrupção letiva?

E a saúde dos açorianos também conta?

A satisfação das necessidades de cuidados de saúde, a todos os níveis, pelo Serviço Regional de Saúde parece ser um desígnio cumprido por estas propostas de Plano e Orçamento para 2020. Puro engano, pois a redução das despesas correntes, nesta área, indicia um desinvestimento nos seus profissionais de saúde com evidente prejuízo para os utentes.

Até a manobra financeira traduzida numa reestruturação da dívida dos hospitais e unidades de saúde de ilha terá pouco alcance, porque, na prática, e se atendermos aos orçamentos dos hospitais e unidades de saúde de ilha, concluimos que os valores dos prejuízos e dos déficits mantêm-se nos hospitais; as unidades de saúde de ilha terão menos de 1 milhão de euros, comparativamente a este ano, e o centro de oncologia terá menos 150.000 euros.

Enfim, manter-se-ão dificuldades operacionais que, para o Partido Socialista, afinal, não passam de lamúrias.

A manutenção deste estado calamitoso do Serviço Regional de Saúde, traduzido na sua constante suborçamentação, ocasiona lacunas graves no atendimento das necessidades dos utentes para justificar o engrossamento das convenções com o setor privado. Este é o cenário atual que nos levará para soluções como o «cheque consulta» e quiçá um «cheque hospital» cuja inevitabilidade não será, infelizmente, transitória, mas permanente se insistirmos neste caminho.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O cheque consulta tem direitos de autor!

O Orador: É urgente dotar o Serviço Regional de Saúde não só do devido orçamento como também garantir a respetiva execução conforme as reais necessidades em estruturas físicas e particularmente equipamentos para meios complementares de exame e diagnóstico, a contratação e valorização de pessoal médico, de enfermagem, técnicos e pessoal auxiliar para combater as várias listas de espera e iniciar a redução de despesas em convenções.

A isenção de taxas moderadoras no acesso aos cuidados de saúde primários e na realização de exames complementares de diagnóstico, sempre que prescritos, conforme propomos, é uma medida basilar num serviço regional de saúde que tarda em satisfazer as necessidades dos seus utentes e a atenuar os efeitos não só da dimensão da nossa Região, como também da sua descontinuidade geográfica.

E já que referimos a nossa descontinuidade geográfica, então falemos de mobilidade.

O que realmente conta? O direito à mobilidade dos açorianos? Ou o que conta é a entrega de 49% da companhia aérea de todos nós à lógica do negócio de um privado?

Deputado João Vasco Costa (PS): Bem lembrado!

O Orador: Ao que tudo indica a recapitalização de 40 milhões de euros da SATA não será mais do que o pagamento, sem juros, de acordo com o valor estimado pelo Sr. Deputado Francisco César, correspondente ao serviço prestado ao setor do turismo há quase dez anos, não sendo, contudo suficiente para atingir um patamar sustentável que confira a estabilidade conducente à revitalização da empresa, até porque há também que somar juros de mora pelos diversos atrasos no pagamento pelo cumprimento das obrigações de serviço público e a devida compensação pelo acréscimo de passageiros encaminhados, inclusive para companhias da concorrência, a preços de saldo.

É urgente proceder à recapitalização da SATA para viabilizar a sua atividade conforme um planeamento estratégico que priorize o cumprimento do direito à mobilidade dos açorianos, acompanhado por uma gestão competente e não para servir a clientelas partidárias que engrossam os quadros intermédios e de topo da empresa.

Entre os que realmente contam e os que ficam à margem, o saldo é evidente, estas são propostas incapazes de entrar em rutura com as políticas que têm perpetuado as desigualdades sociais impregnadas na nossa Região.

Para o Bloco de Esquerda o aumento do emprego não é uma contrapartida à precariedade. O crescimento só faz sentido se acompanhado por uma mais justa distribuição da riqueza e o apoio às famílias não se faz pela entrega dos serviços públicos à lógica do negócio.

Vivemos numa Região marcada pela pobreza e desigualdades sociais, características reconhecidas pelo Governo Regional para quem, e bem, tal não deve ser sinónimo de fatalidade, e apesar de se encontrar em plena execução um conjunto vasto de medidas de combate à pobreza, com respaldo num plano especialmente dedicado, na realidade assiste-se a uma redução no investimento, na ordem dos 2 milhões de euros na área da segurança e ação social.

A questão que se impõe é se estas propostas de Plano Anual Regional e Orçamento para 2020 contam com todos os açorianos e açorianas. Porque se estas propostas se mantiverem tal como estão, então não terão o nosso apoio para apoiar o que, afinal, será só para alguns.

Deputado António Lima (BE): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O governo traz-nos hoje aqui a última proposta de orçamento e plano desta legislatura.

O investimento público continua a ser o eixo da nossa economia; as nossas empresas estão fortemente dependentes da subsídio para o investimento e para o emprego; na agricultura continua-se por definir opções estratégicas para a sua potencialização; nas pescas continuamos sem fazer a devida aposta nas infraestruturas de apoio em muitos dos nossos portos; o nosso comércio continua sem confiança no futuro; nos transportes continuamos sem ter um sistema integrado que corresponda aos desafios da mobilidade e da economia.

O CDS tem afirmado ao longo desta legislatura a necessidade de novas políticas públicas e práticas de gestão objetivas que permitam uma responsável e racional utilização dos recursos públicos regionais disponíveis.

Para o CDS é essencial um novo paradigma de políticas públicas consubstanciadas no rigor e na transparência. Foi perante essa necessidade e atentando no peso da administração pública regional na nossa economia que o CDS propôs a constituição da Comissão de Inquérito ao Setor Público Empresarial da Região que, num grande contributo dos partidos que a subscreveram e de todos os que nela participaram para a nossa autonomia, permitiu o diagnóstico do setor público empresarial regional e tornou inevitável a reestruturação do setor, a extinção de empresas e a internalização da dívida, que representam neste orçamento, só com a SAUDAÇOR e com os Hospitais da Região cerca de 1.000 milhão de euros. Aliás sempre se dirá que a SAUDAÇOR foi, neste caso, um paradigma da má gestão no universo empresarial público regional.

É por isso que defendemos, hoje como no passado, um novo paradigma de políticas públicas regionais que permita reverter a tendência do endividamento e garantir a utilização rigorosa dos recursos públicos e de melhores gestores públicos.

Queremos que os Açorianos deixem de ter o mais baixo poder de compra nacional.

Queremos que os Açorianos abandonem o risco de pobreza e consigam ter condições para ter uma vida mais condigna.

Queremos mais alternativas para a nossa juventude e medidas para a sua fixação que sejam capazes de afastar a descrença no futuro, que determina hoje a razão das despedidas dos nossos mais novos rumo à emigração.

Queremos que os nossos idosos, depois de uma vida de trabalho, tenham uma justa e eficaz rede de proteção e cuidados.

É por isso que não baixamos os braços e estaremos sempre na primeira linha de combate por um novo paradigma de políticas públicas que permitam um efetivo ciclo de progresso e crescimento para os Açores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os Açorianos sabem que sempre estivemos e estamos do seu lado.

A responsabilidade de deixarmos para as futuras gerações uma região onde possam viver e realizarem-se como açorianos nas suas ilhas é um legado que recebemos e queremos preservar.

Somos no CDS personalistas e humanistas. Somos democrata-cristãos.

Temos princípios e valores na nossa ação política e muitas das nossas propostas são hoje respostas públicas fundamentais no contexto da Região.

Em nome da democracia participativa que defendemos, propusemos nesta Assembleia a constituição do Orçamento Participativo da Região Autónoma dos Açores que é hoje um instrumento que possibilita aos Açorianos ter o poder de decisão direta sobre a utilização de verbas para o investimento público regional.

Na saúde, foi por proposta do CDS que o CIRURGE e o VALE SAÚDE são hoje um instrumento fundamental, mas não único, no acesso aos cuidados de saúde.

Na solidariedade social, foi por proposta do CDS que o Compamid e o Complemento especial para os doentes oncológicos são hoje uma importante resposta social na Região para aqueles que mais precisam. Foi, também, por proposta do CDS que se criou a rede de residências para doentes deslocados que constituem hoje mais uma solução para os nossos doentes quando estão fora das suas ilhas.

Na educação, foi por proposta do CDS que as verbas para pagamento de propinas a jovens com carência económica foram aumentadas em 2019, foi por iniciativa nossa que hoje existem apoios para aquisição de material essencial a estudantes portadores de deficiência, e foi também, por proposição do CDS, que o prémio de mérito de ingresso no ensino superior, atribuído a todos os estudantes que se matriculem no ensino superior, é hoje, uma realidade e um grande benefício e um prémio àqueles que se esforçaram para chegarem ao ensino superior.

Na universidade, defendemos a tripolaridade da Universidade dos Açores, uma tripolaridade efetiva e a aposta na excelência da investigação.

No ambiente, defendemos a sustentabilidade como garantia do futuro da nossa economia, da nossa terra e do nosso mar.

Nos transportes, defendemos hoje como no passado o direito à mobilidade dos açorianos e exigimos condições de escoamento dos nossos produtos para alavancar a nossa economia.

Nas infraestruturas, defendemos mais respostas às necessidades das nossas populações.

Na cultura, foi por proposta do CDS que apoiamos as nossas sociedades recreativas e as nossas filarmónicas em nome da nossa cultura e das nossas tradições.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Somos uma oposição crítica, mas também construtiva e responsável que procura democraticamente e com humildade contribuir para o desenvolvimento da nossa Região.

Estamos, como sempre estivemos, disponíveis para estabelecer compromissos políticos que melhorem a vida dos açorianos e sobretudo daqueles que mais precisam.

Acreditamos que o caminho que afirmamos e as propostas que apresentaremos contribuirão, serão um modesto contributo com certeza, mas contribuirão de certeza também para melhorar a vida das pessoas e para o desenvolvimento económico e social da Região que são a nossa razão de existir.

E sobretudo, queremos deixar mais uma vez uma marca social que beneficie os açorianos e aqueles que mais necessitam.

É essa a nossa responsabilidade perante esta Assembleia.

É esta a nossa responsabilidade perante os açorianos que representamos.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Repetimos hoje um dos mais nobres e típicos rituais parlamentares: o debate, para aprovação do Plano e Orçamento para o próximo ano civil.

Não há democracia que dispense o Parlamento, livre, democrático e plural; e não há Parlamento que prescindia dos seus rituais, ainda que mais ou menos demorados e mesmo a desoras, que não são os da instantaneidade on-line, com regras que seguramente não terão as do já velho imediatismo do tempo mediático e muito menos a ilusória presença das novas redes.

Os debates parlamentares têm regras, são longos e espera-se que o primarismo do novo diálogo conflitual seja aqui substituído pela previsibilidade dessas regras a que a representação e a intermediação também obrigam. Porque a Democracia não é tão excitante como os “alertas CM”, e o debate a sério ainda exige um tempo mais longo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É pois no âmbito desta tão reconfortante como rotineira praxe democrática, no Parlamento duma Democracia recente mas consolidada, com uma Assembleia com regras, em que qualquer representação parlamentar tem direitos e fala sempre, também os deputados independentes; em que o Regimento prevê direitos potestativos para as oposições, designadamente ao nível da constituição de comissões eventuais e de Inquérito (matéria que sofreu, aliás, avanço substantivo na sequência dos diplomas de execução da terceira revisão do nosso Estatuto); que para ser grupo parlamentar chega a pluralidade mínima de dois; em que há mecanismos para obrigar o Governo, em prazo curto e certo, a responder aos requerimentos parlamentares, sob pena de ter de o fazer presencialmente e em Plenário; estamos num Parlamento em que, felizmente a oposição só reclama mais direitos porque está cá para o fazer, e porque tem expedientes bastantes ao seu dispor para o efeito.

Alguns, que não todos, fizeram para que assim fosse; e assim é também porque a maioria, esta maioria, de forma democraticamente decisiva quis e quer que assim fosse e assim seja. Assim foi quando o PS e o PP aprovaram a proposta de revisão da Lei Eleitoral, em 2005, que manteve os círculos de Ilha, melhorou o carácter proporcional do nosso sistema e garantiu mais pluralidade; assim foi quando se aprovou, por iniciativa do PPM um limite quantitativo máximo de mandatos a esta Câmara; assim foi quando se aprovou, por iniciativa do BE, a introdução do princípio da paridade de género na mesma Lei Eleitoral, coisa que ainda não chegou, aliás, à região autónoma irmã; assim foi também com a

introdução, no nosso Regimento e Estatuto, de maiorias qualificadas de dois terços para a aprovação de propostas de nossa iniciativa exclusiva seja em matéria estatutária e eleitoral, seja em matéria regimental.

Assim continuará a ser ao nível do aprofundamento e dos aperfeiçoamentos institucionais que queremos introduzir, concretizando em sede de projeto de revisão constitucional velhas reivindicações e nobres bandeiras, que o tempo não fez esquecer, e as convicções não deixaram cair; facilitando também o ato de votar, aumentando o poder direto dos eleitores e uma maior participação cívica e eleitoral – como poderá ver quem quiser ver, no respetivo sítio desta Assembleia. Nesta matéria, esta maioria só terá duas intransigências: a do aumento substantivo dos poderes da nossa Autonomia e dos direitos dos Açorianos e a exigência democrática dum consenso alargado e legitimador. Esta maioria democrática é também forte porque reconhece limitações e será a primeira a pagar o preço e a dar o exemplo para um consenso alargado; seja, desde logo, no período de tempo necessário, que alguns outros não querem ou não sabem compreender; seja na aceitação de outras soluções ou medidas, em nome da legitimação de objetivos maiores.

Este Parlamento tem estado, nesta matéria, e de forma também não inédita, à altura do encargo maior; tudo aponta, pois, para o sucesso do nosso labor propositivo e do nosso combate por mais e melhor Autonomia.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista é, consabidamente, por gosto e convicção, uma maioria democrática e dialogante, que preza o debate democrático e não dispensa a negociação e o consenso que a salutar pluralidade parlamentar exige; por isso mesmo sempre aprovámos iniciativas parlamentares de todos os Partidos da

oposição, nestas, como noutras matérias. Tudo indica que, desta vez, não será diferente.

Porque é sempre tempo, é também este o tempo de fazermos um breve balanço daquilo que foram os compromissos e o respetivo grau de cumprimento do Governo dos Açores suportado pelo Partido Socialista.

Somos uma pequena região arquipelágica, com óbvias deseconomias, inserida num mundo cada vez mais complexo e incerto, que conhece uma imparável mas desregulada globalização; inseridos politicamente e por direito próprio numa União Europeia em crise e com desafios profundos, desde o Brexit que não sai, à impotência sobre realidades como as da Catalunha ou as das já chamadas democracias iliberais, que estão sentadas à sua mesa; uma Europa enredada em novas guerras comerciais mundiais, que também nos atingem; uma Europa que, à defesa, cada vez é menos das Regiões e mais dos Estados; uma Europa, que também objetivamente ajudada pelas revoluções tecnológicas em curso corre o risco, ainda que por inércia, de ser cada vez mais centrípeta.

É com este o Mundo que nos é dado viver e conviver, como pequena economia aberta que somos. Continuando a apostar nos setores tradicionais da nossa economia, designadamente na agricultura e nas suas fileiras do leite e da carne, valorizando sempre os trunfos que a nossa paisagem natural e forma de manejo representam; diversificando e apostando na formação e rejuvenescimento dos nossos agricultores; na aposta estratégica, também, do Turismo de qualidade, sustentado na nossa paisagem e cultura ímpares, e na revolução operada ao nível da promoção e das acessibilidades; apostando também em nichos ligados à ciência, tecnologia e economia digital, seja ao nível da indústria espacial, dos Parques Tecnológicos Nonagon e Terinov, e de projetos como o Terceira Tech Island e o Air Centre – apoiando e incentivando empresas e instituições, nacionais e internacionais a juntarem-se a nós e a contribuírem para a criação de emprego qualificado e bem remunerado. A respeito do nosso Mar continuamos

a pugnar por uma interpretação, regulamentação e aplicação de um conceito de gestão partilhada, real e efetiva, designadamente entre a Região e a República. Trata-se de um conceito novo, introduzido nos ordenamentos jurídicos nacional e regional por nossa iniciativa, e mantemos a esperança e a convicção na aprovação da legislação que, nesta matéria, recentemente propusemos, e que consagrará uma interpretação conforme ao Estatuto. De lembrar, também a este respeito, a construção da Escola do Mar, aqui na cidade da Horta.

Na educação, tudo tem sido feito para recuperarmos um atraso estrutural de séculos, com vultuosas apostas nas ímpares infraestruturas escolares (já não executamos projetos doados por países nórdicos, com lugar garantido na portaria para guardar os esquis...); na dignificação da carreira docente e no combate sem desfalecimentos ao insucesso escolar.

Também a pobreza estrutural e multiseccular de algumas zonas e comunidades dos Açores é agora assumida, avaliada e combatida. A respeito da perspetiva e do combate à pobreza, o PSD como se sabe tem dias, estados de alma e mesmo recaídas. Pois não é que no último fim de semana, o atual Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, instado a pronunciar-se sobre a pobreza no seu concelho, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Ouçam!

Deputado Bruno Belo (PSD): Essa teve graça!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: A citação causa excitação, srs. deputados!

Dizia eu que o atual Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, instado a pronunciar-se sobre a pobreza no seu concelho, deu-lhe o aperto para espicaçar a sinceridade e saiu-se com esta “pérola”, cito: “Há mais um exercício de mendicidade por opção própria, de que um estado de necessidade e abandono”. O bom e velho PPD ressuscita sempre ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Em relação aos 17 sem abrigo!

Deputado Luís Maurício (PSD): Em relação aos 17 sem abrigo de Ponta Delgada! Essa citação está fora de contexto!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: O bom e velho PPD ressuscita sempre nos momentos mais oportunos, Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Em vez de culpar os suspeitos do costume, numa escandalosa e salazarenta perspetiva da realidade da pobreza, os Governos do PS ergueram a maior rede com o maior número de valências de equipamentos sociais do país. Lembre-se também que o gritante e recente silêncio do PSD acerca do RSI, só pode ter por causa um significativo decréscimo do número dos seus beneficiários, que esperamos e acreditamos ser consistente e bom sintoma da panóplia de políticas de apoio e de Solidariedade Social entretanto e sistematicamente prosseguidas. O mesmo se diga também a respeito da acentuada diminuição do número de açorianos inscritos em programas ocupacionais. De salientar ainda, por assumir especial importância, a prossecução de políticas sociais ao nível da Habitação, não só ao nível da chamada habitação social, mas também no que respeita aos subsídios de renda.

A proposta de Orçamento continua a contemplar atualizações reais da remuneração complementar e do complemento regional de pensão, naquilo que constitui já, conjuntamente com a adaptação fiscal e a eliminação de outros custos de insularidade na fonte, uma marca indelével das governações socialistas e um adquirido autonómico.

Ao nível do emprego, e do mesmo passo que se regista um importante aumento da população ativa, os níveis e as taxas de desemprego têm vindo claramente a diminuir.

A este respeito, convém igualmente salientar, e ao nível do sector público, e para além das medidas já previstas e implementadas na Lei de Orçamento em vigor, o processo especial de regularização previsto no artigo 8.º da proposta do

Decreto Legislativo Regional do Orçamento, que visa regularizar todas as situações precárias de quem tenha por título jurídico de emprego público o contrato a termo resolutivo, nomeação transitória ou contrato de prestação de serviço, com pelo menos dois anos de serviço. Trata-se de uma medida de larga abrangência, e em absoluta coerência com o passado dos governos Socialistas nesta matéria.

De resto, os dados estatísticos são absolutamente categóricos na confirmação da evolução positiva que a economia regional tem registado nos últimos anos.

Temos resultados positivos no PIB regional que nos últimos três anos cresceu acima dos 2%.

Somos, segundo o INE, a única região do país que manteve uma trajetória de convergência com a União Europeia, durante os últimos 17 anos. Neste mesmo período, o País divergia da Europa na ordem dos 6,9 pontos percentuais.

Os resultados positivos também se fizeram sentir na vida dos Açorianos que estavam desempregados e que voltaram ao mercado de trabalho. Há 116 mil 373 pessoas com emprego – o maior valor desde 1985, desde há 34 anos. E só este ano, foram criados mais 5700 empregos líquidos.

No setor do turismo, os aumentos também foram significativos nos últimos três anos, em que o número de hóspedes cresceu 66% e as dormidas ultrapassaram um milhão. Este ano, estes dados já foram ultrapassados e prevê-se que as dormidas possam atingir os 3 milhões.

Os resultados positivos também se fazem sentir no poder de compra das famílias Açorianas. A venda de produtos alimentares nas grandes superfícies aumenta, há dez trimestres consecutivos. Os levantamentos em multibanco, com cartões nacionais, também aumentaram.

Sra. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

São estas as propostas do Governo e da Maioria. Que continuam abertas ao debate e ao aperfeiçoamento. Apesar de alguns já terem decidido a destempo, o repto, esse, continua de pé.

Que este tempo de balanço, aliás nas vésperas de mais uma Festa Natalícia, ilumine a nossa oposição.

Não é a primeira vez que, em homólogo período parlamentar, o PSD surge, sempre centrado no contra, a rezingar mais uma orfandade, desgastando-se, indefinidamente, infinitamente, a arrumar a casa, num obsessivo exercício de carochinha infeliz, sempre à espera do próximo ratão! Assoberbado com reuniões e convocatórias, ilha, local e hora para mais uma reunião para internos e para zelotas, discutindo estatutos e listas dirigentes. E também por isso, e infelizmente, o PSD tem tido tão pouco tempo para pensar nos Açores e olhar para os açorianos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Lamento muito, mas isso não é para si, Sr. Deputado! Não lhe fica bem sequer! Para um Deputado mais jovem era mais aceitável!

O Orador: Aqui, já sabemos como se portará: vai pedir mais aumentos para os complementos de rendimentos que criámos e que eles, no poder, então revogaram; mais acessibilidades, mais Turismo; mais apoios sociais e mais incentivos às empresas; e menos precariedade laboral; mais infraestruturas – e vai, do mesmo passo, cramar contra o gigantismo da máquina administrativa, a enormidade da carga fiscal e a necessidade de devolver dinheiro às empresas e a algumas famílias.

Vão-nos pedir, com urgência e dedinho em riste, que façamos o contrário do que eles, no Poder, fizeram e não deixaram fazer; e vão-nos exigir que compensemos em dobro, e ontem, as malfeitorias que o Governo deles fez em Lisboa no tempo da Troika!

Para além da incoerência, o PSD não percebeu ainda que muitas das suas reivindicações são, as mais das vezes, ainda que de forma quantitativamente irresponsável, a exigência de mais um degrau, o ganhar em tom mais elevado uma nota, quiçá desagradavelmente estridente, mas sempre numa música, dum modelo e dum paradigma que é aquele que o Partido Socialista construiu para os Açores! Ao nível reivindicativo, o PSD só pede mais daquilo que já propusemos e daquilo que fizemos. Os Açorianos continuarão, estamos certos, a preferir o original...

Ainda assim, e apesar de tudo, a quadra casa-se com a sincera formulação de desejos piedosos: que o São Nicolau ponha no sapatinho do PSD, em jeito de prenda natalina, um novo líder, com adequado sentido institucional, capacidade propositiva e realismo responsável; que a direita açoriana se reencontre na paz e na harmonia do espírito natalício; que o BE, de sua natureza mais protestante, não caia na tentação proprietária de pretender ser a esquerda orgulhosamente só.

Nós por cá, estamos razoavelmente satisfeitos com aquilo que propusemos, com aquilo que fizemos e com aquilo que cumprimos. E sempre razoavelmente insatisfeitos com o que sempre falta fazer, ...

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Isto é que é latitude! Haja latitude para dar! O Sr. Secretário agora vai pedir uma interpelação à Mesa, isto é matéria da Vice-Presidência!

Deputado António Almeida (PSD): E sobre o Plano?

O Orador: ... e com ganas para continuar a responder aos novos desafios, para aperfeiçoar, na inexorável dinâmica das coisas, aquilo que já fizemos, e continuar a construir, com todos, uns Açores mais prósperos, mais justos e mais solidários.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PSD não pode deixar de vir neste momento salientar o seguinte sobre o debate que estamos a assistir relativamente ao Plano e Orçamento. É que ouvimos da parte do Sr. Vice-Presidente sobre o Plano e Orçamento para 2020 um discurso fantasioso, ficcionado e falacioso sobre a realidade regional. É que enquanto o Sr. Vice-Presidente do Governo daquela tribuna falava sobre a fantasia e a ficção e a realidade virtual em que vive este governo, o Instituto Nacional de Estatística publicava no seu site os dados sobre a pobreza no país e na Região e pasme-se, esta realidade triunfalista do Sr. Vice-Presidente do Governo resulta para os Açores numa alteração para pior do estado da pobreza na Região. Se a média nacional baixou de 17,3 para 17,2, a Região aumentou de 31,5 para 31,8.

Nos Açores, Sr. Vice-Presidente, em cada três Rosas uma é pobre.

Em cada três Bernardinas uma é pobre.

Em cada três Paulas uma é pobre.

E destas nove pessoas uma está em privação material severa, Sr. Vice-Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É que nos Açores, segundo os dados acabados de publicar, 13,1% da população está em privação material severa, Sr. Vice-Presidente. Não é a realidade que o sr. pintou daquela tribuna fantasiosa, falaciosa e ficcionada, uma realidade virtual e não venham, sras. e srs. membros do governo, srs. deputados da maioria, dizer que a culpa é da TROIKA porque a única responsabilidade da pior situação que os Açores vivem, em termos de pobreza, é de uma TROIKA deste Governo, deste PS e da vossa maioria absoluta.

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à última apresentação do Sr. Deputado Bruto da Costa, sinceramente já nos habituou a colocar os Açores para baixo....

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Fui eu que coloquei a região para baixo ou os senhores?

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não é ele! É o INE!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não ouviu!

O Orador: ...e aquilo que fez aqui hoje foi, mais uma vez, desvalorizar o esforço dos açorianos e o trabalho que o governo regional dos Açores tem feito nos últimos anos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado se há região do país com a maior rede de apoio social às famílias, é nos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Nós não escondemos os problemas nas gavetas, nós enfrentamos os problemas e apresentamos soluções, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Criam os problemas!

O Orador: ... nós apresentamos resultados, sr. deputado. Nós não escondemos a informação como era feito no passado. E portanto, aproveito essa intervenção para refutar aqui algumas das críticas que foram feitas, nomeadamente pelo deputado António Vasco. Disse o deputado António Vasco que este era um documento – o Plano e Orçamento – que apresentava falta de credibilidade. Sr. deputado é curioso que diga isso porque o sr. deputado é a mesma pessoa que critica que o investimento não aumenta e ao mesmo tempo o que faz é vir falar do aumento do diferencial fiscal e portanto, se há soluções que o PSD apresenta que não são credíveis, são soluções como essa que são pouco responsáveis e mais do que isso, não apresentam resultados para o futuro dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Portanto, aquilo que me apraz dizer neste momento é que este é um orçamento que responde aos desafios que temos hoje em dia, responde aos desafios atuais e prepara o futuro. É um orçamento que apresenta resultados, seja no aumento dos rendimentos, no aumento do investimento e no aumento do emprego e tudo isso são dados indiscutíveis, são factos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Este orçamento é um dos maiores da nossa história, é um orçamento que reforça o investimento na saúde com mais 26 milhões de euros, é um orçamento que aumenta o investimento público e também a esse respeito é bom lembrar que nos últimos três anos a taxa de execução do investimento público tem aumentado sucessivamente, 70, 72 e 84% no final de 2018.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é quase como as contas à Jorge de Jesus!

O Orador: E mais do que a taxa, o valor do investimento público executado também tem vindo a aumentar em termos absolutos e isso, mais uma vez, são factos indesmentíveis.

No apoio às famílias e na rede social de apoio, também aqui há um trabalho notável que foi feito e há resultados muito concretos. Ao longo dos anos aumentámos o salário mínimo de forma consecutiva e de forma responsável, aumentámos o complemento regional de pensão, aumentámos os apoios nas creches, descongelámos carreiras, recuperámos o tempo de serviço dos professores...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Isso!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: ... atualizámos tabelas salariais e muito mais do que isso, há um trabalho feito de forma sustentável e há resultados que são visíveis e que estão disponíveis para todos.

Mas também, muito importante para nós tem sido o percurso feito ao nível do emprego. Se alguma oposição criticava o PS pelos resultados da crise e pela taxa de desemprego quando esta atingiu os 18%, e refiro-me em concreto ao PSD e ao deputado Duarte Freitas ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está ali tão caladinho!

O Orador: ... a verdade é que hoje o mérito da redução do desemprego e do aumento da população empregada também é do Partido Socialista e desta governação, resulta do esforço dos açorianos, das empresas que investem, aumentam a sua competitividade, mas também das políticas públicas que foram traçadas e implementadas pelo Governo Regional do Partido Socialista.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: E aqui há um desempenho que é notável, temos hoje a maior população empregada de sempre com mais de 116 mil açorianos empregados, mas mais importante ainda é que desde o início da legislatura nós temos mais 8000 açorianos empregados e reduzimos o número de desempregados em 3000. Isso significa, na prática, que temos uma economia robusta, a criar emprego e a aumentar o rendimento das famílias.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: E tudo isso mais uma vez são dados muito concretos e que traduzem os resultados desta governação do Partido Socialista.

Por fim, gostaria aqui de mencionar alguns dados da evolução do pib per capita e desmentir uma vez mais aquilo que diz o deputado António Vasco. O pib per capita nos Açores convergiu oito pontos percentuais para a média nacional, em dezoito anos, a região dos Açores foi a que registou o maior ritmo de convergência.

Mas também em relação ao rendimento disponível das famílias também há aqui trabalho feito e desde 2005 que os Açores já ultrapassam a media nacional. De 2000 a 2016 os Açores tiveram o maior ritmo de convergência ao nível do rendimento disponível das famílias crescendo mais de 54% e acima de todas as regiões do país.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: E sabem porquê, srs. deputados? Porque aqui nos Açores temos os impostos mais baixos do país, seja no IRS, no IVA, IRC ...

Deputado António Almeida (PSD): Nem com isso trabalham bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Até parece que foi o senhor que inventou isso!

O Orador: ... e porque aqui nos Açores as famílias têm ao seu dispor uma rede social de apoio alargada que corresponde aos desafios, corresponde aos problemas, dá resposta nos incentivos ao arrendamento, dá resposta no

complemento açoriano ao abono de família e dá resposta também nos descontos nas creches e em toda uma rede de apoio social abrangente, alargada e disponível.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma interpelação à Mesa tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Uma interpelação, Sra. Presidente, para pedir à Mesa, que o PSD uma vez que notoriamente não é conhecido e não é consultado pelos deputados do Partido Socialista, uma cópia do destaque do INE que foi publicado esta manhã e que revela realmente que não é o PSD que puxa os Açores para baixo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Será depois distribuído por todos assim que a Mesa receber o documento em causa.

Sr. Deputado Carlos Silva pede a palavra para?

Para uma interpelação.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** É para referir que o Partido Socialista também vai disponibilizar aos deputados do PSD que também não conhecem a evolução do pib per capita e do rendimento disponível das famílias nos últimos dezasseis anos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Depois então a Mesa também fará a respetiva distribuição.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente na sua intervenção inicial traçou um cenário paradisíaco de uma região. De uma região que, ou o Sr. Vice-Presidente não vive nesta região ou o Sr. Vice-Presidente fala de uma região que não é a nossa e obviamente que aquele cenário que o Sr. Vice-Presidente traçou, e sendo eu da ilha das Flores e vendo a ilha das Flores a debater-se com o grave problema com que se debate, Sr. Vice-Presidente eu devo-lhe dizer que a Sra. Alexandra todos os dias luta para manter o seu negócio com a porta aberta.

Eu devo-lhe dizer que a Sra. Emília hoje sente-se desanimada e com vontade de desistir.

Eu devo-lhe dizer também que o Sr. Jorge faz todo o esforço para pagar os seus encargos e os seus vencimentos.

Eu devo-lhe dizer que o Sr. António, que é agricultor, vê com muita dificuldade a exportação dos seus animais e o conseqüente recebimento do valor do fruto do seu trabalho.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Vice-Presidente em 12 dias o Sr. Vice-Presidente do Governo fez um levantamento sobre os prejuízos de infraestruturas portuárias e de apoio portuário na região. Esse prejuízo cifrava-se em 330 milhões, dos quais 220 milhões tinham ocorrido na ilha das Flores.

Sr. Vice-Presidente hoje todos nós sabemos que até a normalidade estar reposta na ilha das Flores e essa normalidade levará o seu tempo, mas que é preciso perceber que existe uma ilha que precisa viver e que tem que continuar a viver, Sr. Vice-Presidente, hoje faz oito semanas que o furacão Lorenzo devastou o porto da ilha das Flores,...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... faz oito semanas que a ilha das Flores está a ser abastecida sem regularidade e de forma precária.

Sr. Vice-Presidente o PSD já se congratulou com duas medidas que propôs que foram acolhidas no orçamento deste governo, mas, Sr. Vice-Presidente, também foram publicadas reuniões do Sr. Vice-Presidente, no âmbito da solidariedade prestada do Governo da República, e o PSD dos Açores propôs a suspensão da segurança social temporária aos empresários e trabalhadores independentes das Flores e do Corvo.

Sr. Vice-Presidente que medidas, para além daquelas que o PSD propôs e que o governo já acolheu, que medidas está o Governo a pensar propor e a implementar nas Flores para apoiar a economia da ilha das Flores?

Sr. Vice-Presidente relativamente à administração pública, no n.º 1 e no n.º 3 do artigo 8.º do Orçamento está estabelecido o processo de integração dos funcionários públicos que prestam serviço com carácter permanente na

administração pública, tenham eles vínculo a termo ou prestem serviço. Sr. Vice-Presidente esta regularização é a segunda vez que ocorre nesta legislatura, maior prova de que existem precários a prestar serviços de forma permanente na administração pública não poderia haver, esta é a prova de que isso aconteceu durante quatro anos, duas vezes esse processo de regularização acontece. Contudo, existem outras pessoas que prestam serviço formalmente na administração pública mas que têm vínculos laborais com as IPSS. No PSD trouxe, há uns meses atrás uma iniciativa a esta Câmara para que fossem integrados, para que fosse desencadeado um processo concursal para a integração desses técnicos superiores na administração pública. Está o governo disponível também para proceder à integração dessas pessoas que prestam serviço na administração pública ao lado daqueles que estão integrados na administração pública auferindo um vencimento inferior e fazendo exatamente as mesmas tarefas, Sr. Vice-Presidente?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Vice-Presidente anunciou por diversas vezes que em 2018 o sr. Vice-Presidente autorizou a abertura de 747 vagas. Em 2019 autorizou a abertura de 970 vagas.

Sr. Vice-Presidente quer em 2018, e até agora, em 2019 aquele número de vagas que foi solicitado pelos serviços e pelos dirigentes da administração pública à tutela para que fossem autorizados a sua abertura, nem todos foram desencadeados os procedimentos concursais. Como é que o sr. explica que um serviço que solicita à tutela a abertura de uma vaga e essa vaga é autorizada e depois esse procedimento concursal não acontece? Isso gera expectativas nas pessoas que depois são goradas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado José San-Bento.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista participa com orgulho e inconformismo neste importante debate do Plano e Orçamento da Região para 2020.

Queria aproveitar para, em nome da direção do grupo parlamentar, saudar todos os partidos aqui presentes ...

Deputado Luis Maurício (PSD): E a deputada independente?

O Orador: desejando que possamos fazer um debate profícuo e um debate que possa melhorar aqueles que são os documentos que estão para a nossa análise.

E saudamos, inclusivamente, aqueles partidos que já demonstraram aqui que estão deslocados da realidade e que parecem viver num universo paralelo.

Queria também saudar o governo, na pessoa do Sr. Presidente, pelo rigor e pela ambição que este orçamento e que este plano de investimentos para o próximo ano apresentam a este Parlamento e como ainda muito recentemente lembrou, e bem, o Sr. Presidente da República quando diz que as dificuldades e os desafios são sempre imensos e os recursos nunca chegam, o essencial é estabelecermos as prioridades e o governo apresenta aqui a este Parlamento um orçamento para o próximo ano que tem de facto as prioridades certas, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já o ano passado era!

O Orador: ... um governo que está em contacto com a realidade e que elencou aqueles que são os setores que devem merecer a nossa atenção.

Desde logo, em primeiro lugar, vou destacar a dimensão social na nossa governação com um grande apoio à solidariedade e à proteção social em que eu destaco mais de 25 milhões de euros, e é muito importante para quem nos está a

ouvir, mais de 25 milhões de euros em complementos de pensão que abrangem mais de 37.000 idosos ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... isto é um sinal de um governo atento, um governo com consciência social e com uma grande preocupação em resolver as questões que também passam, como é evidente, pelo combate à pobreza que são sempre uma prioridade e que têm sido uma prioridade e que para nós não são uma medida de caridade, são um ato de justiça e o PS faz aqui solenemente o compromisso de continuarmos destemidamente e sem nunca vacilar o combate contra a pobreza nos Açores, isto é uma prioridade para o Partido Socialista.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Mas na dimensão social também uma grande aposta na educação e na saúde e quem disse aqui, por falar em educação para aqueles que acusam este orçamento de ser igual aos outros, o que é mentira, relembro que este orçamento contempla, pela primeira vez, o início da recuperação de tempo congelado aos professores e esta é uma das medidas que também deve ser aqui salientada.

Em segundo lugar queria destacar o investimento que está presente neste Plano. Nós temos um investimento privado que vai crescer em termos diretos, quase mais 9% face ao ano passado e isso também são aspetos muitos positivos, Um crescimento económico em terceiro lugar, destacar aquilo que tem sido a relevância da dinamização económica contando com o investimento público – é verdade – mas com muitas empresas, com muito investimento privado e aqui também saudamos o governo. Todos os dias temos notícias de mais investimentos privados, de mais intenções de investimento e isto significa que nós estamos a crescer e isso também é possível porque os privados sabem que têm confiança para investir, até porque têm os impostos menos onerosos do país e isso é muito importante.

E é bom que se diga que também, em quarto lugar, este é um investimento e um plano de emprego e rendimento, não só geração de emprego, como também uma melhoria assinalável do rendimento dos trabalhadores e estas coisas têm que ser vistas em paralelo. Uma luta contra o desemprego, uma luta contra o emprego precário, mas também uma luta a favor do rendimento, são estas dimensões na política de emprego que o PS quer aqui destacar e por isso é que nós temos desde 2014 uma descida de menos 12.000 desempregados nos Açores, o que é um número impressionante na ação do governo e que deve ser aqui salientado. Nós estamos a vencer o combate do desenvolvimento e nós estamos a vencer o combate da luta contra o desemprego.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: E em quinto lugar o desafio da coesão regional, promovendo investimentos seletivos, com investimento público onde há menos investimento privado e também aqui usando o turismo como um fator de coesão dos Açores e nós reiteramos aqui que o modelo de desenvolvimento turístico que defendemos para os Açores é um modelo que tem que beneficiar todas as ilhas dos Açores e não uma, duas ou três, todas as ilhas dos Açores a serem beneficiadas e o turismo a funcionar como um fator efetivo de melhoria de desenvolvimento dessas ilhas menos populosas e de fator de coesão. Temos por isso, um orçamento de desenvolvimento, um orçamento de emprego, um orçamento de rendimento e um orçamento que promove e defende os serviços públicos, que nós continuamos apostados. E isso é que é o essencial, sras. e srs. deputados, este plano e orçamento para o próximo ano não vão resolver todos os problemas dos Açores, sabemos bem disso, mas darão um contributo muito importante para atenuar dificuldades e para vencer desafios e o balanço que nos interessa aqui apresentar é vermos no final de 2020 como é que estarão os Açores face ao final de 2019 ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Veja o que aconteceu o ano passado e agora este ano!

O Orador: ... e nós temos a certeza de que no final de 2019, face ao final de 2018, os Açores estarão mais coesos, mais desenvolvidos e com mais riqueza.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mais pobres!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na minha intervenção inicial tive todo o cuidado de fazer uma caracterização o mais rigorosa, o mais objetiva e o mais concreta da realidade dos Açores.

Citei exclusivamente os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística, a evolução positiva de todos estes dados, em termos de criação de riqueza, em termos de aumento de rendimento, em termos de aumento de emprego foram os dados do Instituto Nacional de Estatística e tive o cuidado de dizer aquilo que para nós é essencial: o mérito destes resultados não é do governo, o mérito destes resultados é dos açorianos.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: Desmerecer esses resultados é desmerecer o esforço dos açorianos.

Desmerecer esses resultados é desconsiderar a coragem dos açorianos.

É isso que nos motiva, é isso que nos orgulha, o trabalho e o esforço dos açorianos e é isso que leva os Açores para a frente.

Mas mais importante que a trajetória que conseguimos, que é reconhecida por todos, é fundamental aquilo que ainda falta fazer. É possível fazer sempre mais

melhor e o nosso desafio, a nossa motivação, o nosso esforço, a nossa exigência é para o que ainda falta fazer e para o qual nós iremos canalizar todos os nossos recursos, todas as nossas energias e toda a nossa disponibilidade para servir cada vez melhor os Açores e os açorianos.

Por isso mesmo este debate está clarificado, os Açores nunca tiveram tantos açorianos empregados, os Açores nunca tiveram um nível de produção de riqueza tão elevado e um rendimento tão elevado e os Açores nunca tiveram a confiança tão forte no futuro, medida na capacidade de investimento dos privados e das empresas.

Mas há sempre alguém que tenta desmerecer o esforço dos Açorianos e aquilo que o Sr. Deputado João Bruto da Costa veio aqui trazer, criando número e tentando pegar numa estatística que saiu hoje, omite um fator essencial. O que o sr. deputado disse era que, de acordo com os dados, 31% dos açorianos se mantinham com a variação para mais 0,3 pontos percentuais naquilo que se chama o limiar de pobreza, ou seja, que tinha um rendimento que era 60% da mediana do rendimento e que com isso os Açores pioravam. Não é verdade, sr. deputado. Sr. deputado omitiu o essencial, é que o ano passado 31,5% dos açorianos tinham, de acordo com essa estatística, um rendimento até 468 euros por mês. De acordo com dados hoje saídos 31,8, ou seja, mais 0,3%, tem um rendimento, mas não é de 468 é de 501 euros por mês, ou seja, há um ano tínhamos 31% dos açorianos com um rendimento abaixo dos 468 euros, passado um ano temos 31% dos açorianos com um rendimento até 501 euros, ou seja, com mais 33 euros por mês. É isso que essa estatística demonstra.

Deputado Luis Maurício (PSD): Afinal, há mais açorianos no limiar da pobreza ou não?

O Orador: Mas mais, o sr. o que omitiu foi que a desigualdade também tinha baixado de acordo com a estatística. O sr. omitiu que a desigualdade tinha baixado, ou seja, o que o sr. fez é 31% tem mais 33 euros por mês em média do

que tinham e a desigualdade baixou. Mas quero-vos dizer como disse ali, os açorianos não são números, os açorianos não são estatísticas, os açorianos são vidas ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Acho que o senhor se esquece!

O Orador: e essencialmente o que precisam não é o debate de 0,1 ou 0,3, por mais positivo que ele seja, o que precisam é de respostas cada vez mais concretas para os seus problemas e o que estamos aqui a fazer ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ainda bem que o senhor fez esse esclarecimento!

O Orador: ... não é apenas a analisar a evolução positiva de todos os indicadores, o que estamos aqui a fazer é fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para que cada açoriano que tenha um problema, para que cada açoriana que careça de uma resposta do governo, nós digamos presentes, até ao limite dos nossos recursos, até ao limite das nossas competências.

Assim se constrói os Açores, assim se serve os Açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Carlos Silva eu dispenso o documento, faz parte da estatística do SREA, nós temos isso. O SREA é um instituto público e portanto, sobre essa matéria não há qualquer dúvida, a questão aqui ...

Deputado Carlos Silva (PS): Então o senhor confirma aqui aquilo que eu disse!

O Orador: ... é o período que se faz a comparação e aquilo que apresentei na intervenção tem a ver com a convergência de acordo com aquilo que é uma estatística aceite e a verdade é que os Açores não convergiram.

Não podemos estar sempre amarrados ao ano de 2000 a 2016 que é um período conveniente. Se introduzir 2017 ...

Deputado Carlos Silva (PS): É o que está no âmbito da análise!

O Orador: ... já chegamos a uma situação em que a Região em 17 anos não convergiu e Portugal também foi governado muitos anos pelo Partido Socialista e portanto, não havia grandes expectativas aqui.

A situação da Região, e é aquilo que nos interessa, comparativamente ao país – nós estamos em termos do pib per capita por paridade de poder de compra, relativamente ao país – nós estamos exatamente ao nível que estávamos em 2006, ou seja, em 12 anos não convergimos com o país no principal indicador e essa é a verdade.

Deputado Carlos Silva (PS): 8 pontos percentuais!

O Orador: Falei do ano 2015 a 2018 que isso foi exatamente o cenário macroeconómico que constava na proposta do orçamento, – aliás eu felicito aqui a iniciativa do governo, fez uma projeção para o próximo ano – tudo isso é bom, mas a questão é essa a Região não tem convergido nem com a Europa, nem com o país e isso é um drama porque aquilo que é o grande objetivo da autonomia, da nossa capacidade de nos autogovernarmos, tem a ver exatamente com isso: aproximar o nível médio de vida dos açorianos do país e da Europa ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e esse é que é o desígnio que não tem sido cumprido, não vale a pena pegar em números do período que recuou há um ano e depois esqueceu o

outro ano, a questão de fundo é esta e a avaliação que se faz é uma avaliação séria, olhando para os números, olhando para a posição relativa da Região e do país e o nosso desgosto é esse é que a Região não se aproxima e não basta que se diga que nos últimos três anos o PIB foi de 2,1 no país, há 15 dias era 2%, desde ontem é 2,1 e que na Região foram 2,5%. Estamos a falar de três anos, ainda assim, nem esses números são corretos, o que é pena ...

Deputado Carlos Silva (PS): São quatro anos!

O Orador: ... porque a verdade é que para o período definido no orçamento de 2015-2018 a Região não convergia com o país e a convergência que teve com a União Europeia foi mínima ...

Deputado Francisco César (PS): Já houve convergência com a União Europeia!

O Orador: ... – três décimas – e do conjunto de 16 países que estão em convergência na União Europeia, no mesmo período, só a Grécia ficou atrás de Portugal e dos Açores, todos os outros 14 países cresceram muito mais rapidamente do que Portugal e do que os Açores.

Esse é que é o drama, nós não estamos a convergir e é bom reconhecer o erro, reconhecer que há políticas que eventualmente estão erradas, com as mesmas políticas os resultados serão sempre os mesmos e isso não é bom para os açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, nós podemos voltar aqui a discutir as percentagens do pib, os critérios do pib, para baixo e para cima, mas o dado objetivo nos últimos quatro anos os Açores cresceram em termos reais em média acima do país, 2,5%, o país 2,1%. Isto é o facto, nós crescemos mais em termos reais e mais em termos nominais do que o país nos últimos quatro anos, é indesmentível sr. deputado.

Uma coisa diferente é analisar o pib per capita porque o pib per capita tem em conta a variação da população.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Ora, aí está!

O Orador: Ora bem, o que o sr. está a querer é introduzir um dado onde a população do país teve uma variação, baixou mais e fez com que o mesmo pib per capita tivesse subido, quando o valor real do pib, que é o rendimento gerado em termos reais – deduzido do deflator do produto que tecnicamente reduz o efeito da variação de preços, face à quantidade – faz com que o produto interno bruto dos Açores, nos últimos quatro anos, tenha crescido em média 2,5% acima dos 2,1% do país, ou seja, crescemos mais do que o país do ponto de vista percentual.

Estamos satisfeitos com o que crescemos? Não.

Queremos crescer mais? Sim.

Crescemos mais do que o país? Sim.

Vamos conseguir ainda crescer mais? Sim, com certeza.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(*Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo*)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente do Governo.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente eu não falei do pib per capita de 2015-2018, tenho os dados que estão publicados na proposta do orçamento, os dados da Região que dão o crescimento de 2,5% e tem os dados do país, corrigidos em setembro, que dão o crescimento médio anual desse período 2,4%, rigorosamente 2,44% - 2015-2018. Significa que a alteração que foi feita às contas nacionais em setembro de 2019 e que foi apresentada durante a campanha eleitoral, que era favorável, a variação real do pib foi corrigida a nível nacional e eu questionei o Sr. Vice Presidente na comissão se relativamente à Região haveria correção ou não e o que me disse é que: “Havendo, só em dezembro” e também disse na intervenção: “vamos aguardar por dezembro”. Agora, os dados disponíveis neste momento mostram que neste período, ao contrário do que disse o Governo, a Região cresceu 2,5 – é verdade –, mas o país não cresceu 2,1, cresceu 2,4.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Cresceu sempre acima!

O Orador: Vale pouco, mas é o que está publicado pelas estatísticas e representa uma alteração em setembro que foi boa para o país. Eventualmente se a Região for corrigida positivamente também ficamos satisfeitos, agora os dados que temos são esses, não é sério estar aqui a dizer que crescemos mais meio ponto em cada um dos anos com estatísticas que foram já corrigidas a nível nacional e essa é a questão que era importante deixar aqui.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu só queria registar, com alguma tristeza, que o governo ou esqueceu-se, ou não tem nenhuma resposta para me dar às questões que eu coloquei.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Tem razão, Sr. Deputado Bruno Belo, passei ao lado das notas das suas perguntas e respondo muito claramente: Sr. Deputado Bruno Belo em relação àquilo que são as empresas das Flores nós tudo faremos, no limite dos nosso recursos e no limite das nossas competências, para minimizar os efeitos e anular os efeitos decorrentes deste furacão na atividade económica desses empresários, mas faremos de forma rigorosa, de forma a avaliar exatamente qual é o impacto e a criar as medidas de compensar apenas e exclusivamente esses impactos e permita-me, sr. deputado, há oito semanas houve o furacão, vir exigir que passados apenas dois meses daquela que foi uma das maiores situações de catástrofe natural na ilha das Flores, se possa ter a vida totalmente reposta para todos é exigir um esforço sobrenatural, mas tudo faremos para o conseguir o mais rapidamente possível.

Segunda matéria, muito rapidamente, em relação aos trabalhadores da administração pública regional, sim, nós vamos dar continuidade a este enorme esforço para que todos aqueles que tenham dois anos a contrato ou dois anos a

recibos verdes possam integrar o quadro da administração pública regional nos próximos anos. Em relação aos trabalhadores das IPSS, os trabalhadores das IPSS não são trabalhadores da administração pública regional, mas como já foi assumido várias vezes e concretizado pela Secretaria Regional da Solidariedade Social anualmente tem sido autorizada a abertura de concursos para corresponder exatamente às necessidades permanentes que estão a ser satisfeitas, às vezes por trabalhadores em cooperação com as IPSS e que devem ser feitas diretamente pela administração pública regional e o mecanismo correto e legal para esse efeito é a abertura de concursos para o efeito, como fizemos nos últimos dois anos e como continuaremos a fazer no próximo ano.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Ainda antes de passar a outro tema que gostaria de abordar com o Sr. Vice-Presidente, quero-lhe apenas dizer, Sr. Vice-Presidente, o sr. é reconhecidamente – e perdoe-me, sem ofensa – um malabarista dos números, mas olhe então e explique, na sua conceção, porque é que nos Açores existem mais do dobro de cidadãos com privação material severa do que em relação à média nacional que é de 5,6 e nos Açores é de 13,1? Estamos a falar de privação material severa, ...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Que é isso para si?

Deputado Luís Maurício (PSD): O que o INE diz!

O Orador: ... não estamos a falar da base de cálculo daquilo que é a taxa de risco de pobreza.

Sr. Vice-Presidente a coesão territorial é assunto recorrente da discussão política e desígnio da autonomia.

No que respeita à ilha da Graciosa o Governo foi incompetente e falhou onde não podia falar. Falhou porque apresentou à Graciosa promessas estruturantes que não cumpriu e foi incompetente em toda a linha na implementação do conceito de ilhas de coesão.

A ilha Graciosa não pode continuar a viver de promessas por cumprir e os graciosenses não podem continuar a ser enganados por este governo.

O PSD Açores propõe que seja implementado um plano de desenvolvimento a pensar nas especificidades da ilha e nas suas características, identificando os seus problemas e aproveitando as suas potencialidades porque é urgente combater o despovoamento da ilha.

O Governo prometeu há oito anos a criação de um mercado interno regional, oito anos há espera de navios, oito anos a ouvir desculpas que fizeram a ilha Graciosa perder oportunidades, que fomos excluídos, de forma vergonhosa, da linha lilás da Atlânticoline ...

Deputado Francisco César (PS): Isso não lhe fica nada bem!

O Orador: ...e não nos conformamos com essa traição.

Não podemos aceitar isto de ânimo leve e não fomos eleitos para calar aquilo que é fundamental para a Graciosa. A nossa atividade produtiva, as nossas agricultura e pescas não podem continuar a perder oportunidades por causa da vossa incompetência.

Não são lamúrias, são exigências e como deputado eleito pela Graciosa irei sempre lembrar as nossas dificuldades e exigir o cumprimento das promessas feitas.

Os graciosenses padecem por causa das políticas deste governo e que resultam diretamente do estado das finanças públicas sob o comando, há já quinze anos, do Sr. Vice-Presidente.

Há doentes à espera de uma consulta de neurocirurgia há um ano e meio, de ortopedia há um ano e meio, de dermatologia há um ano e meio, de endocrinologia há um ano, de urologia há um ano. Há doentes com possibilidades de doenças graves, na ilha Graciosa, há espera por uma consulta e exames de especialidade, sem data prevista para a sua realização como é o caso da gastro, em que o médico habitualmente que lá ia, ia duas a três vezes por ano e este ano foi apenas uma vez e há doentes há espera, com a possibilidade de terem doenças graves, que o médico lá volte e não está previsto o seu regresso para tão cedo.

Mais uma vez não são lamúrias, são desesperos e direitos negados a uma população que exige tratamento que não pode continuar a ser recusado. Os graciosenses não merecem a incompetência deste governo socialista. O PSD Açores irá apresentar propostas em benefício da Graciosa e da sua população e que no passado o Partido Socialista chumbou essas propostas. Esperemos que agora, em ano eleitoral, tenham a decência de as aprovar ou de propor melhor.

Deputada Graça Silva (PS): Apresente a proposta!

O Orador: Estamos eleitos para defender os interesses dos graciosenses e das nossas populações, em defesa da nossa agricultura, em defesa das nossas pescas, em defesa da nossa economia e em defesa, sobretudo, da saúde dos graciosenses.

Sr. Vice-Presidente do Governo depois de 23 anos de governo do seu partido impõe-se que explique aos graciosenses as razões do seu insucesso que nos penaliza a todos.

Disse.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Os Açores estão muito melhores!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente os florentinos não pedem esmolas, não pedem caridade, os florentinos precisam de solidariedade e aquilo que v.exa. acabou de dizer é uma “mão cheia de nada”. A solidariedade não se esgota num minuto nem num momento, como disse o Sr. Presidente da República quando se deslocou à ilha das Flores.

Sr. Vice-Presidente está ou não o governo regional disposto a junto do governo da república que seja aplicado nas Flores e no Corvo...

Deputado Francisco César (PS): Já foi respondido isso!

O Orador: ... a suspensão dos encargos à segurança social das empresas e trabalhadores independentes, tal qual como foi aplicado na sequência dos incêndios de Pedrógão?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, Sr. Deputado Bruno Belo vamos ser claros, este governo pretende apoiar os empresários do Corvo e das Flores para anular totalmente os efeitos da redução da sua atividade decorrente da inoperacionalização do porto e total, mas faz em primeira mão ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A embarcação não vai outra vez!

O Orador: ... usando das nossas competências, da nossa autonomia e dos nossos recursos para quantificando e efetivamente e rigorosamente ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Então seja claro e diga quais são!

O Orador: ... quais são esses impactos, criar todas as medidas que os anulem e isso depende da Região, depende desta Assembleia e depende de nós, não depende dos outros. Não é solicitando aos outros para fazem aquilo....

Deputado Bruno Belo (PSD): Mas foi o senhor que foi solicitar lá fora!

O Orador: ... que nós devemos fazer por nós. O nosso caminho é um caminho de autonomia, é um caminho de rigor e é um caminho, no âmbito das nossas competências, para resolver esses problemas.

Deputado Bruno Belo (PSD): A solidariedade não se pede, solicita-se!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O que está a suceder nas ilhas das Flores e do Corvo é uma vergonha porque passado todo este tempo, os srs. não conseguem coordenar uma operação de abastecimento àquelas ilhas que seja eficaz.

Não temos mais nenhuma ligação esta semana, há dificuldades, os stocks não foram repostos, o gado continua por sair da ilha e os srs. não têm respostas.

É uma vergonha esta situação!

Já esperamos demasiado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Ávila tem agora a palavra.

(* **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já é habitual o Sr. Deputado João Bruto da Costa ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A intervenção foi do Sr. Vice-Presidente, não foi minha!

O Orador: ... vir até esta sala apoucar aquilo que se passa na Graciosa e de facto, o Sr. Deputado João Bruto da Costa não tem razão naquilo que diz. Eu sei que agora o sr. vai passar o resto da minha intervenção a falar para o lado, – é habitual – mas eu ouvi-o com muita atenção e gostaria que o sr. perdesse algum tempo a ouvir aquilo que eu tenho para lhe dizer. O sr. passa a sua vida como deputado a apoucar aquilo que se passa na Graciosa, já fazia isso com a Câmara Municipal e faz isso também aqui na Assembleia Regional dos Açores, mas o que se passa na Graciosa não é assim tão mau, sr. deputado, porque há coisas que estão a acontecer nos últimos tempos que tem a ver com o progresso da nossa terra e o sr. devia também ficar satisfeito pelo facto da nossa ilha estar também a avançar em várias áreas, uma delas tem a ver com o poder de compra, sr. deputado. O sr. deputado sabe que em 1993 a diferença entre o poder de compra regional e o poder de compra da Graciosa eram de 25,5% e agora, em 2015, é de cerca de 13. Ainda há aqui uma grande diferença que importa colmatar, mas sabe sr. deputado em 1993 nós tínhamos quatro municípios que tinham poder de compra abaixo do nosso. Nós agora melhoramos, temos sete. Temos que melhorar mais? Temos sim sr., é verdade.

Mais, sr. deputado vamos por exemplo à Madeira. A Madeira tem 11 concelhos e em 2015 nós tínhamos sete concelhos da Madeira (eles só têm 11) que são piores que o nosso. Sabe quais são os concelhos que tem melhor poder de compra que o nosso na Madeira? O Funchal, Porto Santo e Machico. Os outros todos têm um poder de compra inferior ao nosso.

Deputada Mónica Seidi (PSD): E a saúde?

O Orador: O sr. fala também aí na questão do turismo. Oh, sr. deputado, nós entre 2009 e 2018 crescemos 53%, que era uma coisa que o sr. não acreditava.

O sr. aqui há poucos anos não acreditava que houvesse desenvolvimento no turismo e felizmente isso tem acontecido.

Sr. deputado, há outras coisas que eu tenho que lhe dizer que nós temos vindo a melhorar, por exemplo: pessoas ao serviço nas empresas da Graciosa – o sr. sabe, por exemplo, que em 2016 nós tínhamos 914, mas em 2006 só tínhamos 813. Dos 19 concelhos, nós somos o quinto que tem menos pessoas ao serviço nas empresas, portanto sr. deputado é verdade que o nosso concelho tem alguns problemas, mas também tem algumas virtudes e o que nós precisamos de fazer é trabalhar todos para que a situação económica da graciosa vá melhorando. Felizmente isso tem acontecido e os indicadores que nós temos, os tais indicadores económicos que o sr. costuma falar, têm vindo a melhorar ano após ano e isso tem a ver com aquilo que se tem feito na Graciosa nos últimos tempos. Eu não sei o que é que o sr. vai propor agora, se é um novo modelo de sociedade de desenvolvimento? É isso que vai fazer? A proposta é aquilo que se propôs há muitos anos, sociedades de desenvolvimento, uma por concelho, é isso? Nós precisamos de saber porque nós temos o exemplo da Madeira e temos o exemplo das contas das sociedades de desenvolvimento da Madeira, eu por acaso tenho aqui os números ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Oh, e contas é o que não falta! E das empresas públicas é só escolher!

O Orador: Nós o que precisamos de saber ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: Portanto, Sr. Deputado João Bruto da Costa, o sr. deputado tem sempre uma habilidade de trazer aqui algumas coisas que são transversais. É claro que nós temos também doentes que esperam pelas suas consultas e também pelas cirurgias, mas ó sr. deputado é verdade ou não é verdade que, neste momento, há mais consultas ...

Deputado Luís Maurício (PSD): O senhor não se meta nisso!

O Orador: ... Não se meta nisso porquê, sr. deputado? O sr. é que tem um exclusivo...

Presidente: Srs. Deputados por favor não entrem em diálogo

Deputado Luís Maurício (PSD): O senhor não se meta nisso! O senhor sabe que tem doentes da medicina interna há espera há meses de um internista que fosse lá!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: ... Ó sr. deputado o sr. não sabe do que é que está a falar.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sei, sei! O senhor é que quer esconder!

Deputada Mónica Seidi (PSD): À semelhança os doentes estão lá à espera!

O Orador: Mas sr. deputado eu precisava era que nos esclarecesse aqui que tipo de sociedade é que quer criar na Graciosa? Que tipo de empresa pública é que lá quer desenvolver? Porque, sr. deputado, a nossa ilha felizmente tem vindo a desenvolver-se nos últimos tempos e neste momento o que precisa mais é de ideias e não de vir aqui puxar para baixo, como o sr. constantemente costuma fazer, aliás, à semelhança do que o PSD tem feito constantemente relativamente ao arquipélago dos Açores, tem sido sistematicamente a puxar o arquipélago para baixo e temos visto isso sempre em todos os sectores da nossa economia.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa pede a palavra para?

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Um protesto, Sra. Presidente.

Presidente: Um protesto a ?

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Um protesto relativamente a toda a intervenção do Sr. Deputado José Ávila referindo-me a mim, exclusivamente, como o deputado que puxa a Graciosa para baixo, que fala mal da sua terra, quando não foi exatamente isso ...

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Um protesto porque o que está em causa neste Parlamento, sr. deputado, não é o Deputado João Bruto da Costa, são as pessoas da Graciosa que aguardam pela vinda do gastroenterologista para poderem saber se têm ou não uma doença grave; são as pessoas da Graciosa que aguardam há um ano por uma consulta de urologia para saber se têm alguma doença grave ...

Deputado Francisco César (PS): É demagogia!

O Orador: Não é demagogia, sr. deputado! Sabe porque é que não é demagogia? Porque na primeira consulta o médico faz uma observação, na segunda consulta faz uma avaliação, eventualmente é que pode determinar se as pessoas precisam ou não de fazer outros exames e há pessoas à espera disso, a desesperar à espera disso e o médico não vai lá por vossa incompetência ...

Deputado Francisco César (PS): Não é assim!

O Orador: ... e não é o Deputado João Bruto da Costa que está em causa, são as pessoas da Graciosa, é para defender as pessoas da Graciosa que aqui estamos, não é para o sr. me atacar constantemente pelo seu ódio pessoal e por aquilo que não interessa em relação à ilha Graciosa.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Ávila para um contra protesto dispõe de dois minutos.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Realmente o que o sr. deputado veio aqui fazer é demagogia “pura e dura”.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não é!

O Orador: O que se esperava da parte do sr. deputado é que fizesse aqui um contributo para o desenvolvimento da nossa ilha.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não é, não!

O Orador: É isso que nós precisamos, precisamos de ideias, precisamos de trabalho e precisamos, todos juntos, puxar a Graciosa para cima.

O sr. inclusivamente as táticas que utiliza em termos de debate político é por exemplo fazer um voto de protesto quando um comandante de um navio acha que não há condições de atracar na Graciosa. É essa a sua tática política! Trazer aqui um voto de protesto quando um comandante toma uma decisão...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas o que é que isso tem a ver?

Deputada Mónica Seidi (PSD): Mas o que é que isto tem a ver com o protesto?

Deputado Bruno Belo (PSD): Isto é lamentável! Isto é surreal!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É a latitude!

O Orador: ... para preservar a vida dos passageiros e dos bens que transporta ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... o que o sr. faz é trazer aqui requerimentos a esta Casa dizendo que o governo é despesista ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Mais um protesto!

O Orador: ... quando põe, por exemplo, sinais de trânsito numa rotunda, pensa que os sinais de trânsito estão a mais, o sr. traz aqui o requerimento a esta Casa confundindo os graciosenses relativamente a esta situação.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Deputado Luís Maurício (PSD): Isto não é contraprotesto!

O Orador: Por isso eu digo, sras. e srs. deputados, o sr. se quiser puxar a Graciosa para cima contará comigo e será bem-vindo, mas assim não, sr. deputado, comigo não conta aqui, nem nunca contou, nem nunca contará.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

(* **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Vice-Presidente o PSD vem aqui com a intenção clara de perceber do governo quais são as suas intenções e medidas de apoio à economia da ilha das Flores e faço-lhe um apelo também, Sr. Presidente, vamos colocar as pessoas em primeiro lugar, vamos colocar as empresas em primeiro lugar e faço-lhe uma pergunta muito clara: o sr. é ou não a favor de que sejam suspensas as contribuições à segurança social para as empresas e trabalhadores independentes por forma a essas empresas e esses trabalhadores independentes libertarem recursos para fazer face aos outros problemas? Primeira questão.

Segunda questão: Sr. Vice-Presidente como o governo em doze dias conseguiu fazer o levantamento de 330 milhões de euros na Região e hoje estamos a oito semanas, quais são os valores estimados do prejuízo da economia das Flores até agora?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra para participar neste debate porque, sem prejuízo da importância de todos os assuntos que aqui têm estado em debate, há uma questão que em particular e que tem a ver com a situação da ilha das Flores e também da ilha do Corvo e sobre a qual eu gostaria também de contribuir para este debate.

A resposta à questão que o Sr. Deputado Bruno Belo e também o Sr. Deputado Paulo Estevão colocam, mas sobretudo o Sr. Deputado Bruno Belo em relação ao apoio às empresas da ilha das Flores, a resposta é muito simples: o objetivo do Governo prioritário é normalizar a situação de abastecimento à ilha das Flores e à ilha do Corvo porque, resolvida esta parte, é a partir daí que tudo se normaliza, não havendo a necessidade obviamente de criar medidas de apoio social ou de outro cariz que têm nesta questão das perturbações do abastecimento, a raiz do problema. A pergunta seguinte naturalmente será: “mas porque é que isso ainda não foi feito?”, conforme as sras. e os srs. deputados sabem, neste momento, o Porto das Lajes das Flores, o cais que aí está operacional que é transversal ao cais que está destruído, tem apenas, pelo edital do Capitão do Porto da Horta, a possibilidade de operação de navios até 60 metros e com um calado de 4 metros. Isso é manifestamente insuficiente para movimentos de mercadorias que servem a ilha das Flores. Estamos a falar, tendo em conta o histórico, de cerca de 60 a 70 contentores, de 15 em 15 dias, incluindo a mercadoria do Corvo.

O que é que está a ser feito neste momento? Nós esperamos, se assim as condições atmosféricas o permitirem, que esta semana fiquem concluídos os trabalhos de libertação de mais área de cais acostável e de maior profundidade de operação e será até ao máximo possível neste momento e será em função dos

dados que resultem desse trabalho e do posterior edital que o Capitão do Porto da Horta determinar que será possível avaliar que navio é que pode operar ali.

A Atlânticoline, sob orientação do Governo, logo a seguir aos problemas e ao furacão começou à procura de navios alternativos para reforçar a capacidade de resposta e reforçar as condições de operacionalidade, de fiabilidade da operação porque, conforme é público, nós consideramos que apesar de toda a disponibilidade e de toda a colaboração dos armadores do tráfego local, o facto é que os navios que existem neste momento não têm a capacidade de resposta, nem asseguram o nível de fiabilidade da operação que é necessário, sobretudo no inverno, para o abastecimento a estas ilhas.

Nós poderíamos já ter hoje escolhido um navio? Não, porque se não sabemos qual é a área de cais acostável que vamos ter nas Flores, não seria possível escolher um navio. Podíamos escolher um navio de 90 metros quando o cais acostável é apenas de 80 metros e portanto, a questão principal não tem estimativa possível aqui, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Qual a estimativa?

O Orador: ... tem é saber exatamente qual é o edital do Capitão do Porto da Horta, navios até que comprimento e com que calado?

Há várias hipóteses que estão analisadas neste momento: navios de diverso comprimento, de diverso calado e de diversa capacidade.

Objetivo do Governo: garantir que um navio que sirva esse abastecimento dê resposta às necessidades da ilha das Flores e se não foi possível fazer ainda porque não é possível ainda nós termos, da parte do Capitão do Porto da Horta em virtude dos trabalhos de remoção de detritos que estão a ocorrer, a aérea exata e o comprimento de cais em que é possível operar. Esta semana estima-se que esse assunto fique resolvido com a determinação de um navio que possa resolver esse problema e que possa introduzir normalidade, regularidade naquilo que é o funcionamento da economia da ilha das Flores.

Esta é a perspetiva do Governo, este é o trabalho que está a ser feito e estas são as razões pelas quais nós ainda não estamos numa situação de normalidade. Nós colocámos algumas hipóteses alternativas que não são as soluções que havia antes, mas eu penso que isso toda a gente percebe, se nós temos um cais completamente destruído, não podemos ter um navio porta-contentores a operar da mesma maneira, nós tivemos uma plataforma para transporte de gado que compreensivelmente, porque não podemos obrigar ninguém, foi entendido por parte também dos operadores que entendiam que não deviam embarcar o gado ali. Perfeitamente, ninguém censura esta decisão, nós temos navios para operar para o Corvo que, em fruto do estado do mar, não têm consigo operar para o Corvo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E vai ser pior!

O Orador: Por isso é que nós estamos à procura de um navio que dê essas condições e não conseguimos ainda ter um navio porque não temos ainda o comprimento de cais e não temos o comprimento de cais porque há trabalhos que estão a decorrer.

Não é fácil encontrar um navio com 60 metros de comprimento e 4 metros de calado que consiga dar resposta às necessidade de 40, 60 contentores e portanto, só quando nós tivermos o edital do Capitão do Porto da Horta a dizer: “Pode operar no Porto das Flores um navio, por exemplo, até 90 ou 80 metros.” Temos esse dado fixo, temos os navios elencados, temos os navios já analisados, arrancamos para uma solução e esta é a solução definitiva, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Provisória!

O Orador: ... subentenda-se, até estar reconstruído porque é esta solução que permite à economia da ilha das Flores funcionar normalmente como sempre funcionou, sem as questões da segurança social, ou seja, a fazer aquilo que os empresários das Flores sempre fizeram, resolvendo essa parte.

Em relação ao prejuízo que está, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Mas há prejuízos que já existem!

O Orador: ... conforme já foi referido, e bem, pelo Sr. Vice-Presidente do Governo, nós estamos disponíveis para na exata medida desse prejuízo resolver.

Deputado Bruno Belo (PSD): Ninguém pede mais do que isso!

O Orador: E portanto, eu compreendo e logicamente que é compreensível por todos que apesar de todas essas explicações quem não tem a mercadoria a chegar com a rapidez que desejava, naturalmente que não está satisfeito, mas eu reuni com empresários no Corvo, a pedido deles, e foi acordado um determinado procedimento, mas há uma coisa, Sr. Deputado Paulo Estevão, que eu não consigo fazer, nem nenhum Governo consegue fazer: se um capitão de um navio diz: “eu não tenho condições para sair”, não pode ser o Governo a dizer: “o sr. vai ter que sair” e portanto, é uma situação que não é a situação ideal, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Deve aferir essa situação!

O Orador: ... estamos perfeitamente de acordo.

Que nós estamos a trabalhar para resolver essa situação, penso que isso ficou demonstrado.

Porque razão é que isso ainda não está resolvido? Também julgo que ficou demonstrado.

Esperamos que esta semana, o mais tardar na próxima semana, tenhamos todas as condições para fechar esta fase do assunto e passar à fase seguinte.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Eram 13 horas e 02 minutos.

Eram 15 horas e 06 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos, pergunto se no âmbito da intervenção da Sr. Vice-Presidente do Governo ainda há alguma inscrição para pedidos de esclarecimento?

(Pausa)

Julgo não haver, vamos então avançar para as intervenções de tribuna, a primeira cabe ao PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, açorianas e açorianos:

Iniciamos hoje a discussão e a análise do Orçamento da Região para 2020, um documento orientador da nossa ação política e um dos maiores orçamentos da nossa história, mas o caminho que projetamos para o futuro, não começa hoje. Em outubro de 2016, os Açorianos manifestaram, de forma livre e maioritária, o seu apoio ao Partido Socialista. Desde então, as políticas públicas nos Açores têm assegurado um crescimento médio da riqueza produzida, acima da média nacional.

O crescimento do PIB dos Açores já superou o valor histórico de 4 mil milhões de euros e cresce de forma consecutiva. Ao mesmo tempo que criamos riqueza e investimos no futuro dos nossos jovens, mantemos a dívida pública em níveis sustentáveis. E também aqui, o nosso desempenho tem sido melhor do que o resto do país. A nossa dívida representa menos de metade da dívida da Zona Euro e, praticamente, um terço da do país.

Assistimos a um reforço do investimento público, ao mesmo tempo que os empresários Açorianos fazem um progresso notável. As nossas receitas fiscais crescem, não por termos aumentado impostos, como diz alguma oposição menos responsável, ...

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Muito bem!

O Orador: ... mas sim, porque temos uma economia mais robusta, com mais investimento e mais emprego gerado. Com mais autonomia financeira, reforçamos a aposta na saúde, na educação, nos transportes, mas também no apoio social às famílias.

Poderia por isso falar de obras em portos, aeroportos, estradas, escolas ou outras obras previstas no Plano, e são muitas, mas permitam-me que destaque alguns investimentos na área social, alguns dos quais visitamos na última semana: Falo da instalação do novo Centro de Apoio à Deficiência; Falo do novo Centro de Paralisia Cerebral; Falo ainda dos investimentos feitos, um pouco por toda a Região, em novos Centros de Atividades Ocupacionais, em lares, em creches, entre muitos outros investimentos de índole social.

São investimentos que nos marcam, não pelo seu montante, não pela sua envergadura física, mas sobretudo pela sua importância, pela sua dimensão humana e pela sua vertente inclusiva.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: São investimentos que conferem maior dignidade aos seus utentes, Açorianos como nós, de plenos direitos. São, como disse muito recentemente o Presidente do Governo dos Açores: “são investimentos como estes que nos tornam uma Região mais solidária e mais responsável”.

Deputada Renata Correia Botelho (*PS*): E sólida!

Deputado João Paulo Ávila (*PS*): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Este é um Orçamento Inclusivo. É um Orçamento de Progresso Económico e Social. É um Orçamento que responde aos Açorianos com resultados muito concretos, como o aumento do investimento, o aumento do emprego e o aumento dos rendimentos.

Os dados publicados certificam os bons resultados da governação do Partido Socialista. Os empresários têm hoje ao seu dispor uma série de incentivos e instrumentos que facilitam os negócios e promovem o Empreendedorismo e a Inovação. Estamos, em conjunto com os empresários, a alcançar uma estrutura empresarial mais sólida, mais especializada e mais competitiva.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Falta aquela parte do pagamento aos fornecedores!

O Orador: E os efeitos positivos já se fazem sentir em vários setores da atividade económica, conforme demonstra a elevada procura pelo Sistema de Incentivos à Competitividade empresarial - Competir+. São já mais de 525 milhões de euros de investimento privado, E estão previstos criar mais 2 mil 850 novos postos de trabalho diretos.

São resultados impressionantes! São resultados que atestam a competitividade da nossa economia e a confiança dos nossos empresários. São resultados que também têm efeitos positivos no aumento dos rendimentos das famílias.

Ao longo desta legislatura, asseguramos o crescimento do salário mínimo, ano após ano de forma responsável. Procedemos ao aumento da remuneração complementar para os funcionários públicos regionais. Criamos novos incentivos ao arrendamento; garantimos o aumento do complemento regional de pensão para os idosos, subimos o valor do complemento Açoriano para o abono de família, asseguramos a contagem integral do tempo de serviço dos professores. Atualizamos as tabelas salariais e revimos as carreiras e vamos, ainda, aumentar a remuneração paga aos jovens, no âmbito dos programas Estagiar T e L, no próximo ano.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: E tudo isso foi alcançado com responsabilidade, mantendo os impostos mais baixos do país e colocando o rendimento disponível de cada Açoriano acima da média nacional.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Dito de outra forma, isto significa que uma família Açoriana com quatro filhos menores e baixos rendimentos, pode receber, por ano, mais de 4 mil euros, do que receberia se vivesse no Continente, nas mesmas circunstâncias.

Porque, aqui, aqui nos Açores, paga menos impostos como o IVA e o IRS e tem ao seu dispor uma rede social de apoio, como o incentivo ao arrendamento e o complemento Açoriano ao abono para crianças e jovens e ainda, descontos significativos nas creches.

Mas também ao nível do emprego têm sido registados resultados significativos: A taxa de desemprego nos Açores baixou para 7,3%, no final do último trimestre, sendo a taxa mais baixa desde 2011. Isto significa ainda que, desde o início da legislatura, mais de 8 mil Açorianos passaram a ter emprego e um rendimento digno. São resultados que dizem respeito à vida de cada um de nós e fazem com que a população empregada seja já a mais elevada de sempre, com mais de 116 mil açorianos empregados. Igualmente relevante é o incremento registado na estabilidade laboral, com 77% dos empregados por conta de outrem abrangidos já com contratos sem termo.

Os resultados são indiscutíveis! Estamos a criar emprego estável e em todos os setores de atividade económica, ao mesmo tempo que reduzimos o desemprego jovem e o número de Açorianos em programas ocupacionais.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se há uns anos definíamos como prioridade o crescimento económico, hoje a exigência é maior. Não queremos, apenas, crescer a qualquer custo. Não basta apenas reduzir a taxa de desemprego.

Hoje, hoje almejamos um desenvolvimento sustentável para a nossa Região, que beneficie todos os Açorianos, sem deixar ninguém para trás.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: E a verdade é que os indicadores previstos para o próximo ano perspetivam bons resultados, novamente.

A economia vai crescer de forma sustentada. Vamos reforçar o volume de investimento público. Os salários e os apoios sociais vão aumentar. E, estimamos, que o número de açorianos empregados cresça novamente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Por tudo o que foi dito anteriormente, temos a plena convicção que este é um Orçamento que serve os Açorianos e responde aos desafios existentes. Ao contrário de alguma oposição que não tem resultados para mostrar, nem apresenta soluções responsáveis e credíveis, ...

Deputado António Almeida (PSD): Não apoiado!

O Orador: ... o Partido Socialista dos Açores vai continuar a investir nas pessoas, na promoção de uma Região mais sustentável, mais qualificada e mais inclusiva, porque para nós, Todos Contam!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há alguma inscrição?

Julgo não haver.

Passamos então à próxima e última intervenção sobre esta matéria, cabe ao PSD, tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

À semelhança do ano passado decidi intervir nesta altura, porque já entendemos a importância e o controle que a tutela financeira tem sobre as tutelas sectoriais, sem a bênção das finanças nada avança nesta Região.

O ano passado desta tribuna dirigi uma prece ao Senhor Vice-presidente, com resultados nulos, até porque sendo um governo laico, não é de esperar que atenda a orações.

Mesmo sendo laico, não se coíbe de citar os evangelhos quando lhe convém, como aconteceu no lançamento da primeira pedra do porto do topo, em que foi citado o Evangelho de S. João capítulo 20, versículo 29.

“Felizes dos que acreditam sem terem visto.”

Esta é uma frase bíblica que encaixa como uma luva na governação socialista.

Durante quatro anos foram orçamentados milhões para a remodelação do Centro de Saúde das Velas.

Felizes dos que acreditaram sem terem visto, e continuam sem ver porque ainda não mexeram uma palha nessa obra tão importante num sector crucial como é a Saúde.

Os jorgenses por muito que acreditem, continuam sem ver as consultas de especialidade, que esperam há anos bem como as cirurgias, e quando finalmente tem as consultas confirmadas, veem-se impossibilitados de lá chegar por falta de lugares no avião.

Apesar de que na opinião socialista, os açorianos gostam de lamuriar-se sem razão.

Durante cinco anos fizeram acreditar os jorgenses que o centro de processamento de resíduos, seria a solução ideal para o melhor ambiente de S. Jorge.

Felizes os que acreditaram sem terem visto!

Porque depois de verem, tantos milhões gastos, o resultado é uma lixeira com teto, repleta de amontoados de lixo em putrefação.

Felizes são os ratos que lá se multiplicam sem controle algum. Enquanto isso, proliferam lixeiras ilegais a céu aberto.

O porto do Topo, uma obra há vinte anos prometida e há cinco anos orçamentada, finalmente iniciada.

Felizes dos que acreditam sem terem visto!

Pois eu tenho dificuldade em acreditar!

Este governo vai gastar mais de seis milhões naquele porto e a obra só vai ter a profundidade de uma piscina. Dois metros e vinte!

O povo do topo não esperou vinte anos por uma zona balnear, esperou um porto e merece um porto que não seja só para semirrígidos, marítimo-turísticas ou barcos de boca aberta. Sendo um porto de pescas teria de ter capacidade de receber pelo menos um atuneiro.

Os senhores acreditam que será com pequenos semirrígidos que será potenciado o futuro desenvolvimento turístico e económico do Topo?

A perspetiva de retomar a histórica ligação marítima à ilha Terceira, agora com fins turísticos, fica aniquilada por dois metro e vinte de profundidade.

Ainda vão a tempo de corrigir a cota.

Aliás, julgo que este governo tem um problema com cotas de portos, porque já o porto das Velas, que tinha tudo para ser uma excelente infraestrutura, peca por ter só menos 8 metros de cota.

Em janeiro, na Reunião do governo com o conselho de ilha de S. Jorge, o senhor Presidente do Governo, disse que o porto das Velas estava a ser

promovido em Miami, em feiras de cruzeiros, e que este mercado iria crescer exponencialmente em S. Jorge.

Não sei se a tutela financeira cortou o financiamento à tutela sectorial para as feiras de Miami, ou se não encontraram cruzeiros que coubessem no porto.

Eu vi muitas vezes cruzeiros, mas foi o das ilhas ou o do canal. (até vezes a mais).

Há cinco anos que está orçamentada a eletrificação da Caldeira do Santo Cristo, cinco longos anos de gestação deste projeto e nada de dar à luz.

Felizes dos que acreditam sem terem visto porque está escuro como breu, e por muito que se esforcem, não veem nada.

Dos três miradouros prometidos para o turismo, finalmente está concluído o das Pedras Brancas, não acreditava sem ter visto que mais uma vez não construíram umas instalações sanitárias numa obra nova, feita de raiz.

Felizes serão todos aqueles que ao visitarem o miradouro e tiverem uma cólica repentina, acreditem conseguir chegar atempadamente a umas instalações sanitárias sem percalços.

Não sei se a tutela financeira recusou abriu os cordões à bolsa ou se a tutela sectorial prefere que o turismo experiencie na intimidade o ar fresco da serra do topo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os jorgenses felizes (ou não), talvez tenham acreditado durante 23 anos em orçamentos de milhões apresentados mesmo que pouco executados.

Findo estes anos, veem, um sistema de saúde que piora de dia para dia.

A economia do sector cooperativo está substancialmente dependente de subsídios e de avales do governo, e 23 planos e orçamentos não foram capazes de garantir o pagamento justo do preço do leite ao produtor.

A indústria conserveira está à venda com passivo de mais de 14 milhões, e 23 planos e orçamentos não foram capazes de garantir a sustentabilidade do sector conserveiro e garantir um futuro estável a mais de uma centena de trabalhadores.

Duas megas escolas finalmente construídas, apesar dos problemas de construção que todos conhecemos, nomeadamente na Escola da Calheta, mas sem uma política capaz de fixar os jovens na sua ilha, quando a população de S. Jorge decresceu na última década cerca de 10%.

Acessibilidades que apesar de terem mais frequências não são capazes de garantir a mobilidade dos doentes ou de quem nos visita.

Durante 23 anos e 23 planos de governação de maioria absoluta socialista foram orçamentados mais de 100 mil euros diários para a ilha de S. Jorge.

“Felizes dos que acreditam sem terem visto” no contexto bíblico traduz um ato de fé incondicional de um povo para com o seu Deus com a certeza de que este não lhes faltará.

Os Jorgenses não podem manter a fé num governo que após 23 anos falhou nas promessas de ultrapassar uma economia frágil e instável, de aumentar e fixar a população jovem, de acabar com a dependência da subsidiação do governo, de garantir boas acessibilidade e finalmente de oferecer um sistema de saúde que garanta a esta população maioritariamente idosa um serviço de qualidade.

Perante tanto incumprimento, não há fé que resista!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então encerrar este ponto do nosso debate.

Dou agora a palavra à Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social para a sua intervenção.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, caros colegas:

Falar sobre o planeamento na área da Solidariedade Social para o ano de 2020 é simultaneamente um enorme orgulho e uma enorme responsabilidade.

Um orgulho porque não deixa de ser uma oportunidade de olhar para o trabalho feito. Uma responsabilidade porque sabemos que será sempre um trabalho inacabado.

Um orgulho pelo percurso e pelos resultados. Uma responsabilidade porque, não só, nem tudo está feito, como nem tudo está bem feito.

Sras. e Srs. Deputados:

A soma do orgulho e da responsabilidade é uma equação simples, é uma equação cujo resultado nos coloca em 2020 com uma enorme motivação para fazer mais e melhor pelas nossas famílias, de Santa Maria ao Corvo.

Fazer mais e melhor pelas nossas famílias porque elas são o centro das nossas políticas e de e para onde emana toda a nossa ação.

Fazer mais e melhor porque estamos seguros do caminho feito, mas temos a ambição e o inconformismo imprescindíveis para corresponder aos novos desafios e necessidades com que as nossas famílias se confrontam, seja por via do aumento da empregabilidade feminina, do aumento da esperança média de vida, das novas tecnologias e de tantos outros domínios que impulsionam quer o planeamento estratégico, quer a nossa ação diária.

Colocar as famílias no centro mais não é do que cuidar de quem cuida.

Cuidamos de quem cuida quando concretizamos a promoção de um apoio estruturado aos cuidadores informais de pessoas idosas e dependentes, consagrando o direito ao apoio psicológico, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... a formação e informação, a camas destinadas ao acolhimento temporário para descanso do cuidador, a períodos de descanso semanal, a apoio na adequação das habitações e mesmo o apoio financeiro.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Cuidamos de quem cuida quando reforçamos a rede de equipamentos e serviços sociais seja ao nível de creches, amas e CATL, seja ao nível do serviço de apoio domiciliário, centros de dia e estruturas residenciais para idosos, mas também quando aumentamos ou melhoramos os Centros de Atividades Ocupacionais e os Lares Residenciais destinados a pessoas com deficiência.

Cuidamos de quem cuida quando capacitamos os pais para o exercício de uma parentalidade responsável, investindo na sua formação, potenciando uma postura preventiva, isto é, de minimização ou erradicação das situações de desproteção social que atingem crianças, jovens e as suas famílias.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: Cuidamos de quem cuida quando garantimos formação gratuita e certificada aos cuidadores formais e técnicos das estruturas residenciais para idosos e SAD ou quando assegurámos formação aos técnicos e pessoal auxiliar dos CAO e Lares Residenciais, ou quando promovemos formação básica inicial para a atividade de amas.

Cuidamos de quem cuida, quando ouvimos as famílias e os utentes com o objetivo de avaliar o grau de satisfação com os cuidados prestados.

Sim ouvir. Ouvir é imprescindível para perceber o que está bem, mas também o que está menos bem, porque simplesmente não é esse o caminho ou porque há

correções que precisam ser feitas para ir melhor ao encontro das necessidades e das preocupações.

E é precisamente com esse espírito que avançamos para 2020. Continuar atentos, ouvir, ouvir os açorianos, ouvir os destinatários e ouvir os nossos parceiros na implementação das políticas sociais.

Sras. e Srs. Deputados:

Apresentar o Plano da área da Solidariedade Social para 2020 é necessariamente falar de qualidade e acessibilidade de e às respostas sociais.

Nestes domínios, as prioridades para 2020 foram estabelecidas em conjunto com as IPSS e Misericórdias dos Açores, em resultado de um processo de diálogo que culminou com a assinatura do Acordo Base para o biénio 2019-2020, publicado a 7 de novembro passado.

Assim, com o objetivo de melhorar as condições de funcionamento das várias respostas e serviços sociais serão desenvolvidas várias iniciativas, das quais destaco o alargamento do Sistema de Avaliação das Respostas Sociais às valências de Creche e Ama.

Este sistema teve na sua génese dois propósitos muito concretos: caraterizar as respostas sociais e avaliar o seu funcionamento.

Iniciámos pelos Serviços de Apoio ao Domicílio, avançamos em 2018 e 2019 para os Centros de Atividades Ocupacionais, Lares Residenciais e Estruturas Residenciais para Idosos.

Em resultado desta caraterização foi já possível avançar com formação, em função das necessidades detetadas, e já foi possível ajustar o funcionamento das respostas em função dos inquéritos realizados às famílias e utentes.

Mas não ficamos por aqui. Estamos a proceder à revisão do modelo de funcionamento dos ATL de forma a responder de forma mais adequada às faixas etárias dos três aos cinco anos e acima dos 12 anos.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: Para tal, está a ser desenvolvido pela Fundação Gaspar Frutuoso um trabalho de caracterização dos CATL, das famílias e das crianças.

Este trabalho tem como principal objetivo a recolha e tratamento de informação que nos habilite a assegurar que estes serviços são verdadeiramente promotores do desenvolvimento e facilitadores do sucesso escolar.

Ainda no domínio da qualidade das respostas, continuaremos a apoiar ações de consultoria às instituições que apresentem dificuldades financeiras e de funcionamento com vista à sua sustentabilidade e equilíbrio.

Queremos continuar a fazê-lo porque reconhecemos que ainda subsistem algumas situações que carecem de acompanhamento especializado para ultrapassar as dificuldades. É por isso que inscrevemos uma ação própria no Plano com este propósito.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: Por fim, mas não menos importante, pretendemos dar continuidade à formação dos recursos técnicos e operacionais das IPSS e Misericórdias com vista à melhoria contínua da qualidade das mais de 680 respostas sociais nos Açores.

No que diz respeito ao acesso às respostas sociais, estabelecemos como prioridades dar continuidade à implementação do Sistema de Gestão de Lista de Espera Única em Estruturas Residenciais para Idosos, já em execução na ilha Terceira e em fase inicial de implementação em São Miguel, e disponibilizar na Plataforma da Segurança Social dos Açores o serviço de inscrição online e um simulador para a clarificação dos valores devidos pelos utentes integrados nessas mesmas Estruturas.

A estas medidas juntar-se-á o esforço de consolidação e qualificação da rede de equipamentos e serviços sociais, tornando-a mais ampla e mais robusta, respondendo, em todas as ilhas, às necessidades das famílias.

Em 2020, não descurando nenhuma das áreas de investimento, gostaríamos de destacar a clara aposta no reforço da capacidade de resposta em Centros de Atividades Ocupacionais, com especial relevo para as obras em curso na Seara do Trigo, em São Miguel, e na Santa Casa da Misericórdia da Calheta, em São Jorge.

Mas, para além destas, outros dois investimentos essenciais ao sucesso da intervenção e do processo de promoção da autonomia das pessoas com deficiência: o Centro de Apoio à Deficiência, da Aurora Social e APPDA, e o Centro de Paralisia Cerebral dos Açores, da APPSM.

No domínio da acessibilidade às respostas sociais na área da infância, estamos determinados em fazer chegar as respostas como creches, amas e ATL a um cada vez maior número de crianças, atendendo ao contributo que estas respostas dão na estimulação do desenvolvimento cognitivo das crianças e da sua socialização, com forte impacto ao longo de todo o percurso escolar, e, por essa via, em toda a sua vida, mas também pela importância que tem na conciliação da vida familiar com a vida profissional.

Pretendemos, por isso, aumentar a capacidade de resposta da atual rede de creches e amas por forma a alcançar, em 2028, uma taxa de integração nestas respostas sociais de 60% das crianças a partir de um ano e com menores rendimentos, enquadradas no primeiro escalão do abono de família.

E estamos no bom caminho. A taxa de integração em creche de crianças do primeiro escalão do complemento açoriano ao abono de família de crianças e jovens passou de 27,2% em 2017 para 34,35% no final de 2018, já acima da taxa mínima recomendada pela OCDE (33%).

As respostas dirigidas aos idosos são um domínio capital da nossa intervenção pelo exercício permanente de reforço da capacidade de resposta em serviços que potenciem a permanência dos idosos na sua residência, de que são exemplo o SAD e a Teleassistência, mas, simultaneamente, assegurando que, em função

de necessidades de respostas mais diferenciadas, a rede dispõe dessa capacidade, por exemplo, em Centros de Dia ou Estruturas Residenciais para Idosos.

Este não é um trabalho concluído. Estamos a trabalhar no reforço de capacidade de resposta em ERPI e SAD e o Plano para 2020 reflete isto mesmo.

No primeiro caso, já estão perfeitamente identificados e em curso os investimentos que garantem um reforço de capacidade de resposta em 100 vagas no futuro mais imediato. No caso do SAD, iniciámos a avaliação, que estimamos concluída até ao final do ano, que nos permitirá determinar o reforço de vagas em função dos serviços já instalados e da procura existente.

Sras. e Srs. Deputados:

Ainda antes de avançarmos para a área da Habitação, gostaríamos de deixar breves notas sobre dois documentos estratégicos: O III Plano de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2019-2022 e a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028.

Temos em marcha o III Plano de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género para o quadriénio 2019-2022, que se destaca por eleger as crianças e jovens como grupo alvo específico de ações de prevenção e sensibilização.

Estas ações têm como objetivo informar e sensibilizar para relações afetivas saudáveis assumindo, assim, uma abordagem positiva, e, por esta via, alterando o paradigma da prevenção desenvolvida.

Este terceiro plano diferencia-se também pelo aumento do espectro do trabalho de prevenção, abrangendo, por um lado, jovens do ensino superior e, por outro, o tecido institucional, empresarial e da administração pública, com o intuito de promover uma educação para a cidadania, de respeito pelos direitos humanos e de igualdade de género.

No âmbito das ações dirigidas à proteção das vítimas queremos consolidar a aplicação dos programas Conecta e Impacto, dirigidos, respetivamente, a

situações de violência filio-parental e a crianças e jovens expostos a contextos de violência doméstica.

Ambos os programas abrangem atualmente as ilhas de São Miguel e Terceira e queremos alargá-los, já em 2020, à ilha do Faial.

No que respeita à Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, encontramos-nos na fase final de implementação do primeiro Plano Bianual, que operacionaliza a estratégia no biénio 2018-2019, e já iniciámos os trabalhos preparatórios do segundo Plano, para o Biénio 2020/2021.

Importa referir que um dos objetivos mais ambiciosos deste Plano 2018-2019 era a identificação de territórios prioritários e a definição de ações específicas para esses territórios.

Neste domínio particular importa referir que foram identificados cinco territórios: Arrifes, Fenais da Ajuda, Rabo de Peixe e Água de Pau, em São Miguel, e Terra-Chã, na Terceira.

Os Planos de Ação para cada um destes territórios já foram aprovados e decorrem as apresentações públicas, estando todos em plena implementação.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Um bom exemplo da ação do Governo no domínio da coesão social e territorial é a política de Habitação, porque reflete ações distintas em função das condições socioeconómicas das famílias, ao mesmo tempo que assegura uma intervenção diferenciada nas diversas parcelas do nosso território.

A política em matéria de Habitação do Governo dos Açores, assume-se como guardiã do direito à habitação.

O que se traduz numa atenção muito particular às mudanças sociais e económicas, designadamente no que diz respeito ao mercado de arrendamento, às condições de acesso a crédito bancário, mas também ao evoluir do mercado da construção civil.

Atendendo a todos estes fatores, os últimos anos foram muito exigentes em matéria de política de habitação.

Agir antecipando necessidades ou correspondendo a necessidades emergentes foi e continua a ser a nossa prioridade.

Avançamos com o programa 'Casa Renovada, Casa Habitada', em fase de conclusão da regulamentação, que vai permitir já em 2020 que todas as famílias possam beneficiar de apoio a 100% para a recuperação da sua habitação e que possamos colocar no mercado de arrendamento de longa duração habitação que atualmente se encontra devoluta.

No que respeita ao Incentivo ao Arrendamento, que este ano completa 10 anos de implementação, propomos a esta Assembleia a possibilidade das famílias se candidatarem mais uma vez, ou seja a possibilidade de beneficiarem do apoio por mais cinco anos.

Esta alteração pretende garantir que a taxa de esforço das famílias em matéria de despesas com a habitação mantenha níveis adequados ao rendimento familiar.

Por outro lado, pretendemos conciliar e potenciar duas medidas que são estruturais: o aumento do apoio à aquisição/construção de habitação em 35% com a disponibilização de lotes infraestruturados, com projeto e a baixo custo, possibilitando às famílias avançarem para a opção de construção da sua própria habitação a custos acessíveis.

Mas não ficamos por aqui, entendemos que é fundamental colocar no mercado mais habitação, sobretudo onde a pressão turística se faz sentir de forma mais acentuada, por isso estamos a negociar a aquisição de imóveis inacabados com o intuito de concluí-los e coloca-los no mercado de arrendamento, seja pela via do arrendamento com opção de compra, seja pela via do arrendamento social.

Por fim, mas não menos importamos, este Plano denota a preocupação com a reabilitação da habitação propriedade do Governo dos Açores, a qual também

deve ser mantida em adequadas condições de segurança e salubridade, dos quais destaco o empreendimento Piedade Jovem, bem como a continuidade das empreitadas no Bairro da Terra-Chã e no Bairro de Nossa Senhora de Fátima.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas:

Na Solidariedade Social, com uma dotação de 45,5 milhões de euros, estamos comprometidos e motivados para continuar a trabalhar em parceria, com todas as IPSS e Misericórdias dos Açores, mas também com os demais departamentos do Governo, autarquias e demais entidades públicas ou com intervenção pública, na implementação de políticas próximas das pessoas e das famílias.

Temos consciência que as mudanças sociais são permanentes. O que exige dos políticos e demais agentes uma atenção contínua às necessidades emergentes e uma ação determinada e concertada com todos os parceiros na busca das melhores soluções.

Queremos continuar a atender às necessidades, potencialidades e particularidades de cada território. Queremos agir nos fatores determinantes da mudança.

Queremos progressivamente, mudar a forma como vivemos e continuar a transformar os Açores para muito melhor.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária Regional.

A Mesa já tem algumas inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sra. Secretária Regional, ouvi a sua intervenção atentamente e devo dizer-lhe que V. Exa. neste dia de hoje, onde se inicia esta discussão dos documentos, não referiu na sua intervenção a palavra pobreza uma única vez...

Deputado Carlos Silva (PS): Mas apresentou soluções!

O Orador: ... e após o CDS ter feito em janeiro deste ano uma interpelação sobre pobreza, pedi-lhe esclarecimentos sobre essa matéria e V. Exa. ter dito que estava em execução o plano regional de combate à pobreza, uma série de medidas já estarem em execução e outras a vir a executar.

Saíram também os dados provisórios do Instituto Nacional de Estatística onde referem a taxa de risco de pobreza de 31.8 nos Açores, contrariamente à nacional, 17.2; os indicadores de privação material serem de 13.1 nos Açores, a mais elevada do País e o risco de pobreza ou exclusão social, a taxa nacional ser 21.6 e nas regiões autónomas, particularmente nos Açores ser de 36.7.

Portanto, Sra. Secretária o que eu lhe queria perguntar é estando esse plano em execução, uma série de medidas executadas, tendo como o Sr. Vice-Presidente aqui disse aumentado o emprego e sendo esses dados relativamente a 2018, o que é que se passa aqui – apesar de termos melhorado alguns pontos no risco de pobreza – está à espera de melhores resultados, há medidas que ainda estão para trazer aquilo que se estava à espera porque esperava-se talvez uma intensidade maior, depois da aprovação deste Plano e até por conceituados especialistas dessa comissão científica de acompanhamento, que foram nomeados pelo Governo, esperava-se talvez uma maior intensidade na diminuição desses índices de pobreza e de privação, uma particularmente relevante que é o índice de privação material severa e é mais elevado nos Açores - 13.1 nos Açores, 7.3 na Madeira e 8.1 no Algarve e por aí fora.

Portanto, eram essas as perguntas que tinha para lhe fazer e o que é que falhou neste plano de combate à pobreza, Sra. Secretária Regional?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, estará o Governo Regional disponível para escolher o direito à habitação em detrimento dos interesses envolvidos no mercado da habitação?

Um bom caminho poderia traduzir-se no aumento dos limites previstos associados ao rendimento mensal dos agregados familiares para acederem ao arrendamento de habitações adquiridas ou construídas pela Região, dando assim mais futuro a um maior número de açorianos precisamente no âmbito do programa Famílias com Futuro.

Está o Governo Regional disponível para nesta casa discutir quem sabe uma proposta de alteração a estes critérios de rendimento para que mais famílias possam aceder a esta modalidade de arrendamento? Ninguém percebe o porquê de atualmente, e apesar das compartições da Região face às mensalidade, é certo que também tabeladas pela Região, muitas famílias terem de pagar mais pela creche dos seus filhos do que pagarão em propinas na Universidade.

Como pretende o Governo Regional garantir a gratuitidade universal da frequência de creches, tal como se encontra garantida a gratuitidade universal da frequência do ensino básico e secundário?

No art.º 42.º do Orçamento garante-se o aumento real aos beneficiários do complemento regional de pensão acima da inflação em 2020 e passo a citar do valor conjunto das pensões.

Ora, de acordo com o então Ministro Vieira da Silva “em 2020 haverá aumentos de pensões acima da inflação devido à revisão em alta do crescimento em 2018 e 2019. Isso quer dizer que as pensões até dos IAS terão aumentos acima da inflação em 2020. Esses são a esmagadora maioria dos beneficiários do complemento regional de pensão, acima disso só existem beneficiários portadores de deficiência”.

Notícias mais recentes dão conta que o aumento será baixo, mas sempre acima da inflação, ou seja, a proposta de aumento do Governo Regional é um não aumento, o aumento a existir vem da atualização normal das pensões. É ou não verdade?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Agradeço que se inscrevam se quiserem manter o debate.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas:

Dando aqui uma breve resposta aos Srs. Deputados Artur Lima e Paulo Mendes, eu queria naturalmente dizer que o Governo Regional está atento ao evoluir da situação em matéria de taxa de risco de pobreza e todos os outros indicadores que ainda hoje foram tornados públicos pelo Instituto Nacional de Estatística, mas analisamos esses dados em toda a sua linha e penso que o Sr. Deputado, felizmente, também fê-lo um pouco e coloca-me uma questão muito concreta que tem a ver se se passará alguma coisa com a estratégia, se não estará a dar frutos ou os frutos que se pretendem?

Devo dizer-lhe que como sabe a estratégia é uma estratégia regional a dez anos, 2018-2028 e naturalmente estes dados que o INE fez sair hoje são dados relativos ao ano de 2018 onde a estratégia, como sabe, teve seis meses de aplicação e também foi dito desde o momento em que foi apresentada pelo Sr. Presidente do Governo, quer em todos os fóruns em que tem sido debatida que esta é uma estratégia a médio e longo prazo, exatamente porque pretende agir sobre aqueles que são os determinantes da pobreza, aqueles fatores estruturais que condicionam efetivamente o acesso ao emprego, o acesso à saúde, o acesso à habitação e educação, é por isso lendo quer a estratégia, quer o primeiro plano anual que a operacionaliza, o plano 2018/2019, que percebemos exatamente que o foco do Governo é este, mais do que o imediatismo ou os resultados de curto prazo, buscamos sim resultados de longo prazo e uma mudança estrutural e efetiva para as nossas famílias.

Em relação às questões que nos trouxe aqui o Sr. Deputado Paulo Mendes, eu queria apenas dizer que naturalmente que a questão dos critérios de rendimento para acesso à habitação social são públicos, são conhecidos, o que eu tenho para lhe dizer sobre esta matéria é que o Governo não oferece exclusivamente essa alternativa às famílias como forma de acesso à habitação, felizmente temos, como acabei ali de dizer, uma panóplia de apoios que se direcionam para as famílias em função daquelas que são as suas condições sócio económicas, para além da grave carência habitacional conhecida como arrendamento social ou renda social, temos também a possibilidade de acesso à habitação por via do incentivo ao arrendamento, ou ainda um outro domínio que eu também aqui mencionei que é o arrendamento com opção de compra. Estas várias formas de acesso à habitação dirigem-se exatamente para famílias com níveis de rendimento diferentes e por isso a nossa opção mais do que aumentar limites, tem sido diferenciar a tipologia das respostas que colocamos ao dispor das famílias.

No que diz respeito à questão das creches, e eu penso que caricaturou naturalmente um pouco, quando diz que é mais caro ter uma criança numa creche do que um jovem na universidade, de qualquer maneira eu a esse propósito quero dizer-lhe uma coisa.

Em primeiro lugar, e penso que já tivemos aqui esta conversa por diversas vezes, o Governo Regional não se opõe, propriamente, que sejam revistas as partições das creches, os Srs. Deputados façam propostas, que essas propostas sejam discutidas, acho que isto é útil e é proveitoso.

Mas de qualquer maneira há um aspeto que queria dizer, não confundamos aquilo que é a educação, ou seja os ciclos educativos e o pré escolar é de facto já um dos ciclos do serviço regional ao nível da educação, mas as creches ainda não, portanto tem características e componentes distintas, mas há uma questão que eu quero deixar aqui claríssima: estamos determinados, e esse aspeto é fundamental, consta inclusivamente da estratégia regional de combate à pobreza, exatamente porque acreditamos que a intervenção junto das crianças para mitigar as desigualdades começa de facto o mais precocemente possível, portanto entendemos que o acesso às creches por parte das crianças integradas em meios familiares mais desfavorecidos é essencial. Este aspeto é determinante e estamos naturalmente disponíveis para avaliar as soluções que melhor garantam esse acesso.

De qualquer forma, já decorrendo do trabalho e do investimento que o Governo Regional tem feito de integração de crianças em creches de meios mais desfavorecidos – e eu tive oportunidade de trazer aqui – já foi possível só de 2017 para 2018, em apenas um ano, garantir que esse diferencial, ou seja, fazer que as oportunidades para as famílias mais desfavorecidas e à acessibilidade às creches por parte das famílias mais desfavorecidas, fosse melhorada. Trouxe-vos aqui os dados que refletem exatamente esse aspeto.

Muito obrigada.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

(*Pausa*)

Julgo não haver.

Não havendo vamos passar então às intervenções de tribuna.

A primeira cabe ao Partido Socialista, tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Quinto.

Deputada Maria Isabel Quinto (*PS*): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano e o Orçamento para 2020 debruçam-se sobre um conjunto de medidas de política social ativa. Uma política que impulsiona o trabalho de parceria alargada para o desenvolvimento da Região, graças à existência de uma rede de equipamentos sociais ampla e robusta, fortalecendo, assim, as opções que, com coerência, temos vindo a trilhar.

O reforço e a qualificação da rede regional de respostas sociais na área da infância e juventude e no cuidado dos idosos é uma aposta que se concretiza com medidas de carácter preventivo, como a formação e capacitação, sobretudo, das equipas técnicas e de gestão, para promover cada vez mais uma sociedade desenvolvida, inclusiva e coesa.

No que à infância e juventude diz respeito, há que realçar o trabalho que tem sido feito no sentido da abertura de mais vagas nas creches e ATL dos Açores, cujas infraestruturas têm sido adaptadas, adequadas e reforçadas. Aliás, permitam-me que saliente que os Açores estão já acima da taxa recomendada

pela OCDE quanto ao número de crianças de famílias desfavorecidas que têm acesso a creches.

Os Programas de Educação Parental são outra das apostas fortes do Governo e uma missão a continuar com dirigentes e técnicos para, em conjunto com os pais, se contribuir decisivamente para o desenvolvimento das crianças e jovens. Estes programas promovem uma “parentalidade positiva” e são um forte contributo para a prevenção e minimização de situações de desproteção social. Os resultados alcançados permitem melhorar efetivamente as condições de vida e previnem situações de disfuncionalidade nos diferentes ciclos de vida familiar.

Outra medida que é, indubitavelmente, uma bandeira do Partido Socialista e da qual nos vangloriamos é a aprovação do regime jurídico de apoio ao cuidador informal, que cria um regime simples de apoios estruturados e garante um conjunto de direitos aos cuidadores.

A verba inscrita neste Plano e neste Orçamento garante um conjunto de apoios e direitos aos cuidadores informais, que vão desde o acesso à informação e formação, ao apoio psicológico, à ajuda na adaptação das habitações e ao apoio financeiro, permitindo um sistema de folgas, assim como um período de descanso anual.

O apoio ao cuidador informal é uma forma de “cuidar de quem cuida do outro”, promovendo as respostas de proximidade e a valorização de quem se dedica aos outros, propiciando as condições necessárias a uma melhor conciliação da vida familiar, pessoal e profissional.

É o Partido Socialista que tem respondido aos desafios que se colocam, nomeadamente em termos de envelhecimento da população, para garantir mais qualidade de vida na terceira idade, promover uma cidadania sénior ativa e combater a solidão.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

A Oradora: É com regozijo que verificamos que a iniciativa do Governo Regional, que cria uma lista única de vagas para idosos, conseguiu conceber, em articulação com as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias, um mecanismo que garante um acesso justo e equitativo.

Este sistema permite responder de forma mais determinada a situações que justifiquem acolhimento de emergência, assim como identificar o número real e fidedigno de utentes inscritos, com interesse na integração em estruturas residenciais para idosos e aferir a sua efetiva necessidade de admissão, comprovando, mais uma vez, as opções que, com coerência, temos vindo e continuaremos a trilhar.

Senhoras e Senhores Deputados

O Plano e o Orçamento para 2020 garante um conjunto de apoios específicos do Governo Regional que reforçam o rendimento das famílias, através, nomeadamente, do complemento regional de pensão, do complemento regional ao abono de família, do CEDO-Complemento Especial para o Doente Oncológico, e do apoio às propinas.

Relativamente à igualdade de oportunidades e inclusão social, o Plano e o Orçamento potenciam projetos na área da deficiência, com o intuito de promover a empregabilidade da pessoa com deficiência e a sua participação ativa na sociedade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é verdade!

A Oradora: De salientar o surgimento do programa Incluir +, que no âmbito do programa AQI-Avaliar, Qualificar e Inserir tem o objetivo de inserir pessoas com deficiência na comunidade através do trabalho.

Estes projetos promovem a inserção da pessoa com deficiência em atividades socialmente úteis e de empregabilidade e têm contribuído para a sua autonomia, a criação de hábitos de trabalho e o desenvolvimento de competências pessoais

e sociais, colaborando para que os conceitos de inclusão e não discriminação sejam palavras de ordem.

A determinação do Governo Regional nessa área é de realçar e pode ser constatada com o crescimento de cerca de 200 por cento registado no número de lares residenciais entre 2013 e 2018. Verificou-se, ainda, a passagem de quatro para 12 lares residenciais em toda a região, com 126 vagas disponíveis, correspondendo a 186% de crescimento em cinco anos.

Relativamente à área da habitação, a introdução de uma medida que prevê a eliminação de barreiras arquitetónicas e que visa adequar as habitações das pessoas mais idosa e com mobilidade reduzida é um passo determinante para tornar as suas habitações mais seguras.

Estima-se que beneficiem deste apoio, um pouco por toda a região, um total de 175 famílias, num investimento que ronda os 670 mil euros.

Este trabalho, que foi realizado em parceria com as juntas de freguesia, IPSS e com a própria comunidade para a sinalização destes casos, é de enorme relevância.

Os documentos agora em apreciação mantêm o programa Famílias com Futuro, quer na vertente de Incentivo ao Arrendamento quer no programa de Resolução de Situações de Grave Carência Habitacional, o Programa Casa Renovada, Casa Habitada, bem como o programa de arrendamento com opção de compra.

Os apoios existentes nesta área nestes últimos três anos abrangeram cerca de 4000 famílias, de Santa Maria ao Corvo, num investimento global de 35 milhões de euros.

Estes são alguns exemplos de percursos extraordinários que a Solidariedade Social tem realizado nos últimos anos e que nos inspiram para continuarmos a enfrentar os diversos desafios que ainda temos de vencer para que este nosso caminho continue a ser, como sempre, trilhado com coerência.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Passamos à próxima intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Consumadas **DUAS DÉCADAS** de opções políticas socialistas concluímos que as respostas aos problemas de habitação nos Açores continuam a ser dadas através de **políticas públicas desajustadas**, e que não salvaguardam os direitos dos açorianos em **possuir habitação própria**.

Vinte e três anos depois, **este é o “património socialista” nas “políticas de habitação”**.

Por mais que o Partido Socialista, faça a defesa deste **“património”**, a verdade é que não há habilidades que consigam esconder deliberadamente, e para proveito político, a realidade.

E a realidade, **infelizmente**, ainda é dura para as famílias açorianas no que respeita à habitação.

É dura para as **famílias**, com filhos ainda em idade infantil, **que esperam anos por uma casa em condições**.

É dura para as **famílias da classe média baixa que, mesmo com estabilidade profissional, têm um nível de rendimento tão baixo que não conseguem, perante a banca, créditos que lhes permitam sonhar com uma casa própria.** O Plano e Orçamento para 2020, apresenta-nos **dois sinais que devem merecer análise:**

O Governo escolheu baixar o valor da aposta nos programas de melhoria da habitação própria;

Ao mesmo tempo em que escolheu também, como resposta, aumentar os valores para aposta no arrendamento.

A escolha do Governo não podia ser mais clara.

O **Governo escolhe não apostar na estabilidade das famílias**, por via do reforço das medidas de melhoria das habitações, ao mesmo tempo em que assume, que os pressupostos dos **programas de arrendamento falharam**, uma vez que não foi alcançado o objetivo da independência das famílias.

O Governo Regional não percebeu que hoje as políticas públicas de habitação, além que responderem a necessidades básicas, **têm obrigatoriamente de levar em conta duas realidades distintas das nossas ilhas.**

Por um lado, **as ilhas sem parque habitacional** e com famílias em carência económica, situação que não lhes permite aceder aos mecanismos financeiros existentes.

Por outro lado, as Ilhas **com parque habitacional**, mas com famílias em situação económica frágil e incapacidade para lhe garantir condições de habitabilidade.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional do Partido Socialista **não conseguiu combater a pobreza nos Açores e uma das expressões mais preocupantes desta incapacidade para enfrentar o problema é precisamente a área da habitação.**

O PSD/Açores defende a **criação de mecanismos que permitam às famílias a aquisição de casa própria.**

O PSD/Açores **propõe uma abordagem sem tréguas a todos os mecanismos que se possam implementar, sejam através da criação de fundos, em conjunto com a banca, seja através de apoios públicos a cooperativas de habitação, na infraestruturção, aquisição ou coaquisição de terrenos.**

Sras. e Srs. Deputados:

Nos Açores **vive uma classe média que se vê impotente perante as restrições da banca e sem meios para adquirir casa própria.**

Nos Açores **vivem jovens, em início de carreira, sem acesso ao crédito e ao mercado de arrendamento.**

O Governo **continua a ignorar essa dificuldade de todos aqueles que escolhem permanecer nos Açores ou que escolhem regressar.**

Sras. e Srs. Deputados:

Acreditando na boa intenção da proposta “Agenda para a Habitação do Açores 2017-2031, **já é tempo de este documento ajudar a uma Nova Geração de Políticas de Habitação para os Açores, e é por isso que o PSD/Açores entende ser urgente a sua conclusão.**

Neste âmbito apresentaremos em sede de **propostas de alteração a norma que obriga o Governo Regional a apresentar o documento até 31 de março de 2020.**

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputada Renata Correia Botelho tem a palavra.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Foi bastante elucidativo ouvir a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social e perceber como é prioritário para este Governo Regional investir nesta área, na área social, quer através das infraestruturas, da melhoria dos serviços, da formação dos recursos humanos, das parcerias com IPSS e Misericórdias, bem como no apoio direto aos cidadãos mais frágeis, sejam eles idosos, sejam eles doente, sejam portadores de deficiência, sejam pessoas em situações sociais mais vulneráveis.

Começando aqui pelo fim, ou seja, pela intervenção do Sr. Deputado Marco Costa, nomeadamente no que concerne à habitação, é com alguma estupefação que recebemos estas palavras e eu penso que elas traduzem para além de tudo uma enorme falta de atenção àquilo que ocorre nas nossas ilhas.

Ainda recentemente o Grupo Parlamentar do PS teve oportunidade de assistir nos Ginetes, em S. Miguel, a uma cerimónia de atribuição de apoios para a recuperação de habitação degradada e à assinatura de acordos com juntas de freguesia e IPSS e só naquele bocadinho de manhã nós percebemos que aquela cerimónia, o que ela representa melhoraria muito substancialmente a vida de cerca de 100 famílias através da eliminação de barreiras arquitetónicas, tornando as habitações mais seguras e mais dignas também para idosos e para pessoas com mobilidade reduzida.

Nos últimos três anos nos Açores cerca de quatro mil famílias, beneficiaram de apoios na área da habitação, num investimento superior a 35 milhões de euros.

Em S. Miguel, o círculo pelo qual fui eleita, só nesta legislatura já se investiram cinco milhões e meio de euros na recuperação de habitações degradadas beneficiando cerca de 530 famílias.

Isto só para dar nota de como o trabalho nesta área tem sido feito. Nós temos o orgulho de dizer que tem sido bem feito, ainda que naturalmente muito haja ainda para fazer.

Não resisto contudo, Sra. Presidente, deixar também aqui uma nota relativamente a tudo o que foi dito, inclusive no setor que antecedeu este e que remetia para as questões da pobreza também agora aqui em discussão, pelos vistos o PSD já não achou muito importante guardar muito tempo para o debate com a Sra. Secretária ao nível da pobreza, mas obviamente essa é uma opção absolutamente legítima.

A verdade é que este PSD que ainda há bem pouco tempo, há cerca de um ano e pouco, tinha apenas a ideia de tirar 40 mil pessoas da pobreza e que nunca apresentou uma ideia válida para isso, deixa bem nota daquela que é a sua forma de estar nesta matéria.

Os dados hoje conhecidos do INE é evidente que nos preocupam, embora sejam dados de 2018 e a estratégia de combate à pobreza, como o Sr. Deputado Artur Lima bem sabe e como já foi explicado é de 2018, tem uma abrangência de 10 anos começando em 2018, não oblitera a nossa preocupação, bem pelo contrário, mas faz-nos perceber que nós estamos em linha com aquelas que são também, infelizmente, as oscilações do resto do País e agora o que temos que esperar é que a estratégia de combate à pobreza e exclusão social traga resultados melhores na vida das pessoas, na sua abrangência temporal.

No entanto o que é interessante também perceber, muito se ouviu ao longo destes plenários, de que era preciso uma estratégia, ela aqui está, a estratégia foi apresentada não agradou aos senhores; que era preciso reduzir o desemprego, o desemprego está reduzido não agradou aos senhores; que era preciso investir em habitação, não agrada aos senhores; que era preciso reduzir o insucesso escolar, não agrada aos senhores; que era preciso mais infraestruturas, não

agrada aos senhores; o índice de Gini melhorou nestes dados do INE, também não agrada aos senhores;...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Onde é que está?

A Oradora: ... melhorou a taxa de privação, que chatice, não agrada os senhores. É uma chatice! É uma chatice!

Bom, o que é facto é que para nós aqui nos Açores, nós fomos sempre ao limite das nossas competências e das nossas capacidades de resposta ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Onde está?

A Oradora: ... quando se cortaram pensões na República, quando se cortaram apoios sociais, quando se ceifaram das estatísticas os mais pobres dos pobres.

Também não deixa de ser interessante perceber que os partidos liberais e ultraliberais desta Assembleia o que querem é reduzir os impostos sobre o lucro das empresas e que aqui se mostram tão tomados de caridade e tão assistencialistas.

Sras. e Srs. Deputados:

Deixem-me tomar apenas como exemplo, porque eu acho que percebemos todos melhor do que é que estamos a falar, quando tomamos um exemplo específico, permitam-me tomar por exemplo as respostas na área da deficiência, que é um assunto que como sabemos é uma franja da sociedade que está particularmente exposta ao risco de pobreza e exclusão social e na área de apoio à deficiência subimos em 200% o número de lares residenciais entre 2013 e 2018: subimos em 186% em apenas 5 anos as vagas para pessoas portadoras de deficiência; são neste momento 142 os utentes transportados entre as suas casas e as instituições num serviço seguro e cómodo para os utentes e para as suas famílias; os Açores têm neste momento 35 respostas sociais de apoio à deficiência, entre CAO's, lares, o sistema de transporte para quase 2000 utentes em toda a Região; foi atualizado o valor padrão em mais 3.5% no apoio ao funcionamento destas instituições agora em 2019.

Sras. e Srs. Deputados:

Sabem onde viviam e como viviam as pessoas com deficiência no tempo do PSD?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eram ativos em 2018.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Sabem em que condições viviam as famílias das pessoas com deficiência no tempo do PSD? Viviam escondidas, viviam marginalizadas, vivam abandonadas e entregues à sua sorte, à mercê da comiseração alheia, explorados muitas vezes em trabalhos absolutamente submundanos, vivendo muitas vezes em condições da mais absoluta miséria e sempre sem qualquer instrumento que melhorasse, que permitisse lutar por uma vida mais digna.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tenha vergonha!

A Oradora: Eu acho que não é demais neste momento lembrar um documento que já foi distribuído aos Srs. Deputados noutra contexto e que foi aqui levantado na altura pelo Sr. Deputado José Contente sobre uma crónica do João Paulo Guerra, no final da governação do PSD nesta região, no que concerne exatamente a esta matéria: abastecimento de água dramático, 20 ou mais seres humanos habitando casas cubículo (oiça Sr. Deputado Marco Costa, oiça bem isto) que dariam no máximo para 3 ou 4 pessoas, uma média de 8 a 10 pessoas por habitação chegando a haver casas onde vivem no mesmo quarto 10 pessoas; famílias com crianças de tenra idade a viver nos balneares públicos, seres humanos especialmente crianças que passam fome.

Na Região, segundo outros documentos são considerados preocupantes os índices de prostituição feminina; fontes sindicais estimam que existam 14 mil desempregados numa população ativa de 70 mil habitantes, 20% como taxa de desemprego. Esta é infelizmente a matriz do PSD e isso viu-se bem quando o PSD pode durante quatro anos ceifar o País e deixar-nos a todos muito mais pobres, ...

Deputado António Almeida (PSD): Isso é demagogia!

A Oradora: ... mas de facto talvez a mendicidade seja uma opção própria como os senhores agora vinculam.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, deixem-me apenas terminar dizendo que uma dose de autocrítica por dia, não sabem o bem que lhes fazia.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma inscrição?

(Pausa)

Julgo não haver.

Passamos então á próxima intervenção de tribuna.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Na região com maior índice de pobreza do país, na região com maiores desigualdades sociais, na região com indicadores sociais que nos envergonham, exigia-se que o governo tivesse empenho e competência para concretizar o

desenvolvimento que os açorianos merecem e não uma continuidade de políticas que não resultaram em melhores condições de vida, em mais criação de riqueza e em melhores indicadores económicos e sociais.

Aliás a Secretaria Regional da Segurança Social é de entre todas as secretarias do Governo Regional, a que menor taxa de execução financeira apresenta este corrente ano de 2019 até ao mês de setembro.

Este plano e orçamento que agora discutimos, sendo os últimos da legislatura, consagram a derradeira oportunidade para cumprirem as promessas eleitorais de 2016, mas aquilo com que nos deparamos é com a crónica falta de investimento direto nas pessoas, a ausência de verdadeira sensibilidade social e uma enorme incompetência para cumprirem com o desígnio de fazer dos Açores um território socialmente coeso e sustentável.

Conforme afirma o professor Fernando Diogo no parecer enviado em apreciação a estes documentos e cito: “Falta relevar uma área central para o desenvolvimento regional: O investimento direto nas pessoas.”, fim de citação.

E é verdade!

Quando o Governo não propõe aumentar o complemento regional de abono de família, falta investimento direto nas pessoas.

Quando o Governo quer que o complemento regional de pensão não tenha um aumento real, falta investimento direto nas pessoas.

Quando o Governo corta 1 milhão de euros na ação social escolar, falta investimento direto nas pessoas.

Deputado João Vasco Costa (PS): O que é que os senhores propunham? Que descaramento!

O Orador: Quando o governo é incompetente para promover um melhor acesso a cuidados de saúde e hostiliza aqueles que aguardam uma cirurgia, falta investimento direto nas pessoas.

Quando o Governo atira para a precariedade laboral milhares de açorianos com baixas qualificações e sem qualquer plano sério para as melhorar, pagando rendimentos de pobreza, falta investimento direto nas pessoas e sobra aproveitamento político do partido socialista sobre aqueles que se encontram em situação de fragilidade económica.

Deputado Francisco César (PS): É falso!

O Orador: Quando o Partido Socialista, sem qualquer reparo do governo regional, classifica como “lamúrias” as queixas de quem sofre à espera de cuidados de saúde não só falta investimento direto nas pessoas como também falta decência e respeito pelos açorianos que mais sofrem.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Este poder socialista criou uma rede de dependência económica e social sem paralelo na União Europeia. E é por isso que irão terminar mais uma legislatura de poder absoluto onde falta investimento direto nas pessoas.

O Partido Socialista não quer que os açorianos tenham autonomia de vida, não quer que os açorianos tenham poder económico e não quer que os açorianos deixem de precisar de andar de mão estendida à espera de um subsídio, à espera de um emprego de favor, à espera de um apoio para enfrentar o dia-a-dia de pobreza e exclusão social.

Este é o governo que deixa nos Açores uma marca de pobreza que consagra em pleno a forma de exercício de poder dos regimes socialistas.

Onde manda um socialista, há pobreza e dependência do poder. Onde manda um socialista, há desigualdades e exclusão social, onde manda um socialista, não há desenvolvimento humano, não há mobilidade social, não há progresso e

criação de riqueza. Ou melhor, há progresso e criação de riqueza para uma elite protegida pelo regime aumentando o fosso de desigualdades.

Deputado José Ávila (PS): Isso é uma vergonha!

O Orador: O PSD/Açores não se conforma com esta situação e acredita nas capacidades dos açorianos para inverter o atual estado em que os socialistas deixaram a economia e sociedade dos Açores.

Por isso, e apesar de sabermos que só com a derrota deste regime que censura a crítica e asfixia a iniciativa individual podemos alcançar os níveis de coesão social de que os Açores são capazes, iremos apresentar propostas para maior investimento direto nas pessoas. Porque acreditamos nos açorianos, porque acreditamos nas suas capacidades e queremos que se libertem do garrote ao seu desenvolvimento que os socialistas apertam em cada plano e orçamento. Porque sabemos que no dia que o partido socialista for derrotado os açorianos terão liberdade para empreender, para valorizar o mérito e não a cor do cartão partidário, porque temos confiança que podemos contribuir para que os Açores criem riqueza e atinjam os patamares de desenvolvimento que nesta casa quase todos desejam.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Os senhores nem sabem!

O Orador: Estes últimos plano e orçamento que a maioria socialista irá aprovar serão também os últimos sem investimento direto nas pessoas, e serão os últimos em que a incompetência para dar aos Açores a coesão social sempre anunciada mas nunca concretizada dão continuidade ao plano socialista de ter os açorianos de mão estendida.

Temos esperança nos açorianos, porque acreditamos que há alternativa, porque tudo faremos para que seja possível libertar os Açores do poder absoluto dos socialistas.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu estou de facto chocado com esta intervenção e com a forma como o PSD introduz aqui este tema.

Poderia passar aqui, acreditem, o resto da tarde a indicar vários exemplos ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não faça isso!

O Orador: ... de medidas e de políticas que o PS desenvolve de apoio à solidariedade de reforço da proteção social, mas não o farei porque ainda muito recentemente o Sr. Presidente da República teve a particularidade de dizer e de chamar a atenção que enquanto nós tivermos num tipo de discurso de acusações gratuitos, irresponsáveis e demagógicas, acrescento eu, entre os partidos políticos, nada se adianta no combate à pobreza.

O mesmo Presidente da República que citou os Açores como um exemplo numa estratégia regional de luta contra a pobreza e que inclusivamente apelou a outros agentes públicos para que se inspirassem nos Açores nesta luta e neste combate difícil.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Mas este conjunto de acusações que procura atingir o Governo Regional e o PS no fundo é profundamente injusto, Sras. e Srs. Deputados, para todos aqueles milhares de funcionários que através da melhor rede de proteção social do País, através de centenas de IPSS, todos os dias desenvolvem o seu trabalho visando melhorar a situação social dos Açores e reforçar as medidas de

inclusão social e de combate à pobreza e perante uma intervenção destas absolutamente deslocada da realidade o PS nos Açores manifesta o seu reconhecimento e o seu agradecimento por essa dedicação ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ao Prof. Marcelo?! Pensei que fosse ao Marcelo!

O Orador: ... e por esse trabalho impressionante que esses milhares de açorianos fazem em prol dos açorianos mais carenciados, daqueles que por vezes não têm voz mas que junto do PS sabem que nós estamos do seu lado, procurando sempre da melhor forma possível, e também às vezes cometendo erros, porque só não erra quem não faz, fazer o melhor possível para acudir aos açorianos que ainda não estão nos padrões de desenvolvimento e de rendimento que nós no PS defendemos e como estamos sempre para os atingir.

É bom que se diga que a luta contra a pobreza é muito difícil e nós não só não podemos falhar no diagnóstico, como também não nos podemos esquecer do ponto de partida que nós tivemos, quando em 1996, como o meu camarada José Contente gosta muito de citar, quando a pobreza era escondida, era envergonhada...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Ainda é!

O Orador: ... e nós trouxemos a pobreza para o centro do debate político e para principal prioridade ao nível das nossas preocupações, fazendo uma luta de combate contra a pobreza em rede, envolvendo centenas de valências, centenas de IPSS, procurando articular a habitação, a educação, a saúde, a formação, o emprego, a solidariedade, todas essas áreas em conjunto, em rede de uma forma articulada procurando avançar mais depressa e com maior velocidade, face até ao atraso e ao desprezo que nós sentíamos que no passado esta área era dedicada.

Termino, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, também com uma manifestação de profunda desilusão.

Estávamos nós, como muito bem citou hoje de manhã o meu camarada Francisco Coelho, perante uma situação crónica do PSD apresentar, sempre que há discussões do Plano e Orçamento nesses últimos anos, ou sem liderança, ou à procura de uma liderança, ou a afirmar uma liderança, mas eu não posso deixar de dizer, de recordar, sinceramente, nós aqui no Grupo Parlamentar, nós achamos que algo de diferente se poderia passar neste debate, quando o anunciado único candidato à liderança do PSD afirmou – numa declaração interessante – por exemplo que os açorianos estão cada vez mais descrentes dos políticos e da política do bota abaixo, do mal dizer e dos ataques.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Afinal caiu a máscara a este PSD, aquilo que se anunciaria como um PSD supostamente diferente, afinal é um PSD igual ao antigo PSD.

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor também não mudou nada!

O Orador: Isso deixa-nos profundamente preocupados, mas quanto ao PSD serão os seus militantes a responder por isso, não teremos como parceiro um partido fundamental na afirmação histórica da autonomia. O PSD exclui-se desse confronto e desse debate, mas os açorianos podem contar com o PS para continuarmos a enfrentar essas dificuldades, esses desafios e essa luta diária para continuarmos a levar os Açores para a frente e particularmente reforçar o combate à pobreza.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, caros colegas:

Sr. Deputado João Bruto da Costa, eu não lia, muito menos escrevia tão má prosa que certamente de literal não tem nada, mas de literária muito menos.

De facto, ser capaz de dizer que o PS ou que há um plano socialista para ter os açorianos de mão estendida, ...

Deputado José San-Bento (PS): É um insulto!

A Oradora: Sr. Deputado, é um insulto!

Eu sinto-me insultada porque é de mim que o senhor fala, no limite.

Portanto eu quero dizer-lhe - depois deste pequeno introito, manter-me naquele registo que eu entendo que é essencial que mantenha nesta Casa - que é de facto com muito orgulho que o Governo Regional impulsionou e definiu uma estratégia de combate à pobreza e exclusão social a dez anos, porque naturalmente reconhece que há um problema e naturalmente que quer fazer chegar as oportunidades a todos e convocamos todos os parceiros sociais a connosco travarem esta luta.

Abordar este tema nos termos em que o fez, Sr. Deputado, é naturalmente falsear as conclusões, escamotear as conquistas e ignorar uma série de circunstância.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Esteja à vontade!

A Oradora: É ignorar, Sr. Deputado, que se verifica há 20 meses consecutivos uma tendência decrescente do número de beneficiários do rendimento social de inserção;

É ignorar que o número de beneficiários de janeiro de 2018 era de 18 751 e em setembro de 2019 foi de 16 140, traduzindo uma redução de mais de 2 600 pessoas;

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é que é falsear os dados!

A Oradora: É ignorar que em igual período o número de beneficiários decresceu 13% nos Açores e a nível nacional decresceu cerca de 4%;

É ignorar que é preciso recuar a 2005, eu vou repetir, é preciso recuar a 2005, portanto há 14 anos atrás, para ter um número de beneficiários inferior ao de setembro de 2019;

Sr. Deputado, é ignorar que um conjunto de programas e medidas como seja de reforço ao rendimento das famílias, como seja o valor acrescido de 5% ao salário mínimo regional, o CRP, o complemento ao abono de família que abrangem muitos milhares de açorianos e açorianas e que revelam as prioridades conferidas por este Governo Regional à melhoria das condições de vida das famílias;

É ignorar que todos os meses cerca de 1600 famílias açorianas têm apoio para pagar a sua renda mensal através do incentivo ao arrendamento;

É ignorar, Sr. Deputado que os valores das rendas de habitação social que apoiam 2240 famílias representa uma poupança de 5,6 milhões de euros, ou seja, mais 200 euros por mês a cada uma destas pessoas.

O Governo dos Açores considera que estamos de facto no bom caminho, estamos no caminho certo. Acreditamos que este é um caminho difícil que terá muitos avanços e muitos recuos, mas os açorianos já deram provas de que devidamente apoiados, devidamente ouvidos são capazes de promover um processo de mudança.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Presidente do Governo, tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para intervir neste debate porque depois da intervenção do Sr. Deputado Bruto da Costa e dos termos da intervenção do Sr. Deputado Bruto da Costa, eu julgo que não é possível ficar calado. Não é possível ficar calado quanto à forma extremista, radical com que o Sr. Deputado caracterizou a realidade social na nossa Região e a forma particularmente infeliz como numa intervenção que só se lhe pode atribuir o adjetivo de sectária, para não dizer coisas piores, daquela tribuna invetivou os socialistas, aquilo que nas suas palavras e na sua linguagem corporal parece que corresponde a um bando de mau feitores na nossa região.

Sr. Deputado Bruto da Costa, que o senhor diga isso não me surpreende, não me surpreende nada, aliás o senhor de há algum tempo a esta parte parece vir a fazer um caminho progressivo, lento mas gradual de se afirmar aqui na nossa Região como uma espécie de encarnação do Chega, dando azo a um tipo de discurso que não só não é habitual, como lhe falta completamente qualquer sentido ou sequer sintonia com a realidade.

Deputado José San-Bento (*PS*): Muito bem!

O Orador: Mas conforme eu disse não me surpreende que o senhor faça esse percurso, o senhor lá saberá com que linhas é que se cose e o senhor lá saberá por que razão é que tem este fel todo dentro de si.

Mas já me preocupa do ponto de vista político porque antes de chegarmos à questão das medidas, à questão se tem mais valor, se não tem mais valor, há previamente a isso a questão política e aí já me preocupa bastante, preocupa-me bastante entrar nesse discurso que diz que os pobres precisam de ser libertados, precisam ser espicaçados na sua autonomia e na sua liberdade, precisam no

fundo de se autonomizar de uma política de apoio, é que nós já conhecemos esse discurso e nós já sabemos quais são os resultados que esse discurso traz, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... traz um aumento da pobreza, um aumento do risco da pobreza e preocupa-me Sr. Deputado é que toda a bancada do PSD o tenha aplaudido, mas mais me preocupa os sinais – porque também é importante ler os sinais aqui e ali – esta perspetiva de que agora interessa libertar toda a gente ...

(Aparte inaudível)

O Orador: Não! Não! Os pobres! Os pobres precisam fazer o seu caminho em autonomia e em liberdade, que é uma forma delicada de dizer que precisam de ficar por sua conta.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado João Bruto da Costa, se me preocupa essa sua postura e essa sua afirmação ...

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

O Orador: ... preocupa-me o facto de o senhor arrastar a bancada do PSD para esse caminho e preocupa-me sobretudo o sinal que até agora o único candidato à liderança do PSD, referindo-se aos sem abrigo do Ponta Delgada diz: “trata-se de um exercício de mendicidade por opção”.

Deputado António Almeida (PSD): Isso é demagogia! Uma demagogia barata!

A Oradora: Nós vamos num mau caminho. Isso não é social democracia, isso está para lá da direita mais encardida e da extrema direita mais encardida que alguma vez se presenciou.

Deputado Bruno Belo (PSD): Isto é demagogia!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado João Bruto da Costa, sabe na minha opinião qual é que é o seu problema e por seu intermédio o problema do PSD? É que o grande objetivo do PSD, o grande drama e a grande obsessão do PSD, são os socialistas. Esse é que é o grande problema.

Deputado Luís Maurício (PSD): Olhe que não!

O Orador: Não interessa como é que nós damos uma resposta melhor do que o PS ou do que o Governo do PS. Não! Os socialistas têm é que ser derrotados. Isso Sr. Deputado João Bruto da Costa, diz muito.

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso também não é sério!

O Orador: Desculpe! O que é que o senhor está dizendo? Não é sério! Oh Sr. Deputado, se quer intervir no debate levante-se que nós já conversamos os dois a propósito de seriedade.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Estalou o verniz! Tanta coisa que o deveria preocupar!

O Orador: Relativamente a esta matéria o grande problema é exatamente esse, Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(Diálogo entre os deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: Para si e para os seus, o grande problema não é ...

Bom, nós temos uma situação em que o INE, dado convenientemente omitido pelo Sr. Deputado até agora, diz que as desigualdades nos Açores diminuíram ligeiramente, mas diminuíram.

Problema Sr. Deputado João Bruto da Costa, é essa visão obsessiva, obsessiva, obsessiva em relação aos socialistas.

Oh Sr. Deputado Bruto da Costa, preocupe-se mais com os Açores e com os açorianos e preocupe-se menos com o PS, que ficamos todos a ganhar.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas por último e para concluir Sr. Deputado João Bruto da Costa, o Sr. Deputado António Pedroso citou aqui as sagradas escrituras, pois eu não vou citar as sagradas escrituras.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É melhor!

O Orador: Com toda a humildade eu só reconheço em si – não é em si, é neste tipo de intervenção que o senhor fez, que é diferente – um objeto e um pretexto para que eu possa exercer uma das obras da misericórdia espiritual, sofrer com paciência as fraquezas do nosso próximo!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente do Governo.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar relativamente à intervenção da Sra. Secretária Regional, eu queria só lembrá-la Sra. Secretária Regional que a minha indignação é por exemplo quando a senhora gastou 200 mil euros do erário público para comemorar 10 anos de RSI. Isso é que é indignante, isso é que me indigna na questão da forma como os senhores lidam com a pobreza nos Açores...

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa):

Isso é uma coisa maravilhosa! Onde é que o senhor foi buscar isso?

O Orador: ... gastar 200 mil euros do erário público para ir comemorar 10 anos de RSI, em vez de usar esse dinheiro para realmente apoiar as pessoas.

Oh, Sr. Presidente do Governo, extremista, radical?! Extremista e radical é ignorar que de 2018 para 2019 a pobreza aumentou nos Açores.

Que depois de todas as medidas que os senhores apresentaram nesta Casa e das promessas que fizeram relativamente a combate à pobreza e exclusão social de 2018 para 2019 a pobreza aumentou e o senhor não consegue lidar com isso e sabe por que é que não consegue lidar com isso? Porque não é capaz de reconhecer que a vossa atuação política tem sido no sentido de permanência de pessoas na dependência do poder, obrigadas a solicitar ao PS um apoio para poder garantir com isso o vosso abono eleitoral. Isso não é extremista e radical da minha parte observá-lo, extremista e radical manter uma sociedade dependente desses conceitos e dessa forma.

Com que linhas é que me coso?

Olhe, coso-me por exemplo com esta linha que está aqui, que é a taxa de execução financeira da solidariedade social até setembro, sabe quanto é que foi Sr. Presidente do Governo? 33%, 33%!

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*):

Tenha calma, Sr. Deputado!

O Orador: Até setembro os senhores executaram 33% daquilo que tinham previsto para gastar com a solidariedade social. Onde é que os senhores estão afinal? Que conclusão é que eu posso tirar senão outra de que não há da vossa parte vontade em combater verdadeiramente os problemas de pobreza nos Açores. Quando eu falo e quando nós dizemos que é necessário dar autonomia àqueles que estão em condição de pobreza é porque os senhores nada fazem para atribuir formação e criar condições para aqueles que têm menos condições de lutar por um emprego melhor, serem capazes de se libertar da vossa dependência, da vossa dependência de apoios sociais e da vossa ambição de continuar a governar por terem nos Açores 30% dos açorianos em condição de pobreza.

Quando os senhores disserem nesta Casa que são capazes de transformar os programas de apoio ao emprego em programas e forem capazes de demonstrar em programas que dão mais formação, ...

Deputado Francisco César (*PS*): É bem falso!

O Orador: ... que aumentam a possibilidade dos açorianos serem capazes de se libertar do vosso jugo, da necessidade que os senhores têm de mantê-los de mão estendida, nesse dia eu não serei nem extremista, nem radical ...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Então agora é!

O Orador: ... e observarei com coerência a vossa vontade de realmente lutar contra a pobreza.

O que se passa nos Açores é muito simples, Sr. Presidente. O Sr. Presidente que está sentado nesta Casa há 23 anos sabe perfeitamente que não fizeram nem um pouco daquilo que seria possível fazer com todos os fundos que tiveram ao dispor para lutar contra a pobreza. Reconheceram-na tarde e não têm interesse

verdadeiro em combatê-la e em libertar os açorianos da dependência do poder que se vive neste momento.

Por isso, Sr. Presidente, não me importo minimamente com as suas críticas, com a sua indignação, mas recomendo-lhe verdadeiramente que tenha e que faça alguma penitência pelo seu percurso.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Presidente do Governo:

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Bruto da Costa, certamente que é possível discutir as questões das execuções, das taxas, dos valores, tudo isto, muito bem, mas não é para isso que eu pedi a palavra para intervir neste debate.

Eu pedi a palavra exatamente para conquistar um aspeto que o Sr. Deputado nesta sua intervenção já foi mais suave, mas ainda não está no ponto que eu acho que corresponde à verdade e tem a ver com essa ideia do jugo.

O Sr. Deputado sabe o que é que eu tenho dito em todas, senão em todas em quase todas as cerimónias, por exemplo de formalização de contratos para apoio à habitação? Tenho dito e cito-me com a vossa permissão: “Isto não é uma benesse – tenho dito isso – do Governo, isto é um direito que os Srs. e as Sras. têm”.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas o senhor não sabe disso e se o senhor me recomenda que eu faça penitência, eu basto-me apenas com uma recomendação bem mais simples e bem mais terrena: da próxima vez que os Deputados do PSD receberem um convite para acompanhar o Governo, por exemplo, numa visita estatutária aceitem esse convite e estejam lá, numa cerimónia dessas vão ver aquilo que é dito e que desmente completamente aquilo que o senhor acabou de dizer.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Presidente do Governo.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Encerrámos esta nossa parte do debate, vamos dar continuidade ao mesmo, passando agora a palavra ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para a intervenção.

(Neste momento, o Deputado Bruno Belo substituiu o Deputado Jorge Jorge na Mesa)

(*) Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Educação avulta por relevante na proposta de Plano e Orçamento para 2020, que lhe destina mais investimento comparativamente a 2019.

Assim, podem os agentes do Sistema Educativo Regional aguardar por uma melhoria geral de condições.

Uma melhoria geral de condições que inclui apoio social aos alunos, através da concessão de transportes, alimentação, manuais e outro material, para que todos estejam em pé de maior igualdade, para que nenhum fique efetivamente para trás.

Uma melhoria geral de condições que inclui a valorização profissional dos docentes, fruto da recuperação do tempo de serviço.

Uma melhoria geral de condições que inclui o recrutamento de funcionários, resultante da abertura de 247 vagas.

Uma melhoria geral de condições que inclui a construção e a conservação de instalações, que quase concluem o programa regional de edificações escolares.

Na Educação, esta melhoria geral de condições, em benefício de alunos, de professores e de funcionários, também em prol da disponibilidade de mais e de melhores instalações, serve um único objetivo: a promoção do sucesso escolar definida no 'ProSucesso. Açores pela Educação'.

No Sistema Educativo Regional, a averiguação dos números demonstra também a melhoria geral de resultados, que prognostica o alcance das metas estabelecidas para 2025-26 no fim do programa ProSucesso.

Se não, vejamos!

- No ensino regular, em 2013-14, antes da construção e da implementação do ProSucesso, a taxa de transição era de 81, no ano letivo passado foi de 90% (+9%).

- No ensino profissional, em 2013-14, antes da construção e da implementação do ProSucesso, a taxa de transição era de 79, no ano letivo passado foi de 86% (+7%).

- No PROFIJ, em 2013-14, antes da construção e da implementação do ProSucesso, a taxa de transição era de 71, no ano letivo passado foi de 75% (+4%).
- Nos programas de recuperação de escolaridade, em 2013-14, antes da construção e da implementação do ProSucesso, a taxa de transição era de 38, no ano letivo passado foi de 68% (+30%).
- No regime educativo especial, em 2013-14, antes da construção e da implementação do ProSucesso, a taxa de transição era de 10, no ano letivo passado, foi de 39% (+29%).

Estas são provas inequívocas do combate ao insucesso escolar. Assim, os nossos alunos hão de concluir mais rapidamente a escolaridade obrigatória e com as aprendizagens realizadas, para que mais facilmente se integrem no mercado de trabalho ou para que prossigam estudos superiores com maior sucesso.

Por acréscimo, a Educação é hoje a base da melhor justiça e do maior desenvolvimento. Dito por outras palavras, a felicidade e a riqueza derivam menos dos recursos naturais, caso das matérias-primas à maneira de antigamente, derivam mais dos recursos humanos, sobretudo das qualificações dos jovens, pois são eles que melhor garantem um futuro de prosperidade.

Por isso, entre as estratégias mais eficazes de combate à pobreza e de promoção da cidadania, sobressai a escolarização dos povos, que tem de principiar na 1.^a infância, quando tudo melhor se regista e se absorve, e continuar na formação ao longo da vida, porque os técnicos e os profissionais têm necessidade de adequar os seus conhecimentos às transformações da sociedade.

Com raízes na matriz portuguesa, dada a introdução das ilhas na marcha da civilização por ação do Portugal dos descobrimentos, e em correlação com a imensidade do Atlântico, dada a participação das ilhas no conhecimento e na exploração do mar, a Cultura dos Açores é filha da História e da Geografia,

concretamente de uma vivência de mais de meio milénio num ambiente díspar do continental.

No arquipélago, como no restante mundo, na época da globalização, avessa ao reconhecimento de especificidades, a individualização de uma identidade açoriana constitui uma mais-valia, traduzível em superioridade moral e progresso material.

As bibliotecas, os arquivos e os museus são instituições de relevo na preservação da nossa cultura.

Em 2016, na Terceira, concluímos a rede de bibliotecas e arquivos regionais com a inauguração do novo edifício.

Agora, estamos prestes a concluir um outro importante projeto, que visa dotar cada uma das nossas ilhas com uma unidade museológica de referência, isto na sequência da já ocorrida inauguração da Casa do Tempo, o primeiro edifício do EcoMuseu do Corvo, e da próxima conclusão do Museu Francisco de Lacerda, em S. Jorge.

De resto, persiste sempre um propósito de democratização da Cultura, que há de resultar da aprovação do programa Ler Açores, que pretende a generalização de hábitos de leitura entre toda a população, independentemente dos estratos sociais e dos escalões etários, também e, por exemplo, da permanente atualização de conteúdos do Centro de Conhecimento dos Açores.

Entre nós, o Desporto é uma atividade de todos e para todos, que quotidianamente faculta entretenimento e bem-estar.

Por isso, insistimos no aproveitamento dos tempos livres das crianças, que depois hão de arrastar os familiares, motivando todos para as práticas física e psicologicamente saudáveis da locomoção, do movimento, da autonomia e da socialização.

Mas, se o desporto é louvavelmente uma atividade de todos e para todos, nem todos procuram, nem todos alcançam o paradigma da excelência, resultante da

prática da competição, que assegura a conquista dos melhores resultados, traduzidos em vitórias, também numa incontida alegria.

Com o dobro da taxa portuguesa de participação desportiva absoluta e com a maior taxa nacional de participação feminina, os Açores continuarão na senda do progresso, inclusivamente na vanguarda do desenvolvimento do desporto em Portugal.

O Plano da Secretaria Regional da Educação e Cultura para 2020 regista um investimento total de 65.345.725 euros.

No geral, e comparativamente a 2019, há um decréscimo do montante de investimento de 2.289.799 euros (-3.4%), que não é idêntico na repartição pelas três áreas da Educação, da Cultura e do Desporto.

Na Educação, verifica-se um aumento de 38.815.829 euros para 41.487.834 euros, mais 2.672.005 euros (+6.4%), fruto sobretudo da intensificação do projeto Construções Escolares.

Já o decréscimo do montante de investimento nas áreas da Cultura e do Desporto, que conjuntamente descem de 28.819.695 euros para 23.857.891 euros, menos 4.961.804 euros (-17.2%), deriva essencialmente do comportamento das despesas da Cultura, que diminuem em consequência do termo de obras em fase de investimento intensivo, uma decorrência da conclusão das redes de Bibliotecas e Arquivos Regionais, em 2016, e de Museus Regionais e de Ilha, prevista para 2020, traduzida na diminuição de gastos em infraestruturas, apesar da previsão de novas empreitadas.

Este quadro não evidencia menor aposta do Governo Regional dos Açores na Secretaria Regional da Educação e Cultura, nem sequer nas áreas da Cultura e do Desporto, apesar da redução do investimento.

Vejamos o investimento por partes.

Na Educação, o investimento global é de 41.487.834 euros, fruto de intensificação no projeto Construções Escolares, que inclui o prosseguimento

da obra da EBI das Capelas, que inclui também o início da construção das novas escolas de Rabo de Peixe, em fase de seleção pelo júri da empresa construtora, e dos Arrifes, em processo de concurso para a empreitada, que inclui ainda a remoção da cobertura com incorporação de amianto da EBI da Lagoa.

Eu tenho uma máxima antiga: “as instalações não são a essência das instituições”. No entanto, a disponibilidade de edifícios novos e funcionais sempre favorece a ação pedagógica e o trabalho coletivo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): No passado não era assim!

O Orador: Assim, as instalações também são essenciais. Por isso, levam o grosso do investimento: na Educação, mais de 22 milhões de euros, correspondente a mais de metade da dotação.

Todavia, o nosso plano de construções quase completa o parque escolar da Região. Depois disso, num futuro próximo, pelo menos não muito longínquo, haverá lugar ao desenvolvimento de um programa de beneficiação e reabilitação de instalações que já hoje estão longe de se acharem secundarizadas pela necessidade e pela urgência da edificação de novas construções.

De facto, numa ação geral, e em 11 ações específicas, a beneficiação de instalações escolares já comporta em 2020 um investimento de 3,5 milhões de euros.

De resto, na Educação, releva a manutenção, mesmo o acréscimo, do projeto 6.6 relativo à execução de Projetos Pedagógicos, que alavancam a implementação do ProSucesso.

Deputada Renata Correia Botelho (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Na Cultura, o investimento global é de 13.580.629 euros, 1,7% do total do investimento regional, quando em Portugal e na demais Europa prevalece a reivindicação de 1% de investimento na Cultura.

No projeto 6.7 - Dinamização das Atividades Culturais registamos a manutenção, até o ligeiro acréscimo, do montante de fundos, que constitui uma garantia da concretização do programa de promoção da Cultura.

No projeto 6.8 - Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural o decréscimo de fundos (- 4.269.066 euros) resulta da realização de um investimento menos intensivo, decorrente do termo de grandes empreitadas, casos da Casa do Tempo, no Corvo, já inaugurada, mas sobretudo da conclusão para breve do Museu Francisco de Lacerda, em S. Jorge, e do Cinema do Aeroporto, em Santa Maria.

Mesmo assim, para 2020, há iniciativas de monta. Entre elas, a construção das reservas visitáveis e da área expositiva de curta duração do Museu Carlos Machado em Ponta Delgada. Após a obtenção do visto do Tribunal de Contas, a empreitada terá arranque no começo do novo ano.

Além disso, a recuperação da Torre do Aeroporto de Santa Maria, em fase de concurso para a empreitada, e a musealização do Palácio Bettencourt em Angra do Heroísmo.

No Desporto, o investimento global é de 10.277.262 euros, integralmente suportado pelo ORAA, dado o facto do Desporto ser uma prioridade negativa na perspetiva da União Europeia.

Considerando os exercícios de gestão do passado, este montante garante a prática da atividade física desportiva e os compromissos do desporto federado e assegura a manutenção para conveniente utilização das infraestruturas e equipamentos desportivos.

Em suma, os meios financeiros constantes da proposta de Plano e Orçamento para 2020 possibilitam o desenvolvimento da Educação, da Cultura e do Desporto, as áreas integrantes da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, o Governo Regional tem falhado na dotação de recursos humanos para a educação.

A falta de docentes, que já se sente, será cada vez mais grave no futuro.

A proposta que o Governo faz no art.º 9.º do Orçamento, é abrir 80 vagas que podem redundar em quase nada, mas podem ser preenchidas no concurso interno, pelo menos em parte, como normalmente acontece.

A falta de professores que se verifica é também consequência da política do Governo, que nunca quis combater a sério a precariedade na educação e ainda negam aos professores contratados o direito legal à justa indemnização pelo fim do contrato, seguindo aquela que foi a proposta e a linha de Pedro Passos Coelho.

Sr. Secretário, está o Governo Regional, de uma vez por todas, disponível para a sério combater a precariedade e integrar os docentes a partir do terceiro ano de contrato, com abertura obrigatória de vagas nas escolas e vai desta vez, em 2020, finalmente pagar aquela que é a justa indemnização pelo fim do contrato aos docentes?

A falta de recursos humanos faz-se sentir também no pessoal não docente, as escolas não funcionam sem o recurso a trabalhadores ao abrigo de programas ocupacionais.

Por isso, os números de trabalhadores não docentes estão muito abaixo daquilo que é necessário, eles são definidos por rácios cegos que ignoram a realidade de cada escola e apenas tem em conta o número de alunos.

Sr. Secretário Regional, está o Governo disponível para rever esses rácios, tendo em conta a realidade de cada escola e não apenas o número de alunos?

Para melhorar a qualidade das refeições está o Governo Regional disponível para iniciar um caminho como propõe o BE a internalização da sua confeção e cito, para terminar esta intervenção, o Relatório da Inspeção Regional da Educação, que diz o seguinte: “este tipo de gestão, a gestão integrada nas unidades orgânicas da confeção de refeições, é cada vez mais raro no universo das unidades orgânicas do sistema educativo regional, apesar dos constrangimentos ao nível dos recursos humanos e administrativo financeiros, tem propiciado uma melhor qualidade na confeção das refeições servidas, quando comparada com outras unidades orgânicas da Região”, fim de citação.

Quem o diz é a Inspeção Regional da Educação: “as refeições confeccionadas pelas escolas têm melhor qualidade do que aquelas que são adquiridas a empresas”.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Umás perguntinhas simples ao Sr. Secretário Regional da Educação e a primeira pergunta Sr. Secretário que tenho para lhe fazer, analisando os documentos, V. Exa. tinha inscrito o ano passado para o ProSucesso, o célebre ProSucesso, dois milhões, trezentos e cinquenta mil euros, este ano tem dois milhões e quatrocentos mil euros. Tendo dito V. Exa. que já estava numa velocidade cruzeiro, portanto, já teria até obtido bons resultados, era espectável que essa verba tivesse diminuído já este ano, pelo contrário aumentou.

Eu queria perguntar-lhe, Sr. Secretário, muito concretamente: em que é que é gasta essa verba? Onde é que essa verba é investida?

Depois Sr. Secretário, quantos professores estão afetos ao ProSucesso? É outra pergunta que lhe faço.

Também já agora, Sr. Secretário, quando no passado era orgulho do Governo do PS ter professores com habilitação própria, presumo que é assim que se diz, para a respetiva cadeira que davam, ou seja, era um professor com habilitação própria para matemática, que dava matemática, era com a licenciatura adequada ou com a formação adequada que dava biologia.

O que acontece, atualmente, Sr. Secretário e de alguns casos que me chegaram é que há professores, por exemplo, com formação em educação física, que estão a dar matemática, ou seja, como é que os alunos vão ter sucesso se o docente que está a dar aulas não fez o devido estágio pedagógico que os senhores exigiam tanto no passado, como é que o senhor concilia isso com o ProSucesso? Como é que se quer ter sucesso com os alunos, se não temos professores preparados e com a devida estratégia para transmitir os conhecimentos aos alunos, porque senão isto está tudo errado. Se não é necessário ter conhecimentos de matemática e ter formação específica para dar história, então os estágios pedagógicos, toda a formação, a formação profissional, tudo isso cai por água abaixo.

Portanto, eu pergunto-lhe como é que concilia sucesso com professores sem habilitação própria, que foi durante muito tempo uma luta e que devo refazer o reconhecimento que o Governo até conseguiu, em determinada altura, ter professores devidamente habilitados em todas as áreas do ensino para darem aulas, hoje em vez de um ProSucesso, temos um retrocesso, Sr. Secretário, ou seja, voltamos aos professores, se assim quiser com o 12.º ano, ou pouco mais, a dar aulas, voltamos a professores com formação diferente daquilo que têm a dar aulas, portanto, naturalmente que a estratégia pedagógica quando se quer o

sucesso dos alunos, quando se quer que não haja chumbos, quando se quer que haja uma aprendizagem contínua na escola e um ensino de qualidade, eu gostaria Sr. Secretário que tivesse a bondade de me explicar como é que se concilia uma coisa com a outra, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... porque eu sinceramente não consigo explicar e não consigo perceber como é que isso se faz, ou então andamos todos com o passo trocado até agora, ou então tudo o que se dizia ontem hoje não é verdade.

Portanto, gostaria que me respondesse a essas perguntas simples, concretas e diretas Sr. Secretário.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jaime Vieira tem a palavra.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Exma. Sra. Presidente, Exmos. Sras. e Srs. Deputados Regionais, Exmos. Srs. Membros do Governo:

A Vila de Rabo de Peixe, pura e simplesmente a Vila com maior número de crianças e jovens dos Açores, bem como toda a sua comunidade escolar, anseiam há muito pela construção da nova escola de Torre e Galvão de Carvalho, obra já inscrita em muitos planos e orçamentos e que até em 2008, Sr. Secretário, o Presidente do Governo Regional de então, Carlos César, anunciava que essa seria uma obra para breve, o breve levou mais de dez anos.

Além do perigo que esta escola representa em termos de amianto, as péssimas condições para aprendizagem têm levado que esta obra tenha que ser uma realidade o mais urgente possível, aliás já deveria ter sido para ontem.

Neste sentido aquilo que nós queríamos perguntar Sr. Secretário é que o Sr. Secretário está em condições de garantir à população de Rabo de Peixe e à

comunidade escolar se está apta para que as obras se possam iniciar em 2020 e para quando estima o início dessas obras, Sr. Secretário?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários:

Quero começar por assinalar neste mês que os professores viram finalmente o seu reposicionamento na carreira efetivado.

Esta foi uma vitória dos professores, do sistema educativo regional devido à luta dos professores e dos sindicatos e devido à nossa luta, a luta da oposição contra a intransigência do Sr. Secretário do Governo e do PS, que meses a fio estiveram contra essa contagem de tempo de serviço ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade!

O Orador: ... votando consecutivamente contra todas as iniciativas de reposição do tempo de serviço efetivamente trabalhado, dizendo que se faria o que se fizesse no continente.

Quero também começar por assinalar e antecipar aquela que será outra derrota de V. Exa. Sr. Secretário e do Governo, que será a vossa pretensão de suprimir a norma imposta abrupta pelo PS, que faz com que os alunos com mais dificuldades fossem triplamente estigmatizados e que tivessem de ir à escola nas interrupções letivas, é porque é para mim claro que a solidez de argumentos e mesmo dos apartes que o PS nos brindou no ano passado e depois quando o PPM, o CDS e depois o PSD trouxeram a esta Casa a proposta de eliminação desta norma, não é possível ao PS aprovar as vossas pretensões, mesmo tratando-se do PS não creio que isso seja possível.

E a formação do pessoal docente, Sr. Secretário, para lá do ProSucesso? Praticamente deixou de existir, deixou de importar para a Secretaria, a que

existe é manifestamente insuficiente, é isso que vamos recolhendo pelas escolas que vamos passando.

Vai ou não a Secretaria repor e apostar na formação contínua de professores?

E a formação do pessoal não docente, que também praticamente deixou de existir, como eles próprios, os não docentes têm assinalado, bem como os seus representantes e que há alguns anos era considerado fundamental para o sucesso educativo?

Na educação, como na formação em geral nos Açores dos diversos setores de atividade, esta tem sido praticamente ignorada pelo Governo, é um Governo que só quer apostar na cosmética e não na verdadeira formação dos trabalhadores e dos ativos profissionais dos Açores.

Sr. Secretário, vai ou não o Governo fazer obras no próximo ano na Escola Básica e Secundária de S. Roque do Pico, uma escola que mete água pelas janelas e tetos, que tem um auditório que até é o único do concelho completamente apodrecido, infiltrações em várias partes de edifícios, falta-lhes espaço de trabalho para alunos e professores.

O pavilhão é manifestamente diminuto, os alunos não têm uma sala de ginástica, para além dos problemas de infiltrações e humidades.

É uma escola com 42 anos e com muita necessidade de atenção.

A Escola Cardeal Costa Nunes também necessita de intervenções para resolver problemas de infiltrações e da vedação que está podre em muitas partes e tombada, como pude constatar recentemente. Vai ou não o Governo fazer essa intervenção que tem sido pedida pelo conselho executiva da escola no próximo ano?

Para finalizar a minha intervenção: Escola das Lajes do Pico.

Em pouco mais de três anos vi uma laje ceder, uma escola, como eu disse, com pouco mais de três anos.

Isso causou o pânico na comunidade escolar e ainda causa bastante apreensão.

Para quando a reparação daquela anomalia? Será no próximo ano letivo?

Vai ou não a Secretaria mandar fazer uma inspeção a toda a escola, particularmente às estruturas semelhantes, para assim tranquilizar a comunidade educativa das Lajes do Pico? Eu acho que deve e acho que já vai tarde quando o fizer.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado João Paulo Ávila tem a palavra.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Educação: muito se reivindica nesta área e muito se pode discutir nesta área. E ainda bem, só reflete a responsabilidade com que se olha hoje para a Educação nos Açores. Só reflete a importância que se dá à Educação nos Açores.

Educação é aquisição de conhecimento e de competências!

Educação é muito mais que a complexa união entre o ato de ensinar e o ato de aprender.

A Educação é uma conjugação de pilares. Todos eles essenciais para levar a bom porto aquele que é o objetivo principal.

A diferença entre uma região desenvolvida e menos desenvolvida está intrinsecamente ligada à detenção de conhecimento por parte das suas gentes.

A diferença entre uma região desenvolvida e menos desenvolvida está sobretudo na capacidade da aplicação do conhecimento.

E aqui, permitam-se destacar, por exemplo, o trabalho fantástico que está a ser feito no âmbito da robótica.

A diferença entre uma região desenvolvida e uma região menos desenvolvida está na ambição, no querer e no fazer.

E nós temos alunos, professores e profissionais na área de Educação com uma ambição, com um querer e com um fazer que, como se diz por cá, consola a ver!

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Os resultados é que não consolam nada!

O Orador: É aqui que reside a diferença. A diferença de hoje nós termos uma região mais desenvolvida reside na forma como o PS e os Governos do PS nos Açores olham, sempre olharam e sempre olharão para a Educação.

Já o disse e volto a repeti-lo com um grande orgulho nos Açores e nos açorianos: o PS os Governo do PS nos Açores têm levado a cabo a maior campanha de valorização da Educação nos Açores.

Foi o PS e os Governos do PS nos Açores que levaram a cabo essa alteração de mentalidades, essa alteração cultural até em algumas matérias, que já vai dando os seus frutos na nossa economia e muito mais frutos dará à nossa Região!

Aliás, se nós hoje temos empresas e instituições mais capazes, já é fruto dessa valorização e sobretudo de recursos humanos muito mais valorizados e muito mais capazes para dar o seu contributo a estas organizações e a essas empresas.

O novo ciclo de desenvolvimento dos Açores Srs. Deputados e para terminar, já chegou! Habituem-se! Quem não acompanhará ficará efetivamente para trás e a oposição hoje está a provar que quer mesmo ficar para trás!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para perguntar, Sr. Secretário se a redução de um milhão de euros na ação social escolar, resulta do lucro que o Governo teve na negociata das refeições escolares?

Muito obrigada.

Presidente: Sra. Deputada ...

Pergunto se há alguma inscrição?

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado do BE, António Lima, falou da falta de pessoal no sistema educativo regional; falou da falta de pessoal docente; falou da falta de pessoal não propriamente não docente, mas pessoal de apoio educativo.

Acerca do assunto eu direi o seguinte: em 2014/2015, no primeiro ano letivo em que dirigi a educação nos Açores, trabalharam no sistema educativo regional 5 400 professores; no ano letivo passado, trabalharam no sistema educativo regional 5 700 professores e entre 2014/2015 e à atualidade existem menos 6 000 estudantes no sistema educativo regional, o que aliás se lamenta porque se trata de efeitos da receção demográfica que vai caracterizando o ocidente.

Mas com os mesmos professores, eventualmente com mais professores e com muito menos alunos, não é fácil aceitar que haja falta de apoio docente, que não haja inclusivamente maior apoio docente.

Agora uma coisa é certa, começa a haver falta de professores no mercado.

É de crer que este sintoma inclusivamente se agrave nos próximos anos.

Resulta isto do envelhecimento da classe, naturalmente que sim.

Resulta isto também senão da nula, pelo menos de uma insuficiente formação de professores pelas instituições de ensino superior, facto verificado nos últimos 20 anos.

Esta redução de professores no mercado de trabalho, é facilmente verificável, ocupo esta posição há cerca de 5 anos e meio e há 5 anos e meio concorriam aos nossos concursos quase que o dobro dos professores que concorrem hoje. Isso verifica-se nos Açores, isso verifica-se na Madeira, isso verifica-se no continente.

Isso aconteceu fundamentalmente pelo seguinte: porque durante anos, quiçá décadas, as universidades e os politécnicos viveram da formação de professores e para a formação de professores, até que na entrada deste novo século passou a haver efetivamente desemprego docente, os candidatos aos cursos de formação de professores desapareceram, as instituições reconverteram os seus cursos e por via disso os alunos passaram a ser menos, os cursos passaram a ser menos, a formação de professores passou efetivamente a ser menor.

Creio, tenho a certeza de que a formação de professores retomará o seu ritmo mais ou menos tradicional, quando se entender que a profissão de professor é de novo uma profissão com empregabilidade. Nessa altura os candidatos aos cursos regressarão à formação, nessa altura as instituições de ensino superior retomarão, naturalmente, a formação.

Claro que bem sei que antigamente era mais fácil pelo lado do ensino superior resolver um problema desta natureza, quando os cursos eram criados entre muros, do que na atualidade em que os cursos estão submetidos à superintendência de uma agência de avaliação e de acreditação com critérios efetivamente muito, muito rigorosos.

O que se verifica nos Açores, hoje em dia, em matéria de professores, ou de falta deles, é ainda uma questão pontual, semelhante àquilo que acontecia nos

anos anteriores e que se reflete fundamentalmente no facto de também pontualmente haver dificuldades em apoios e em substituições e estas questões chegam obviamente à opinião pública porque estamos numa sociedade democrática, numa sociedade cada vez mais madura, em que a população é felizmente cada vez mais exigente em que os órgãos de comunicação social fazem cada vez mais eco dessas preocupações populares, não sendo também a isso alheio o fenómeno da contaminação que vem a partir do continente.

Falou-me também o Sr. Deputado, da caducidade dos contratos, chamemos assim.

A nossa posição de hoje é a nossa posição de ontem.

Deputado António Lima (BE): É de Passos Coelho!

O Orador: A generalidade dos professores contratados termina contrato no dia 31 de agosto, assina contrato a partir do dia 1 de setembro, não nos parece razoável que nestas circunstâncias haja lugar a uma indemnização, por isso colocámos a situação como efetivamente ela consta da Lei do Orçamento.

Fala também o Sr. Deputado da falta de funcionários de apoio educativo. Posso dizer-lhe também o seguinte: em 2014/15, no primeiro ano em que exerci funções de Secretário Regional da Educação e Cultura, trabalhavam no sistema educativo regional, 3 300 funcionários, agora trabalham 3 600, mais 300, com a mesma redução de 6 000 alunos. Não é fácil desta forma dizer que com mais funcionários, com menos alunos, haja mais falta de apoio, pelo contrário poderá haver eventualmente algum apoio acrescido.

Claro que em relação ao pessoal de apoio educativo verifica-se também o envelhecimento da classe, o envelhecimento da classe traduz-se em absentismo, agora uma coisa é certa: os rácios de que fala são rácios regionais, menos recentes, são rácios nacionais muito recentes de 2017 e na generalidade das nossas escolas nós temos colocado quase que o dobro dos funcionários que a legislação determina. Esta é uma prova de que estamos atentos à problemática

do envelhecimento e queremos que nas nossas escolas efetivamente não faltem funcionários.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Afinal temos funcionários a mais na escola!

O Orador: Disse também o Sr. Deputado que em matéria de ação social escolar não tratávamos devidamente a questão das refeições escolares.

As refeições escolares não são melhores nas escolas com gestão direta e piores nas escolas com gestão indireta. As refeições escolares são melhores efetivamente onde a vigilância é mais contínua, mas deve também ter reparado o Sr. Deputado numa norma agora introduzida na Lei de Orçamento. De acordo com a lei nos concursos para fornecimento de refeições, o Governo não pode avançar com preços base superiores a 50% do subsídio de refeição, a saber: 1.67 euros para refeições ligeiras; 2.39 para refeições completas. Só no caso de as refeições serem confeccionadas na própria empresa, por pessoal da própria empresa, com equipamentos da própria empresa, havia a possibilidade de uma majoração de 20%, agora introduz-se uma alteração, a alteração é no sentido de acrescer em 25% o preço base das refeições. As refeições completas podem passar de 50 para 75% do subsídio de refeição, de um teto de 2.39 para 3.59; as refeições ligeiras de 35 para 60% do subsídio de refeição, de um teto de 1.69, para 2.87.

Resta dizer uma coisa que estes acréscimos, que obviamente virão em benefício do serviço de refeições escolares, não obrigam os alunos a pagar absolutamente mais nada.

O Sr. Deputado Artur Lima creio que fez aqui alguma confusão entre a habilitação profissional, habilitação própria, habilitação suficiente.

Deputado António Lima (BE): A inspeção diz que sim!

O Orador: O que nós sentimos neste momento devido a esta falta pontual de professores, que eu disse que se pode agravar nos próximos anos, o que nós

notamos é eventualmente a falta de professores com habilitação profissional aqui e acolá, a sua substituição por professores apenas com habilitação própria e até nalguns casos, como sempre aconteceu, até com habilitação suficiente como sempre aconteceu no grupo artístico. Isso é uma realidade.

Quanto ao ProSucesso, se o ProSucesso deveria estar agora a diminuir o investimento e não em vez de aumentar, é uma opinião, o ProSucesso ainda não vai propriamente a meio, por isso não há razão para se estar a pedir uma desaceleração efetivamente imediata.

Quanto aos professores que estão no ProSucesso eu diria, Sr. Deputado, porque a nossa filosofia é precisamente essa, no ProSucesso estão efetivamente todos os professores do sistema educativo regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não venha com essa!

O Orador: Claro que temos gente dedicada a 100% ao ProSucesso, no concelho científico, não; na comissão coordenadora, sim; nalguns projetos também; o professor DEAC tem um professor destacado por cada escola, também no acompanhamento a outros programas, por exemplo o apoio ao português, etc.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quantos são?

O Orador: O Sr. Deputado Jaime Vieira levantou aqui um problema sobre a escola da sua freguesia natal, de onde é presidente adjunto à Escola de Rabo de Peixe.

O concurso para a Escola de Rabo de Peixe foi lançado em outubro passado, o concurso de outubro passado ficou, enfim, deserto, ou melhor não ficou deserto mas os preços apresentados estavam muito acima do preço base, talvez porque o preço base tenha sido calculado e o projeto completado nos anos ditos da crise e hoje aquilo que se fazia por 5 faz-se por 7,5 ou por 8, foi necessário repetir esse concurso. Esse concurso teve concorrentes, está neste momento na mão do júri externo. Dizer prazos eu não arrisco, como é óbvio.

Finalmente as questões colocadas aqui pelo Sr. Deputado Jorge Jorge.

Nós continuamos a fazer formação contínua para professores.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Pouca!

O Orador: Ainda recentemente, quando reunimos em Ponta Delgada o concelho coordenador do ensino e a comissão do ensino público, fizemos deslocar aos Açores o professor Domingos Fernandes que deu formação sobre avaliação à luz, portanto, da autonomia e da flexibilidade curricular ...

Deputado Jorge Jorge (PSD): Isso é formação?!

O Orador: ... esteve em Ponta Delgada, esteve em Angra, esteve inclusivamente na Madalena do Pico.

Mais, a semana passada tive o gosto de receber a direção do Sindicato do Pessoal de Apoio Educativo e tive a possibilidade de conversar com essa direção sindical sobre a realização de formação para o pessoal de apoio educativo.

Relativamente à escola das Lajes do Pico, efetivamente em março foi detetada uma ligeira deformação, foi pedida a colaboração do LREC, o relatório do LREC ficou concluído em julho, foi enviado ao projetista, ao mesmo tempo nós no início do ano letivo procedemos ao escoramento dessa laje, não por ser estritamente necessário mas por razões de mera segurança, o projetista pediu informações detalhadas à fiscalização, a fiscalização forneceu-as, estamos à espera da posição final do projetista que submeteremos ao LREC e assumiremos depois a posição que acharmos efetivamente mais indicada.

Finalmente a Sra. Deputada Graça Silveira falou da redução de montantes na ação social escolar.

Oh Sra. Deputada, com dotações de 10 milhões em 2017, de 10 milhões e meio em 2018 e em 2019 ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Perguntei é se era uma negociata! É isso que o senhor tem de responder!

O Orador: ... verificou-se uma execução - cumpridas todas as obrigações legais, respeitados todos os direitos dos estudantes – que foi de 9 milhões, novecentos e oitenta e nove mil, em 2017 ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Claro! Os outros pais é que estavam a pagar!

O Orador: ... nove milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, em 2018 e o gasto executado previsto para este ano é de nove milhões, duzentos e sessenta e quatro mil euros.

Assim, a dotação que aparece inscrita na proposta para 2020 de nove milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, essa proposta é de toda apropriada por se encontrar inclusivamente cerca de meio milhão acima, daquilo que nós vamos efetivamente executar este ano.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Jorge (PSD): E a escola de São Roque, Sr. Secretário?

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Secretário Regional, uma das perguntas para o ProSucesso era clara: quantos? Tão simples! Quantos? Não foi os DAEC. Quantos? O total? Todos. Que todos são ProSucesso? Não! Os que estão especificamente adstritos a funções exclusivas no ProSucesso e que estão, por exemplo, com reduções de horário de 65%, de 70%, de 50%. Quantos? Foi o que eu perguntei.

Depois Sr. Secretário, o senhor falou e bem nos sintomas, mas primeiro o senhor tem os sintomas, depois tem o diagnóstico, depois tem a terapêutica.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Oh Sr. Secretário, os sintomas o senhor falou, qual é o diagnóstico da situação? É pontual? É uma crise aguda? Não vai evoluir para ...

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*): Está a falar comigo?

O Orador: Estou a falar da falta de docentes.

É uma crise aguda? Não vai continuar para o ano? Depois qual é a terapêutica que o senhor vai dar?

Oh Sr. Secretário, é que aqui estão 121 professores na BEPA, concurso para professores ... Olhe! Olhe! Olhe aqui o peso disto! 121, Sr. Secretário!

Portanto, eu quero saber como é.

Mas eu vou dizer-lhe quais são os sintomas. Os sintomas foi um erro de V. Exa., por exemplo nos concursos. Quando nós aqui fizemos proposta para que a fixação até aumentasse para professores de 3 para 4 anos, foi chumbado, os senhores alteraram isso para um ano e o que é que aconteceu este ano? Deram todos, foram todos embora para o continente. Quantos foram embora, que nem concorreram para cá, nem chegaram a pôr os pés nas escolas cá, ficaram cá colocados e foram embora porque o concurso no continente abriu primeiro que nos Açores.

Portanto Sr. Secretário, ou começa a tratar os sintomas abrindo, por exemplo, o concurso primeiro que no continente para os obrigar a ficar cá, administrar uma terapêutica que seja eficaz para fixar docentes porque senão Sr. Secretário, eles não põe cá os pezinhos como se costuma dizer na Região Autónoma dos Açores, porque não têm, por exemplo, nenhum regime de incentivos previstos na carreira docente e que os senhores nunca aplicaram ...

Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*): Exatamente!

O Orador: ... e que neste momento, Sr. Secretário, se calhar faz todo o sentido em aplicá-lo, porque senão já nas ilhas ditas grandes, se é que se pode falar assim, já começa a haver falta, o que fará nas ilhas mais pequenas.

Sr. Secretário, posso não ter sido preciso, admito, na habilitação profissional, na habilitação própria, etc., agora vou dizer-lhe uma coisa, acho que as escolas

superiores de educação no continente continuam a existir, olhe acho que é uma boa oportunidade para a Universidade dos Açores se reinventar e começar a formar professores.

Agora, se o senhor acha que isso é um problema pontual e se me garante que para o ano isto está resolvido e que isso não se vai agravar, eu fico satisfeito porque o meu interesse também é o sucesso dos alunos e é o sucesso da educação, agora eu vejo com preocupação esta falta de docentes e haver aqui áreas onde não há nenhum professor para colocar, por exemplo, em francês não há nenhum professor para colocar, em espanhol não há nenhum para colocar, em língua gestual portuguesa não há nenhum, em informática não há nenhum, quer dizer eu podia ir por aqui abaixo e ver o que é que os senhores pediram. Na lista de não colocados isto já não conta, está zero, não temos um para substituir e isto é preocupante, é um sintoma preocupante. Agora, quais são as causas, Sr. Secretário? Os sintomas têm causas e é isso que nós temos que discutir aqui se queremos efetivamente avaliar o que se passa na educação e se queremos garantir aos nossos alunos um ensino de qualidade, um ensino onde possam aprender e uma escola onde tenham os melhores docentes, nas melhores condições para darem aulas.

Muito obrigado, Sr. Secretário.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente eu acho, e não vou repetir, que tratei das causas, expliquei por que é que havia e deixou efetivamente de haver.

Se lhe garanto que para o ano o problema está resolvido? Não garanto ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Se é pontual!

O Orador: ... e não garanto porque é um problema que passa por uma articulação entre o Governo e as instituições de ensino superior, dotadas de autonomia própria que tem que resultar de um diálogo, jamais de uma imposição, agora uma coisa é certa, não tenho dúvidas de que as instituições de ensino superior, uma vez consciencializadas – e estarão em vias de estar – da falta de profissionais num determinado setor vão fazer todo o possível para formá-los porque só assim cumprem a sua verdadeira utilidade pública.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): E até lá! E o desfasamento!

O Orador: Vou passar à frente.

Oh Sr. Deputado, não tenho aqui o número exato de quantos estão nos programas, aliás tenho na minha Secretaria vários requerimentos a pedir isso e reponderemos no tempo certo.

Queria terminar com uma coisa que não foi dita relativamente à questão levantada pelo Sr. Deputado Jorge Jorge.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nada como questionar em plenário!

O Orador: Nós efetivamente no próximo ano 2020 vamos investir na Escola de S. Roque, vamos investir na Escola da Madalena em S. Roque tentando resolver problemas de infiltrações em coberturas e vãos, reparação de vedações, pintura; na Madalena, também com substituição de vedações, resolução de infiltrações em coberturas, substituição de caldeiras a gás, etc..

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, sr. Secretário regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu só tenho cinco minutos para os próximos três dias, por isso não estava a contar fazer uma intervenção, mas não resisti.

Então vou ter que lhe dizer, Sr. Secretário o seguinte: é fácil de prever que para o ano vamos ter ainda mais problemas em relação à colocação de professores em determinadas disciplinas específicas, sabe porquê, Sr. Secretário? Sabe porquê? Porque para o ano temos o concurso no território continental, por isso muita gente vai sair dos Açores e vamos ter menos professores de matemática, menos professores de biologia, menos professores de físico química e, entretanto, o que é que o senhor faz? Nada. Espera que as universidades daqui a sete ou oito anos resolvam o problema. Isso não é solução, não é aceitável.

Segunda coisa: o Sr. Deputado Artur Lima perguntou-lhe aqui, e eu também já o fiz por requerimento, quantos professores estão no ProSucesso? Quantos professores usufruem de redução? Quantos têm redução total da componente letiva? Fizemos-lhe esta pergunta.

O que é incrível é que depois de quatro anos e meio da aplicação do programa o senhor não sabe quantos é que são? Então o senhor na Secretaria Regional está a fazer o quê, Sr. Secretário? Não sabe? Como é que o senhor pode vir a este Parlamento e dizer: não sei! Não, o senhor tem que saber! O senhor tem que saber e os açorianos também deveriam saber. Sabe porque é que não sabem? Porque ao contrário do que está previsto na legislação, o senhor não fez a avaliação externa do ProSucesso.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Não me vou alongar muito mais, tal qual a falta de professores também me vai faltar o tempo, portanto eu estou a tratar deste sintoma, mas eu queria dizer-lhe uma coisa Sr. Secretário e não vai levar-me a mal do que lhe vou dizer, homem precavido vale por dois, não é?

Portanto, V. Exa. se já tinha um requerimento a pedir-lhe isso, para dar a explicação aos açorianos e açorianas de quantos professores estavam no

ProSucesso, portanto tinha dado a informação nesta Casa. Sr. Secretário o senhor pode não dizer-me que são 152 ou 153, mas pode dizer-me cerca de 150, cerca de 200, cerca 100. Há de ter uma ideia da grandeza, do número, eu não vou à unidade, mas da grandeza V. Exa. tem uma noção porque se não tiver mal vai isso no reino da educação, Sr. Secretário ou na República, se assim o quiser. Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver e aproveito para fazermos um intervalo.

Regressamos às 18 horas e dez minutos.

Eram 17 horas e 40 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 17 minutos.

Iniciamos agora as intervenções de tribuna sobre a educação e cultura.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Secretárias Regionais, Srs. Secretários Regionais:

Estamos hoje aqui na presença de um **plano e orçamento cumpridor e prospetivo!**

É um plano e orçamento cumpridor com os compromissos eleitorais e prospetivo para a geração presente e futura de Açorianos, onde todos contam!

Podia aqui hoje falar-vos do muito que foi concretizado, e que tantos nos orgulha, desde logo por cada investimento que melhora a vida das pessoas. Mas, pela importância do amanhã, sublinho que, para o ano de 2020, cerca de 41 M € **serão investidos no parque escolar, no estímulo à valorização pedagógica e na convergência do apoio social.** Tudo para consolidar e responder a uma ambição geracional e sustentável que envolva cada açoriano em cada uma das nove ilhas.

Podia aqui hoje falar-vos de cada uma das escolas que foram ou estão a ser intervencionadas, como são exemplo a escola da Calheta, Canto da Maia ou a escola de Capelas;

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Depois de quantos anos?

A Oradora: Podia aqui hoje falar-vos de como nos últimos anos melhoramos as taxas de transição, já ultrapassando a meta de 2020/2021 e encurtando distâncias mais rapidamente. Mas muito mais do que números, é uma satisfação incomensurável que hoje, em média, em cada 100 crianças há 92 que transitam no ensino básico, desde logo quando se compara em média com os 80 alunos que transitavam no início desta década. Este resultado é a certeza que estamos a melhorar o futuro de cada criança e jovem;

Podia aqui hoje falar-vos do enorme contributo para a valorização da carreira docente que é o de possuímos o melhor estatuto da carreira docente do país, onde 81% dos docentes estão no quadro segundo os últimos dados estatísticos, ou o descongelamento de carreiras e a recuperação do tempo de serviço, um conjunto que valoriza o ser professor. No fundo, esta valorização salarial

contribui para um melhor rendimento das famílias dos cerca de 5000 professores, número que se tem mantido estabilizado nos últimos anos.

Mas tudo o que vos possa dizer sobre os três primeiros anos desta legislatura é por todos bem conhecido e é sentido no dia a dia dos alunos e dos professores.

Muito mais importante do que falar do passado de investimento dos Governos apoiados pelo Partido Socialista, é olhar para o futuro que é já amanhã e que traz consigo mais mudança.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Depois de 23 anos, rumo à mudança?

A Oradora: Por isso quero hoje e aqui partilhar o outro lado deste orçamento, que é, desde logo, a certeza de melhor preparar o futuro e de responder aos desafios.

Neste plano e orçamento são 22 M€ para finalizar o parque escolar dos Açores, como é o caso da escola de Arrifes e da de Rabo de Peixe, mas também com as contínuas requalificações para garantir melhores condições infra-estruturais para cada dia de aprendizagens significativas.

São 9.8 M€ para o apoio social que responde a uma população estudantil no ensino público de 35000 alunos, menos 800 do que no ano transato, e que combina com políticas sociais de futuro, como a gratuidade dos manuais escolares do 1º e 2º ano, a redução do desemprego e dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção, que são maioritariamente crianças. Este conjunto de medidas também contribui para a melhoria das condições sócio-económicas das crianças e jovens. **Inexplicavelmente há alguma oposição que parece incomodar-se com as melhorias das condições de vida das famílias e que por essa via diminuem a necessidade de apoios públicos. Não nos incomoda. Satisfaz-nos.**

São 3.6 M€ para projetos pedagógicos que são o alicerce dos percursos escolares que moldarão o futuro de cada criança. Desde logo, respeitando **na**

globalidade da política educativa a individualidade de cada criança que inicia o sistema educativo e que toma forma no jovem que o conclui.

A transição digital é um desígnio exigente a que este plano e orçamento respondem em primeira mão, ao capacitar as atuais e futuras gerações para as competências digitais, quer os nativos quer os migrantes digitais. Disto são exemplo os clubes de robótica, o projeto TOPA - Traz o teu próprio dispositivo para a sala de aula - e a inclusão de aprendizagens de Tecnologias da Informação em todo o ciclo básico, iniciativa pioneira a nível nacional e europeia.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Escolas sem computador!

Deputada Maria João Carreiro (PSD): E sem rede!

A Oradora: Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Secretárias Regionais, Srs. Secretários Regionais:

A área da educação absorve do plano e orçamento cerca de 25%, onde se conjugam, transversalmente investimentos nas áreas da tecnologia, saúde e da juventude, **tudo isto para que no futuro se responda mais e melhor aos desafios.**

Os investimentos previstos neste plano e orçamento confortam-nos para o futuro que é já amanhã. Mas muito mais do que milhões de euros são os milhares de profissionais e encarregados de educação, que têm em si a hercúlea e a digníssima missão de valorizar a educação todos os dias, em cada criança e jovem que neles deposita o seu presente para garantir um futuro comunitário.

A certeza de estarmos a liderar o futuro rumo à mudança, contrariamente aos discursos do contra e da negação por parte de alguma oposição, é a notícia relativa ao relatório do Conselho Nacional de Educação que evidencia o projeto de mudança Novas Rotas sito nas Capelas.

Há enormes desafios perante a individualidade do percurso educativo e as necessidades especiais de cada aluno, onde cada aluno tem o direito de viver o sucesso educativo. **E é, sem margem de dúvida, o Partido Socialista aquele que melhor se posiciona para assegurar direitos e vencer desafios!**

Por estes dias conclui-se a análise e debate do plano e orçamento, o quarto desta legislatura, **mas assume-se já como um dos primeiros planos e orçamentos de um futuro onde todos contam!**

Disse.

Muito obrigada!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Passamos à próxima intervenção de tribuna.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. membros do Governo:

O Plano e Orçamento da Região para 2020 é o último desta Legislatura. Seria de esperar que o Governo aproveitasse essa derradeira oportunidade para, finalmente, planear e implementar políticas públicas capazes de responder ao desafio que todos nós, partidos políticos, Executivo, comunidade educativa e

sociedade civil, temos pela frente no que respeita à necessidade imperiosa e inadiável de melhorar a Educação nos Açores.

O Governo, uma vez mais, não escolheu esse caminho!

Esperávamos ver neste Plano e Orçamento uma ambição e determinação próprias de um Governo, que devia fazer do investimento na Educação uma prioridade sem precedentes, sobretudo numa Região:

Onde uma percentagem significativa da população adulta tem baixo nível de escolaridade;

Onde a taxa de abandono escolar precoce é mais do dobro da média nacional;

Numa região com uma elevada taxa de desistência e de retenção nos ensinos básico e secundário.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O PSD/Açores vem a este Parlamento afirmar as divergências de fundo entre aquilo que o PSD/Açores pensa e pretende para a Educação e as escolhas do Governo Regional para um setor que carece de investimentos claros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: A nossa primeira divergência consiste, desde logo, na prioridade que deve ser dada ao investimento direto nas pessoas.

A este propósito vale a pena lembrar o parecer do Prof. Fernando Diogo aos documentos ora em apreço: “Sendo a educação e formação uma das áreas chave da vida da sociedade e dos indivíduos, existem nestes documentos inúmeras referências e verbas alocadas”, contudo “não existe uma linha condutora geral que dê coerência e relevo aos gastos nesta área”.

O mesmo é dizer: é preciso na educação outro género de investimento!! Investimentos no âmbito dos projetos pedagógicos.

A valorização de cada um dos recursos humanos envolvidos no sistema regional de ensino e de aprendizagem é condição essencial para o sucesso da Educação nos Açores.

Esperar que a velha receita de governar de costas voltadas para os profissionais da Educação produza melhores resultados é o sinal mais óbvio de descrença e da apatia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

“O que distingue o desenvolvimento do atraso é a aprendizagem. (...) Isso mesmo obriga a colocar a educação durante toda a vida no coração da sociedade”, podemos ler no documento do ME que define o perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória.

A escola, enquanto ambiente propício à aprendizagem e ao desenvolvimento de competências, onde os alunos adquirem as múltiplas literacias que precisam mobilizar, tem que se ir reconfigurando para responder às exigências destes tempos de imprevisibilidade e de mudanças aceleradas.

Para o PSD/Açores, garantir a todos as melhores oportunidades educativas não é apenas um imperativo de justiça social, é também uma forma de utilizar os recursos com maior eficácia e de promover a coesão social.

O sucesso escolar dos alunos ou o seu risco de abandono escolar precoce depende em grande medida da sua condição socioeconómica.

A influência da condição socioeconómica, do contexto familiar e do ambiente de aprendizagem em casa persiste de uma geração para a outra.

Perante os índices de pobreza dramáticos na Região e a conclusão do relatório da Inspeção Regional da Educação, como se assiste a uma redução na ordem de um milhão da verba afeta à ASE? Como pode o Governo Regional, e o Sr. secretário, como disse hoje, querer que “nenhum aluno fique para trás?”

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Todas as crianças e jovens podem ter sucesso, mas é necessário audácia e ambição na definição de políticas educativas adequadas aos desafios que as escolas, o pessoal docente e não docente enfrentam, com o envolvimento dos pais, das famílias, de toda a sociedade.

Os pais e as famílias são quem tem o impacto mais direto e duradouro na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças.

Elevar o nível educativo dos pais é uma abordagem eficaz para prevenir o insucesso escolar precoce, por isso o PSD/A defende a implementação de programas de literacia familiar em paralelo com os programas complementares destinados a satisfazer as necessidades de grupos específicos de reforço generalizado de competências parentais.

Os docentes devem ser incentivados e apoiados a liderar e atuar como agentes de mudança e orientadores dentro e fora da sala de aula, devendo, para tal, beneficiar de formação profissional contínua, com ênfase na compreensão do abandono escolar precoce, assim dizem os estudos.

Mas, como é possível pensar-se na concretização de políticas públicas de educação alheadas de profissionais motivados e com carreiras estáveis e valorizadas?

Como pode o governo regional afirmar que os professores são os principais parceiros, quando promove a instabilidade e a precariedade laboral destes profissionais, sujeitos a contratações sucessivas sem limite e impondo uma norma orçamental discriminatória, que se traduz numa perda de rendimento?

O papel do pessoal não docente na concretização dos projetos educativos também não pode ser desconsiderado.

A carência de pessoal não docente nas nossas escolas, colmatada pelo recurso a programas ocupacionais, o acesso reduzido à formação contínua, a reduzida participação destes profissionais nas tomadas de decisão dão nota da falta de investimento nesta classe.

O PSD/A continua a defender a renovação e capacitação de equipas desta classe para a intervenção educativa, através de medidas como a criação de um perfil próprio de competências, no âmbito da animação sociocultural ou de

acompanhamento social, ou como a colocação de jovens profissionais nas unidades orgânicas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo,
Sras. e Srs. Membros do Governo

As políticas até agora implementadas, nos diversos sectores da governação, ao longo dos anos, conduziram-nos ao estado em que se encontra a economia e a sociedade açoriana.

Um terço dos açorianos vive abaixo do limiar de pobreza.

Na Educação vive-se uma “modernização sem desenvolvimento”: temos bons equipamentos e maus resultados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O progresso da nossa Região tem que passar por uma aposta muito forte no investimento direto nas pessoas - nos alunos, nos professores e outros trabalhadores de apoio educativo, nos próprios pais.

Os Açores têm que vencer o desafio da Educação!!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Passamos agora à próxima intervenção de tribuna.

Tem a palavra a Sr. Deputada Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

«A cantiga é uma arma», entoava o grande e já saudoso José Mário Branco. E é. Tem de ser. Sempre. Mas diríamos mais, pedindo-lhe de empréstimo o verso, ou a ideia que veicula: a Cultura é uma arma. Uma poderosa arma de combate à passividade e ao conformismo, à pobreza, à exclusão social; uma poderosa arma ao serviço de uma cidadania plena, esclarecida, crítica e reivindicativa.

Aliás, e lembramos igualmente uma citação do historiador e resistente antifascista Victor de Sá, que já aqui usamos por mais de uma vez porque é exatamente nisto que acreditamos: “Sem Cultura, o Homem é um vassalo, não um cidadão”.

Uma Região que atribui à Cultura 1,7% do seu Plano e Orçamento (quando, no continente português e pelo Mundo, se reivindica 1%), é nisto que acredita.

Uma Região que nunca secundariza as suas expressões tradicionais em favor das contemporâneas (nem vice-versa), investindo sempre nas várias frentes, é nisto que acredita. “Sem Cultura, o Homem é um vassalo, não um cidadão”.

Uma Região que aposta, por um lado, numa moderna e eficaz rede de equipamentos culturais, ao serviço dos artistas e dos cidadãos e, por outro, no apoio direto aos agentes culturais, através de um regime jurídico próprio (revisto quando se torna necessário, como recentemente aconteceu), é nisto que acredita.

Uma Região que, articulando a Cultura com a Educação e a Solidariedade Social, fomenta e faz crescer projetos como o Programa Ler Açores, porque vê na promoção do livro e da leitura uma prioridade absoluta, dirigida a todos os públicos, é nisto que acredita.

Uma Região que coloca a Cultura como um dos pilares da sua Estratégia de Combate à Pobreza e Exclusão Social, é nisto que acredita – que, sem cultura, só há habitantes, não há cidadãos plenos!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Porque, repito, e é nisto que o Partido Socialista acredita de facto: a Cultura é um bem essencial, uma dimensão central da existência, um bem imprescindível à vida individual e coletiva. É por isto que o Partido Socialista se bate: por uma cultura para todos, que de todos parta, que a todos chegue.

Concluída que está a Rede de Bibliotecas e Arquivos Regionais (com novas instalações, com a formação de mais técnicos e com o investimento contínuo na disponibilização de conteúdos em suportes modernos e seguros), entramos, como tem vindo a ser referido, numa nova etapa.

Aquilo que começou por ser um enorme desejo, cedo tomou forma e passou a constituir um objetivo definido. Há poucos dias, com a inauguração da Casa do Tempo (do Ecomuseu do Corvo), temos agora uma estrutura física museológica em cada uma das ilhas tornou-se uma realidade.

Mas o investimento prossegue e, em 2020, com a construção em curso do Museu Francisco Lacerda (em São Jorge), com a empreitada da segunda fase do Museu Carlos Machado (em Ponta Delgada), com a execução do projeto para o Núcleo de Construção Naval do Museu em Santo Amaro (no Pico), com a prossecução do Ecomuseu (no Corvo), com as obras na antiga Torre do Aeroporto e no antigo Cinema do Aeroporto (em Santa Maria), assistiremos a uma extraordinária qualificação dos Museus Regionais. Poderemos afirmar então, com alegria e orgulho, que cumprimos o objetivo fundamental de dotar todas as ilhas de uma unidade museológica de referência, evocativa daquele território particular, que se relaciona diretamente com aquela comunidade específica, mas cuja relevância se estende a uma realidade arquipelágica partilhada que faz de nós estas nove ilhas magníficas, tão diferentes entre si e tão unas no seu todo.

É tudo isto que diferencia e enriquece os Açores, onde 1,7% do investimento é dirigido à Cultura!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Dep., Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

“Sem Cultura, o Homem é um vassalo, não um cidadão”.

Cultura é democracia. É igualdade. É respeito. É liberdade. É desenvolvimento. Honrar a Cultura destas ilhas é olharmos o nosso passado riquíssimo e sentirmo-nos herdeiros de um tão precioso legado. É sermos os seus recetáculos presentes, os seus obreiros de hoje. É estarmos à altura do futuro que nos espera, e, nesse amanhã já próximo, sermos capazes de escrever, sempre em maiúsculas, essa cristalina palavra AÇORES, que nos une e nos define, que nos emociona enquanto pessoas e nos engrandece enquanto povo.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo passamos à próxima intervenção de tribuna, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano e Orçamento da Região são documentos de compromisso entre o Governo, esta Assembleia e os açorianos.

Traduzem o que o Governo pensa sobre a coesão e desenvolvimento dos Açores e são o melhor indicador da confiança que o Governo merece perante os cidadãos a quem pediu o voto, o voto que lhe permite governar a região e cada uma das nossas ilhas.

Mas se olharmos para as taxas de execução das verbas inscritas nos sucessivos planos regionais, rapidamente percebemos que a relação estabelecida não pode ser de confiança.

Na última década o grau de execução para a Ilha do Faial só passou dos 50% em 2014 e 2015 e ainda assim alcançou apenas os 55% em 2014 e 54,8 em 2015.

Nos últimos quatro anos o nível médio de execução foi de 41,9%, isto significa que a maioria das promessas do Governo aos faialenses fica por cumprir, projetos inscritos em Planos sucessivos e empurrados de ano para ano, acabando alguns por desaparecer mesmo dos documentos orçamentais, como se nunca tivessem lá estado, como se não tivessem sido propostos aos eleitores, como se não tivessem servido para conquistar o voto de quem confiou nas promessas que foram feitas.

Deputados Luís Maurício e João Buto da Costa (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Como explica o Governo o desaparecimento de promessas, algumas bem antigas, como as Termas do Verdade; a reabilitação da Igrejas do Carmo e de S. Francisco; a 2.^a fase da variante à cidade da Horta; a melhoria da operacionalidade do aeroporto da Horta; o complexo desportivo que até mereceu honra de atribuição do nome Mário Lino ...

Deputado Francisco César (PS): A sério, Sr. Deputado?!

O Orador: ... ou a 2.^a fase de requalificação da Escola Básica da Horta, António José de Ávila, uma obra que deveria estar concluída há vários anos e o Governo continua a arranjar desculpas para justificar a sua obsessão de não a iniciar.

Em 2009, a requalificação da EBI da Horta serviu de pretexto ao cancelamento da construção do parque desportivo da Horta.

Em 2013 o Governo anunciou que as obras da 2.^a fase decorreriam ainda durante a Legislatura 2012 a 2016.

Na Carta Regional de Obras Públicas, o investimento foi previsto para o segundo semestre de 2015 e o Plano para 2020, o último desta Legislatura, não tem sequer uma palavra sobre esta escola.

Entretanto, cerca de 600 alunos e toda a comunidade educativa, continua à espera de instalações essenciais ao desenvolvimento do projeto educativo, como espaços para atividades desportivas, sala de ensino especial, laboratórios de ciências e espaço ao ar livre. Até quando, Sras. e Srs. Membros do Governo?

Esta é a questão que deveria no mínimo embaraçar esta Assembleia e que tem que ser colocada diariamente até que a obra se realize.

Disse.

Deputado Luís Maurício e Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Tiago Branco tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao ouvir a intervenção do Sr. Deputado Carlos Ferreira devo começar por frisar e nomeadamente no que se refere de forma particular à questão da 2.ª fase da Escola Básica Integrada da Horta.

No âmbito dessa discussão em concreto, é preciso não omitir ou apagar aquele que é um património dos governos do PS relativamente ao parque escolar da Ilha do Faial.

Hoje na Ilha do Faial temos infraestruturas escolares do melhor que há nesta Região e arrisco-me a dizer do melhor que há neste País, que serve os alunos e os professores que lá trabalham.

Se hoje falamos da 2.ª fase da Escola Básica Integrada da Horta é porque já fizemos a Escola Secundária Manuel de Arriaga, a Escola Básica e Integrada da Horta, investimos 30 milhões de euros em duas infraestruturas fulcrais nesta ilha.

Todos nós nos lembramos e os senhores também se lembram dos anos em que os faialenses estiveram à espera das obras da nova Escola Secundária Manuel de Arriaga e da EBI da Horta e também quer no 1.º ciclo, no 2.º ciclo e até no ensino universitário, onde foi o governo do PS que investiu nas novas instalações do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores.

Não obstante esse percurso e esse caminho, naturalmente não omite a necessidade de fazermos a 2.ª fase da EBI da Horta, nomeadamente a construção dos seus espaços desportivos.

Conforme já assumido, assim concluídas intervenções em outras escolas que não têm as condições que as escolas do Faial têm atualmente, será dada prioridade a essa intervenção.

Os faialenses tiveram que esperar pelo governo do PS para terem uma nova escola Secundária Manuel de Arriaga e para terem uma nova Escola Básica

Integrada da Horta e será certamente com o PS que faremos o que ainda falta fazer na EBI da Horta.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sobre taxas de execução, Sr. Deputado, posso dizer que este Plano e Orçamento que conclui esta Legislatura, é marcada por um inquestionável forte investimento em infraestruturas e equipamentos na Ilha do Faial.

Podemos já falar do que já está até concluído e que foi concluído nesta Legislatura, seja o novo matadouro do Faial, a reabilitação e adaptação da Fábrica da Baleia de Porto Pim, a ampliação do Jardim Botânico do Faial, a remodelação e a ampliação do Lar das Criancinhas da Horta, a construção do novo Centro de Dia dos Flamengos, requalificação ambiental do aterro do Faial, ou até do apoio à construção das igrejas destruídas pelo sismo de 98 na Ilha do Faial.

Mas se há uns que até já estão feitos nesta Legislatura, também há outros que estão a decorrer e que estão previstos neste Plano e Orçamento para o próximo ano, como é a ampliação do Hospital da Horta ou a construção do novo Centro de Saúde do Faial; a reabilitação da estrada regional Largo Jaime de Melo/Ribeira do Cabo, em curso; a construção da Escola domar dos Açores; a reabilitação do património arquitetónico da Quinta de S. Lourenço; a requalificação do Parque de Exposições da Ilha do Faial; a construção do novo quartel de bombeiros do Faial e do novo entreposto frigorífico da Horta; o reforça da proteção costeira de Porto Pim; o reperfilamento da estrada de acesso ao Monte da Guia; a construção do edifício para as atividades marítimo turísticas da Horta, até a nova igreja de Pedro Miguel incluída; a ampliação do Centro de Dia da Conceição e outras que poderia exemplificar.

Estamos a falar de uma aposta em mais de 20 equipamentos e infraestruturas nesta Legislatura na Ilha do Faial. A execução é essa, são 20 infraestruturas e equipamentos investidos de cerca de 50 milhões de euros nessa Legislatura, o

que reflete e comprova o empenho do Governo do PS em continuar a dotar o Faial das infraestruturas e dos mecanismos para o desenvolvimento desta ilha.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Bem sabemos que há outros que se ocupam em apenas apontar o que ainda falta fazer, abstendo-se de apresentar soluções para muitos dos desafios que se colocam, inclusive para problemas que ajudaram a criar, mas nós não temos só a capacidade de mostrar obra feita, como também temos a humildade de identificar o que ainda falta fazer e é com base no património que temos, no percurso que fizemos até aqui, que continuaremos a dizer presente para concretizar o que ainda falta fazer no Faial e continuar a dar o desenvolvimento que esta ilha e a Região Autónoma dos Açores merecem.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Julgo não haver)

Passamos assim para a última intervenção de tribuna sobre esta temática da educação e cultura, dando a palavra ao Sr. Deputado César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:
Haja saúde a todos.

Com este plano e orçamento o Governo Regional completa a criação de uma estrutura museológica em cada ilha dos Açores. Congratulo-me pelo alcance desta meta.

Uma meta que infelizmente custou e tem custado muito aos açorianos.

Muitos foram os exemplos de obras que foram fruto de promessas de anos, de atrasos, de derrapagens e má gestão.

Centro de Artes Contemporâneas ‘Arquipélago’

Biblioteca Pública de Angra do Heroísmo

Museu Carlos Machado

São exemplos que não podem ficar esquecidos.

Acho demasiado grave perante um governo com mais de 23 anos de exercício.

Errar é humano é verdade, MAS TEM SIDO MUITOS ERROS que TEM CUSTADO milhões AO ERRÁRIO PÚBLICO.

É dinheiro dos contribuintes açorianos que não pode ser gerido desta forma.

A cultura deste Governo do Partido Socialista é como um palácio.

Bonito por fora, mas por baixo do tapete atrasos, derrapagens, dinheiro dos açorianos gasto sem pensar.

É exemplo disso o Palácio da Conceição, a Casa da Autonomia.

Bonito por fora, mas por baixo do tapete, mais de 4 milhões de euros.

O PSD não se identifica com este tipo de palácio.

O povo açoriano aqui e além-fronteiras não vive neste tipo de palácios.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O palácio da autonomia de cada açoriano é a sua casa, a sua sociedade recreativa, a sua sede de teatro ou folclore, a sua galeria, carpintaria, oficina.

Se os açorianos tivessem essa quantia conseguiríamos ter ainda mais património reabilitado nas nove ilhas dos AÇORES.

Repito e repeti isto nos 4 anos de que falei na cultura aqui neste parlamento: 10.000 euros podem não representar muito para vós, mas para a maioria dos açorianos é menos do que recebem num ano.

Inscribe-se neste plano e orçamento milhões de forma tão fácil.

Que cultura é esta quando vemos tanto pouco nas mãos dos açorianos?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Apesar de todas as dificuldades acreditem que os palácios dos açorianos são os melhores. Os mais bem geridos e os que traduzem a verdadeira essência dos açorianos.

Os açorianos gerem este dinheiro com cuidado. Pensam, organizam-se para gerir o pouco dinheiro público que lhes é atribuído e respeitam os prazos e tudo o que lhe é pedido.

Já aprenderam a viver com migalhas, já dominam a arte do improvisado, de fazer muito com pouco. Mesmo sem o devido valor, os açorianos continuam a gerar cultura e dar a quem nos visita um dos melhores atrativos que o governo utiliza para fazer a promoção dos Açores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Resta-me neste último ano em que falo da cultura de louvar todos aqueles voluntários, milhares deles pelas nove ilhas dos Açores que voluntariamente criam a nossa cultura popular.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo encerramos então esta parte do nosso debate e vou dar a palavra ao Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e tecnologia para fazer a sua intervenção.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Subo a esta tribuna para apresentar a proposta de Plano para 2020 nas áreas do Mar, Ciência e Tecnologia. Mas não só.

Subo a esta tribuna para defender opções políticas que contribuem para o desenvolvimento socioeconómico da Região, projetando também o futuro dos Açores e dos Açorianos.

A proposta de Plano para 2020 permite concretizar os objetivos estratégicos desta legislatura para os setores do Mar, Ciência e Tecnologia, centrados em quatro grandes prioridades:

- na consolidação da sustentabilidade ambiental, económica e social do setor da pesca,
- na utilização e gestão inteligente das zonas costeiras e do nosso Mar,
- no fortalecimento do sistema científico e tecnológico regional,
- e na maior transferência de conhecimento para os agentes económicos.

As medidas plasmadas neste Plano, que representam mais de 57 milhões de euros, foram desenhadas a pensar em todos os Açorianos que, direta e indiretamente, são abrangidos pelas nossas políticas porque no centro das políticas devem estar sempre as pessoas da nossa terra. E não nos esquecemos disso.

As propostas para as Pescas para 2020 refletem a aposta deste Governo na implementação de políticas de fortalecimento de um dos mais importantes

setores da economia regional, com um investimento previsto de 34 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 9% relativamente a este ano.

Porque nenhum setor se desenvolve sem pessoas motivadas e capacitadas, trabalhamos para que cada vez mais os nossos armadores e pescadores sejam os protagonistas das mudanças que todos queremos ver.

É por isso que este Governo tem investido e vai investir ainda mais na formação e na escolarização dos profissionais da pesca.

Esta é a melhor forma de dignificar os marítimos, contrariar o isolamento, capacitá-los para o futuro e promover a coesão na comunidade piscatória.

Vamos investir em projetos de escolarização, formação profissional e de sensibilização, projetos em que este ano participaram mais de mil pessoas.

Só assim poderemos aproveitar as oportunidades no âmbito da economia azul e encarar o futuro com confiança.

Vamos, assim, investir em atividades formativas mais de 400 mil euros.

Entendemos que as nossas políticas não se fazem apenas para as pessoas, mas também com as pessoas.

Defendemos, por isso, uma abordagem de concertação com as associações da pesca que, em cada uma das ilhas, assumem um papel fundamental na identificação dos desafios que as comunidades piscatórias enfrentam.

Neste sentido, aumentámos o apoio ao desenvolvimento do trabalho associativo, que corresponde a um investimento de 840 mil euros.

Pugnamos pela equidade e pela justiça na distribuição de rendimentos no setor e vamos continuar a trabalhar para contrariar situações de precariedade, sensibilizando armadores e pescadores para a importância de serem estabelecidos contratos de trabalho.

Embora com certas especificidades, a atividade da pesca deve estar sujeita a regras laborais, tal como acontece noutros setores económicos.

A sustentabilidade ecológica das pescas é uma preocupação crescente para a qual, felizmente, a sociedade e os nossos pescadores estão mais despertos.

O aproveitamento dos nossos recursos só será benéfico se for sustentável e se for gerido no presente tendo em atenção o futuro. E isto não é um chavão.

A pesca é, atualmente, das poucas atividades socioeconómicas que exploram recursos vivos selvagens. Temos de saber gerir e respeitar os recursos que o nosso Mar nos oferece.

Nesse sentido, vamos investir cerca de 1,9 milhões de euros na monitorização e gestão sustentável dos recursos pesqueiros e no controlo e inspeção das pescas.

Por outro lado, o Plano para o próximo ano prevê investimentos de 9,4 milhões de euros em infraestruturas e equipamentos de apoio à pesca, que consideramos fundamentais para desenvolver o setor.

Destaque para a conclusão do Porto do Topo, em São Jorge, num investimento de mais de seis milhões de euros, cuja obra está a decorrer, bem como para a execução da empreitada de melhoria das condições operacionais e de segurança do núcleo de pesca do Porto da Madalena, no Pico, no valor de mais de 1,2 milhões de euros.

Destaque também para o investimento na modernização da rede de frio do arquipélago, essencial para assegurar a qualidade do pescado e a sua valorização no mercado, nomeadamente as obras de melhoria das condições dos entrepostos frigoríficos da Horta, das Lajes das Flores, de Vila do Porto, em Santa Maria, e da Madalena.

No que respeita à aquacultura, esta atividade vai continuar a beneficiar de regimes de apoios específicos, no âmbito do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, dirigidos à inovação e a investimentos produtivos, num investimento de cerca de 3,4 milhões de euros.

Esta é, sem dúvida, uma área emergente da Economia Azul em desenvolvimento na Região, fruto do empenho deste Governo e também da iniciativa privada.

E gostaria de salientar o facto de os projetos de aquacultura a decorrer na Região serem desenvolvidos em parceria com as comunidades piscatórias e com investigadores da Universidade dos Açores.

Sra. Presidente, Sras. e Ss. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com um investimento previsto de 7,4 milhões de euros no próximo ano, a proposta de Plano e Orçamento na área dos Assuntos do Mar vai consolidar o caminho que tem vindo a ser trilhado nas áreas da proteção costeira, da conservação marinha e valorização sustentável dos recursos marinhos, do ordenamento das atividades humanas no mar, da promoção da economia do mar e da afirmação do mar como recurso central para o nosso progresso coletivo.

O Plano para 2020 para estes domínios prevê um importante conjunto de medidas, distribuídas em três grandes áreas de atuação, nomeadamente:

- a Gestão Costeira,
- a Biodiversidade e Política do Mar,
- e a promoção da Economia do Mar.

No domínio da Gestão e Requalificação da Orla Costeira prevemos um forte investimento, correspondente a cerca de quatro milhões de euros, na proteção costeira das nossas ilhas, atendendo, sobretudo, a situações que coloquem em causa a segurança de pessoas e bens.

E aqui daremos especial atenção às novas situações consideradas mais problemáticas e urgentes, que decorreram da passagem do furacão Lorenzo pelo arquipélago.

Estão também previstos investimentos na estabilização, valorização e requalificação de infraestruturas e espaços costeiros de uso comum, estratégicos para o desenvolvimento das nossas ilhas.

No que respeita à Biodiversidade e Política do Mar, que engloba ações de monitorização, promoção, fiscalização e ação ambiental marinha, prevemos um investimento de 1,3 milhões de euros.

Vamos implementar programas e medidas com objetivo de promover a conservação do meio marinho, em articulação com o desenvolvimento das atividades humanas no mar, num quadro de sustentabilidade, e tendo como instrumento integrador o ordenamento do espaço marítimo.

Os desafios sociais e ambientais fazem parte da luta pela sustentabilidade, pela justiça e pela igualdade.

O nosso mar constitui-se não só como uma fonte de recursos piscícolas, mas também de recursos biotecnológicos, culturais e turísticos.

Temos, por isso, de desenvolver mais esforços para atingir um nível ótimo de capacidade e de integração de diferentes interesses e atividades no nosso mar.

Destaco a execução do projeto LIFE-IP Azores Natura, cofinanciado pela Comissão Europeia, com vista ao desenvolvimento de ações de conservação marinha e de implementação da gestão das áreas marinhas protegidas da Rede Natura 2000, bem como a captação de fundos europeus para dar resposta às necessidades da Região em matéria de ação ambiental marinha, através da execução de diversos projetos aprovados no âmbito de vários mecanismos de financiamento, como o Interreg MAC.

No que respeita à promoção da Economia do Mar, prevemos investir no próximo ano 2,3 milhões de euros na Escola do Mar dos Açores, dotando-a de todas as condições necessárias para o arranque da sua ação formativa.

Este é um projeto ambicioso e de futuro do Governo dos Açores que se destina à qualificação e à certificação de quadros técnicos para as profissões marítimas ligadas ao Mar.

O investimento previsto para a Escola do Mar destina-se à empreitada de conceção-construção de um Parque de Limitação de Avarias, cujo concurso foi lançado recentemente, e que representa uma valência muito importante no que respeita à formação prática nas áreas da segurança, mergulho profissional, primeiros socorros e combate a incêndios.

A formação prática que vai decorrer no Parque de Limitação de Avarias está em conformidade com as convenções STCW e STCW-F, sendo esta estrutura essencial para a certificação internacional da Escola do Mar dos Açores.

O Conhecimento e a Inovação são o caminho a seguir numa Região que se quer mais competitiva, mais dinâmica e capaz de criar novas oportunidades.

Neste sentido, a proposta de Plano 2020 prevê um investimento nas áreas da Investigação, Desenvolvimento e Inovação que totaliza cerca de 15,8 milhões de euros, correspondendo a um aumento de cerca de 14% relativamente a este ano, que se deve à evolução da execução de diversos projetos e iniciativas apoiados pelo Governo Regional e promovidos por entidades de investigação e empresas.

As medidas previstas nestas áreas vão permitir consolidar as opções tomadas durante legislatura, mas também lançar as bases para enfrentar novos desafios.

Com as propostas deste Plano queremos continuar a criar mais e melhores condições para a investigação que se faz nos Açores e queremos continuar a converter ideias e conhecimento em soluções e medidas de valor acrescentado.

Para 2020, o Governo dos Açores prossegue com a concretização dos objetivos a que se propôs, destacando-se a promoção da internacionalização da investigação, através da participação em redes que envolvam instituições nacionais e internacionais.

O fomento da transferência do conhecimento para o tecido empresarial, bem como a promoção da Educação para a Ciência, contribuindo para o acesso generalizado ao conhecimento e às tecnologias, com vista ao despertar de vocações, são outras das linhas estratégicas do Governo dos Açores na política pública para a Ciência, e que são reforçadas em 2020.

Destaco aqui o início da iniciativa Atelier do Código, que visa o ensino de programação no 1.º e no 2.º ciclo de ensino, abrangendo 15 mil alunos, bem como a criação dos Clubes de Robótica nas escolas da Região, em parceria com a Secretaria Regional da Educação e Cultura, ou iniciativas como as Feiras de Ciência, realizadas em conjunto com os Centros de Ciência.

O programa de incentivos ao sistema científico e tecnológico dos Açores apresenta uma dotação para investimento de 11,8 milhões de euros, representando um acréscimo de 28% face a este ano.

Destaca-se aqui o investimento em desenvolvimento de projetos de investigação alinhados com a RIS3, em curso ou a iniciar no próximo ano, no valor de mais 7,6 milhões de euros.

Ainda neste âmbito, destacam-se os apoios à formação avançada e ao emprego científico.

A Ciência não se faz sem recursos humanos qualificados. E, por isso, será lançado no primeiro trimestre de 2020 o programa DOC-PROF, que pretende promover a integração de recém-doutorados em empresas e em centros de investigação dos Açores, bem como o concurso para a contratação de 10 doutorados para o Pólo da Horta da Universidade dos Açores.

No caso do DOC-PROF, com uma projeção inicial de uma dezena de vagas, às quais se somam os atuais seis colocados no âmbito dos projetos de pós-doutoramento em contexto empresarial já a decorrer, confiamos que irá permitir que os jovens com formação avançada possam ter um papel transformador no

tecido empresarial açoriano, levando conhecimento e inovação às empresas da Região e aos centros de investigação.

Esta é também uma medida que pretende fixar recursos humanos qualificados na Região.

No próximo ano prevemos investir quase dois milhões de euros nos nossos parques de Ciência e Tecnologia, que se constituem como verdadeiros espaços de promoção de empreendedorismo e inovação.

Tal como foi anunciado pelo Presidente do Governo na semana passada, vamos dar início à construção do Lote 32 do NONAGON, na ilha de São Miguel, e prevemos concluir o investimento no Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira – TERINOV, com a instalação de equipamento para o Laboratório de Inovação de Produtos Lácteos e para o Fab Lab, uma oficina-laboratório destinada às indústrias criativas.

Passando à área das infraestruturas tecnológicas, gostaria de salientar a aposta no setor aeroespacial, com um investimento superior a dois milhões de euros.

Este é um setor que tem vindo a ganhar destaque no panorama internacional, e que acreditamos que poderá garantir um potencial de desenvolvimento considerável a curto prazo para a nossa Região.

Destacam-se, neste âmbito, os investimentos na Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais, nomeadamente para a gestão da antena de Santa Maria, bem como o desenvolvimento do projeto de arquitetura e engenharia para a instalação da Estação Geodésica Fundamental da ilha das Flores.

Destacam-se ainda os investimentos relativos à participação dos Açores na Agência Espacial Portuguesa, particularmente relevante no âmbito do projeto do Space Port para pequenos lançadores na ilha de Santa Maria, cujo concurso está a decorrer, bem como no Centro Nacional de Operações de Dados, do programa Space Surveillance and Tracking, que será instalado na ilha Terceira, no TERINOV, e que vai permitir a fixação de recursos humanos qualificados.

Estas são as opções políticas que o Governo Regional considera estratégicas para as áreas do Mar, Ciência e Tecnologia para o próximo ano.

As opções políticas plasmadas no Plano apresentado para as áreas que tutelou, à semelhança dos últimos três anos, prosseguem o Programa deste Governo, um programa em que os Açorianos acreditaram.

As medidas inscritas no Plano de 2020 certamente concorrerão, de forma decisiva, para a consolidação e o reforço das áreas sob a minha responsabilidade, que serão geridas numa perspetiva de aproveitamento das sinergias dos vários departamentos, pela criação de mais parcerias, da canalização de investimentos para a melhoria da qualidade de vida de todos os Açorianos que são abrangidos direta ou indiretamente pelas nossas políticas, valorizando os nossos recursos e o nosso potencial nas áreas do Mar, da Ciência e da Tecnologia.

O caminho a fazer não se esgota neste Plano, é certo, e temos consciência de que ainda é possível fazer mais e melhor, mas estamos convictos de que medidas nele plasmadas concorrem para enfrentarmos, de forma coerente e inteligente, muitos dos desafios que cada um dos setores apresenta.

Queremos continuar a responder aos Açorianos com ideias, trabalho, ambição e determinação, através de políticas articuladas e transversais, que permitam o desenvolvimento socioeconómico sustentável da nossa Região.

Disse

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário regional.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Luís Garcia.

(*) Deputado Luis Garcia (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, no âmbito deste debate não posso deixar de colocar-lhe a seguinte questão.

Em 2010 dizia esta governação que era muito urgente elaborar o plano de ordenamento do espaço marítimo dos Açores.

Recentemente o Governo da República aprovou uma Resolução com o plano de ordenamento do espaço marítimo nacional do continente, da Região Autónoma da Madeira e da plataforma continental estendida.

Pergunto: onde está o plano de ordenamento do espaço marítimo dos Açores, da região portuguesa que tem mais mar à sua volta? Não está ainda concluído.

Apesar de prometido desde 2010, como se diz na referida Resolução, ficou para uma segunda fase.

Consideramos isso uma vergonha! Não há outro termo para classificar esta omissão, uma vergonha!

Uma Região que tem uma enorme zona económica exclusiva, uma Região que reivindica, e bem, mais competências neste domínio, uma Região que reivindica, e bem, um papel mais ativo na gestão e no ordenamento do espaço marítimo, essa Região até hoje não foi capaz de fazer o que lhe compete, em termos de ordenamento do seu espaço marítimo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Secretário Regional, quando estará finalmente concluído este plano, prometido por esta governação desde 2010?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, a política de ciência nos Açores para além de nada fazer para combater a precariedade dos investigadores, apenas tem servido nos últimos anos para a criação de plataformas para a exploração dos nossos recursos sem benefício para os Açores, como parece ser a ideia do Governo para o Centro Internacional das Ciências do Mar.

Há vários anos que a constituição deste Centro como projeto de interesse comum entre o Governo Regional e o Governo da República, está inscrita nos sucessivos orçamentos da Região, sem que o projeto tenha dado qualquer passo significativo, aliás o grupo de trabalho à semelhança de tantos outros grupos de trabalho que foram constituídos com o Governo da República nada produziu que se conheça até agora.

É, pois, hora de se tomar decisões, decidir o que é que se quer para esta instituição.

O BE defende que esse Centro Internacional para as Ciências do mar tenha a forma jurídica no Laboratório de Estado e que a Universidade dos Açores seja envolvida no processo como não tem sido.

Está o Governo Regional disponível para trilhar este caminho ou vai insistir em criar mais uma associação privada, sem fins lucrativos que não é nada mais,

nada menos do que plataforma para exploração dos nossos recursos e que de ciência tem pouco ou nada.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado José Contente, tem a palavra.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros: Ouvindo estas duas intervenções que me precederam dava uma ideia errada de que o Governo Regional dos Açores, não tinha mexido uma palha, em matéria de política do mar e também em política de ciência.

Ora, nada mais errado, nada mais redutor, nada mais circunscrito a um assunto que não demonstra nada em relação àquilo que foi feito, senão vejamos: em matéria de ciência e tecnologia este Governo tem tido um avanço assinalável, reconhecido não pelos açorianos, em primeiro lugar, mas também por eles, mas por todas as instituições e entidades que são parceiras ativas e que não estão aqui pelo facto de nós não fazermos a nossa parte, é exatamente o contrário, foi assim na ESA e é assim em todos os outros projetos do cluster espacial que o Governo dos Açores está desenvolvendo e está desenvolvendo com firmeza negocial, com eficácia e também com investimento.

Por isso é muito redutor vir falar num exemplo querendo fazer uma generalização abusiva de temas tão vastos como são estes da ciência e tecnologia e o mesmo se diga para aquilo que é recorrente no Sr. Deputado Luís Garcia que fala sempre nesse poema como o poema fosse de facto o instrumento mais importante, mas ele tem avançado de acordo com as políticas dos assuntos do mar que não se reduzem só a essa questão do ordenamento, as

políticas de conservação da biodiversidade e dos ecossistemas marinhos que estão articuladas com diretivas comunitárias da água, das aves, dos habitats e da estratégia marinha, que tem implicações setoriais, por exemplo no plano regional, nas alterações climáticas que nós já aqui fizemos aprovar e também no plano de gestão da região hidrográfica dos Açores, para além do que está neste Plano que são as medidas concretas de gestão costeira da biodiversidade e da promoção da política do mar, nomeadamente no âmbito da economia azul e até da Escola do Mar, no Faial.

Portanto, nós estamos muito preocupados e estamos muito empenhados, até em outras frentes que a própria Assembleia neste momento trabalha ao nível da Comissão Eventual da Reforma da Autonomia, para termos uma palavra correta para o futuro dos Açores, mas este Plano também nessas duas áreas é um Plano que pensa e que faz o futuro a pensar naquilo que devemos fazer neste presente. É por isso que nós não concordamos que haja leituras redutoras acerca do papel do Governo dos Açores em matéria de política do mar e em matéria de política de ciência e tecnologia, porque se quiserem os números existem e nós bem sabemos que às vezes há uns quantos que gostam de utilizar os números torturando-os para ver se eles confessam aquilo que lhes dá jeito mas nós temos uma política, como já foi dito aqui várias vezes, onde são as pessoas que estão em primeiro lugar e também as pessoas qualificadas e é por isso que situações como o TERINOV e o NONAGON já têm muitas dezenas de empresas e que já geraram no caso do NONAGON mais de sete milhões de produto de exportações que redundaram efetivamente em lucros dessas empresas qualificadas que existem nesses centros.

Há poucos anos poucos acreditavam que efetivamente essas duas infraestruturas podiam qualificar e até ter rentabilidade. Ela aí está. A nossa diferença pelos vistos, já há muitos anos, é sempre a mesma, nós estamos do lado dos açorianos que acreditam e que têm confiança e os senhores mais uma vez, como se está

notando no tom deste Plenário e da discussão de mais um Plano e Orçamento, e eu devo dizer que já assisti a alguns, estão sempre do lado negativo, estão sempre do lado das nuvens negras, estão sempre a puxar os Açores para baixo, mas nós estamos aqui para puxá-los para cima.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Garcia, o Sr. Deputado vive obcecado com o ordenamento do espaço marítimo desde o primeiro ano desta Legislatura, mas ainda não conseguiu explicar nesta Casa, nem conseguiu explicar aos açorianos que me estão a ouvir, quais foram as atividades, os projetos que não foram implementados ou que tenham tido constrangimentos na sua implementação nos Açores devido à ausência do plano de ordenamento do espaço marítimo. Eu gostava que me listasse alguns exemplos porque se isso é um problema tão grave para o Sr. Deputado, eu gostava que me listasse alguns exemplos que concretizem esta falta do ordenamento do espaço marítimo nesta fase.

Mas deixe-me dizer-lhe outra coisa: de acordo com a Diretiva Comunitária, os planos de ordenamento do espaço marítimo os Estados Membros têm que apresentá-los e finalizá-los até 2021, portanto estamos perfeitamente a tempo da finalização do nosso plano de ordenamento do espaço marítimo.

Também deixe-me dizer-lhe, que eu já disse e repeti várias vezes nesta Casa, que o nosso plano de ordenamento do espaço marítimo vai beber muito àquele que é um projeto que está a ser implementado que é o MarSP, é um projeto Interreg que é liderado pela Universidade dos Açores.

Esse projeto ao longo dos últimos dois anos teve muitas iniciativas, várias workshops e fez um levantamento exaustivo de tudo o que tem a ver com aspetos que são necessários incluir no plano de ordenamento do espaço marítimo.

Posso dizer-lhe que no dia 6 de dezembro será feito o encontro final deste projeto que acaba no final deste ano onde vai ser apresentado um primeiro draft deste plano de ordenamento do espaço marítimo.

Por isso estamos perfeitamente a tempo, isto são matérias que não se fazem de um dia para o outro, tiveram o envolvimento de muitas pessoas, de muitos utilizadores do mar nos vários workshops que houve, nas várias discussões que houve e depois seguir-se-á ainda uma fase de discussão pública.

Portanto, deixe-me clarificar mais uma vez que não há neste momento nenhum constrangimento ao desenvolvimento de atividades ligadas ao mar que estejam a ser postas em causa pela ainda não conclusão deste plano de ordenamento do espaço marítimo.

Em relação à questão levantada pelo Sr. Deputado António Lima. Bom, também é um clássico desta Legislatura e das suas intervenções, a obsessão pelo Centro de Ciências do Mar.

Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe, como também já repeti aqui várias vezes que o Observatório do Atlântico que é o projeto que estamos aqui a falar, é um projeto pré definido no fundo dos EEA Grants, tem neste momento dois milhões de euros disponíveis para a sua implementação, prevê a contratação de alguns recursos humanos, prevê a compra e a aquisição de vários equipamentos, que os Açores não possuem de investigação para investigarem os nossos mares,

equipamentos de certa forma avançados e este projeto já foi apresentado aos financiadores do EEA Grants e neste momento está praticamente fechado e a sua implementação prevê-se que seja feita durante o ano 2020.

Deixe-me dizer-lhe faz alguma confusão em relação ao que é que são associações privadas sem fins lucrativos, etc.

São figuras jurídicas que permitem criar e juntar parcerias de várias instituições que se juntam num projeto para atingirem determinados objetivos, neste caso de investigação do mar e que o veículo e a figura jurídica que se apropria melhor a este tipo de situações, é esta figura jurídica.

Quando fala num centro público de investigação, eu julgo que isso é uma grande desqualificação para a nossa Universidade, para os nossos centros de investigação, que já são instituições públicas que fazem muito boa investigação nos Açores e que já têm elas próprias as suas redes de investigação criadas, o que é necessário é alargar essas redes, ...

Deputado António Lima (BE): Então confirma que não são instituições!

O Orador: ... consolidá-las e apoiá-las para que elas cresçam e para que se produza mais e melhor ciência, mas a partir do que temos e não propriamente a partir de coisas novas que nesta fase, a nosso ver, não se justificam.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Presidente do Governo, tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Garcia, tenho uma pergunta para si: quem é que o senhor acha que deve aprovar o plano de situação relativo ao mar dos Açores?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra.

(*) **Deputado Luis Garcia (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar uma palavrinha ao Sr. Deputado José Contente que disse que o Governo fez tanto neste domínio dos assuntos do mar: 2017 e 2018, 33 milhões de euros inscritos, esgotaram pouco mais de 17 milhões, ou seja, uma execução pouco superior a 50%. O Plano em 2017, nesse programa 13, assuntos do mar, tem uma execução de 33.77%. Penso que está tudo dito sobre os números que o senhor aqui referiu.

Sr. Secretário Regional, se não há constrangimentos relativamente a este Plano, por que é que os senhores o vão fazer? É a questão.

Portanto não sou eu que estou obcecado, os senhores é que disseram em 2010 que era urgente e inclusivamente em 2010, o prazo para a execução desse plano eram 12 meses, doze meses, já passaram mais de 100 meses e o plano ainda não está concluído.

Portanto, o senhor pode dar as explicações que quiser, mas a verdade objetiva é essa, é que a Região Autónoma dos Açores que tem muito mar, ainda não foi capaz de fazer o que lhe compete em termos de ordenamento do espaço marítimo nacional.

Hoje se consultarmos o ordenamento do espaço marítimo nacional, não encontramos o ordenamento do espaço marítimo dos Açores, o que é uma aberração total, como alguém já classificou.

Hoje, se consultarmos a estratégia nacional para o mar feita em 2013 não encontramos a componente relativa aos Açores que o Governo Regional ficou de elaborar, o que é outra aberração.

Portanto, o Governo está tudo bem. E qual é o problema? O problema, entre muitos outros, é este Sr. Secretário: é que a falta destes elementos estruturantes,

não credibilizam a nossa luta por mais competências e por um papel mais ativo nos Açores na gestão do mar.

Nós não podemos pedir mais competências, nós não podemos pedir um papel mais ativo quando não fazemos aquilo que nos compete, quando não fazemos o nosso trabalho de casa e esse é que é o problema, não credibiliza a nossa luta, portanto o senhor leva deste debate um TPC, um trabalho para casa, é fazer rapidamente o plano de ordenamento do espaço marítimo nacional.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Presidente do Governo, quem deve aprovar são os órgãos próprios da nossa autonomia, foi para isso que nós alterámos a designada lei do mar e que o seu Governo lá fora, que o senhor mandou para lá uma proposta e teve dois anos sem resposta, portanto o Governo lá de fora é que ainda não aprovou essa legislação e a Assembleia da República, porque se tivesse aprovado nós já alterámos. Mas não é a aprovação que está em causa, Sr. Presidente, é o conteúdo, é o plano que não existe, vamos primeiro ao plano e depois vamos ver quem é que o aprova.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Garcia, é exatamente o contrário daquilo que o senhor disse, exatamente o contrário.

A questão é esta: primeiro quem aprovou a lei que diz que neste momento se a Região Autónoma dos Açores avançasse com um plano de situação relativo ao ordenamento jurídico foi o Governo do senhor, portanto começa logo por aí.

Se o senhor quer que este Governo Regional viole aquilo que esta Assembleia disse, ou seja, foi esta Assembleia que disse à Assembleia da República que quem devia aprovar o plano de situação eram os órgãos de governo próprio, portanto a alternativa é simples: já, quer dizer que quem aprova é o Governo da República, eu acho que não deve ser!

Já agora se o senhor tem dúvidas por que razão não foi aprovada a proposta desta Assembleia na Assembleia da República, pergunte ao Sr. Deputado António Ventura, que até foi o Relator desta matéria na Assembleia da República.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem será que tinha maioria? Quem fez o agendamento?

Portanto, Sr. Deputado Luís Garcia, muito claramente a questão é esta: se é a Região Autónoma dos Açores, que julgo que nós estamos de acordo, esta Assembleia e o Governo Regional, que devem aprovar aquilo que um plano deve dizer quanto a sítios de proteção e de preservação do meio marinho, distribuição espacial e temporal dos usos das atividades atuais e potenciais, então primeiro é preciso alterar a lei que está na Assembleia da República. Essa lei, proposta desta Assembleia, tem que ser alterada ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Vamos ver se o Ministro do Mar do Faial vai aprovar!

O Orador: ... para que depois sejam os órgãos de governo próprio a dizer qual é que deve ser o plano de situação.

Aquilo que o senhor está a dizer é exatamente o contrário daquilo que esta Assembleia disse, ou seja, que quem deve decidir esta matéria são os Açores e os açorianos.

Sr. Deputado Luís Garcia, todas as críticas são válidas e induzem a reflexão, mas neste caso aquilo que o senhor agora está a dizer é o contrário daquilo que o senhor há alguns meses atrás disse que queria que fosse feito nesta matéria.

Portanto, como disse o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, não é pela ausência de um plano de situação que há atividades que estejam prejudicadas, bem pelo contrário, se nós fizéssemos um plano de situação e o mandássemos para aprovar ao Governo da República, era legítimo perguntarem: mas então qual é a vossa ideia? Ou temos uma proposta da Assembleia a dizer que esse poder deve ser da Região, ou então os senhores querem que sejamos nós a aprovar o plano de situação.

Deste Governo a resposta é clara, quem deve dizer o que se faz no mar dos Açores, são os açorianos ...

Deputado Luis Maurício (PSD): E em 2010?

O Orador: Depois de 2010 ou e 2014 o Governo de V. Ex.^a da República é que aprovou uma lei que diz que não são os Açores e os açorianos a decidir aquilo que se faz no seu mar ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ... e aquilo que esta Assembleia disse foi exatamente o contrário. Portanto, se alguém aqui tem que esclarecer a sua posição, não é o Governo Regional, não são os outros partidos nesta Assembleia, que devem esclarecer a sua posição é o PSD Açores.

Afinal o que é que os senhores querem? Querem um plano de situação aprovado pelo Governo da República, ou querem um plano de situação aprovado pelos órgãos de governo próprio da Região?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Oh Sr. Presidente do Governo, o senhor esqueceu-se de um pormenor. É verdade que o PSD e o CDS aprovaram essa lei, mas com o PS que aprovou essa lei na Assembleia da República, com a sua Ministra Ana Paula Vitorino, o senhor esqueceu-se deste pormenor.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não é verdade!

O Orador: Essa senhora até foi coordenadora de um grupo de trabalho para melhorar a legislação, Sr. Presidente do Governo.

Depois, é verdade que esta legislação foi aprovada, mas já passaram quase cinco anos. O que é que o governozinho do Costa, do seu camarada e amigo de Costa, por que é que não alteraram essa legislação, porquê? O Governo dos Açores enviou para lá uma proposta que nunca teve resposta; ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ... esta Assembleia enviou para lá uma anteposta de lei que ainda não teve resposta.

Deputada Graça Silveira (Independente): E veio aos Açores prometer!

O Orador: E veio aos Açores prometer, é verdade!

Portanto Sr. Presidente, o problema nesta fase não é a questão da aprovação da lei porque aí estamos todos de acordo de quem é que deve aprovar a lei, o problema é que nós não temos plano de ordenamento no nosso espaço marítimo. Este é que é o problema, Sr. Presidente! E nesta fase é isso que está em causa, o senhor, a sua governação, o seu governo foi incapaz, até esta data, de fazer um plano de ordenamento do nosso espaço marítimo e é isso que está em causa.

E quero dizer-lhe mais uma outra coisa, Sr. Presidente: falta-lhe coerência para falar sobre essas matérias, porque isso quando era do governo anterior de Passos Coelho, o senhor rasgava as vestes, dizia que o nosso mar estava à saque, que queriam roubar o mar dos Açores e agora com o governo de Costa, com esses 4 anos que não aprovou a lei desta Assembleia, que não foi ao encontro das reivindicações dos Açores e dos seus órgãos próprios, o senhor esteve caladinho ao lado de António Costa e falta-lhe coerência para falar destas matérias.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Garcia, pelo menos o mesmo respeito e consideração institucional que eu tenho para consigo o senhor vai ter comigo. Eu nunca o mandei ficar caladinho.

Deputado Luis Garcia (PSD): Por acaso já!

O Orador: Não, não mandei!

Em segundo lugar o seguinte: primeiro quem aprova esta lei não é o Governo da República, é a Assembleia da República ...

Deputado Luis Garcia (PSD): Quem tem maioria?

O Orador: ... na qual aliás o seu partido venceu as eleições para a Assembleia da República na anterior legislatura.

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: Venceu as eleições para a Assembleia da República na anterior legislatura!

Sr. Deputado Luís Garcia, o senhor não respondeu à minha pergunta e a pergunta é simples.

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: O senhor quer um plano de situação do mar dos Açores, aprovado já pelo Governo da República, ou quer um plano de situação aprovado pelos órgãos de governo próprio da Região?

A pergunta é tão simples quanto isso.

O senhor quer um plano de situação aprovado já pelo Governo da República, ou quer um plano de situação aprovado pelos órgãos de governo próprio da Região?

A minha resposta e do Governo a que presido é simples.

Deputado Luis Garcia (PSD): Já respondi!

O Orador: Não respondeu.

Este plano deve ser aprovado pelos órgãos de governo próprio, leve um ano, leve dois anos, leve três anos.

Deputado Luis Garcia (PSD): Isso é desculpa!

O Orador: Esse é um poder dos Açores e dos açorianos e tenho muita pena que nesta matéria o senhor prefira atacar o Governo Regional do Partido Socialista do que efetivamente se manter firme na defesa dos interesses dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Luis Garcia (PSD): Não é atacar!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Presidente.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Artur Lima para se inscrever?

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Para uma interpelação

Presidente: Para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Para solicitar um intervalo regimental e 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Considerando o nosso horário, interrompemos os trabalhos por hoje.

Sras. e Srs. Deputados pedia um pouco mais da vossa atenção, um minuto apenas, para que o Sr. Secretário da Mesa possa dar conta dos tempos restantes.

Secretário: O Governo dispõe ainda de 103 minutos e 4 segundos;

O PS dispõe ainda de 148 minutos e 39 segundos;

O PSD dispõe de 82 minutos e 12 segundos;

O CDS-PP dispõe de 39 minutos e 3 segundos;

O BE dispõe de 5 minutos e 58 segundos;

O PCP dispõe de 5 minutos e 8 segundos;

O PPM dispõe de 3 minutos e 55 segundos;

A Sra. Deputada Independente dispõe de 1 minuto e 52 segundos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, até amanhã, regressamos às 10 horas.

Eram 19 horas e 32 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Dionísio Medeiros Faria e **Maia**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Documentos entrados

1 - Projetos de Lei:

Assunto: Estabelece o regime de financiamento permanente do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos transportes públicos – n.º 9/XIV (PCP) - n.º 257/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 11 – 06

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 11 – 26;

Assunto: Regulamenta a atividade de representação profissional de interesses (“LOBBYING”) – n.º 30/XIV (CDS-PP) - n.º 258/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 11 – 06

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2019 – 11 – 26;

Assunto: Estrutura a orgânica e a forma de gestão das Áreas Protegidas – n.º 13/XIV (PCP) - n.º 259/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 11 – 06

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2019 – 11 – 26;

Assunto: Visa o reforço da resistência sísmica dos edifícios – n.º 32/XIV (PEV) - n.º 260/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 11 – 06

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2019 – 11 – 26;

Assunto: Garante o acesso gratuito ao medicamento a utentes com mais de 65 anos, doentes crónicos e famílias com carência económica – **n.º 35/XIV (PCP) - n.º 263/XI-AR**

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 11 – 12

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2019 – 12 – 02;

Assunto: Majoração do subsídio de doença atribuído a doentes graves, crónicos ou oncológicos (sexta alteração do decreto-lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro) – **n.º 59/XIV (BE) - n.º 264/XI-AR**

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 11 – 12

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2019 – 12 – 02;

Assunto: Reforça o subsídio de doença para a tuberculose, doença oncológica e doença crónica (6.ª alteração do Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro) – **n.º 63/XIV (PCP) - n.º 266/XI-AR**

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 11 – 14

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2019 – 12 – 04;

Assunto: Regulamentação do lobbying– n.º 73/XIV (PSD) - n.º 267/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 11 – 19

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2019 – 12 – 09;

Assunto: Consagra as 35 horas como período normal d trabalho no setor privado (16.^a alteração ao código do Trabalho) – n.º 76/XIV (BE) - n.º 268/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 11 – 19

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2019 – 12 – 09;

Assunto: Desincentiva a venda de alimentos com excesso de açúcar, gordura e sal nas máquinas de venda automática em escolas, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março – n.º 80/XIV (PEV) - n.º 269/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 11 – 20

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2019 – 12 – 10;

2 - Projetos de Resolução:

Assunto: Exorta ao Governo que tome as urgentes medidas estruturais necessárias para garantir a sustentabilidade da ADSE – n.º 25/XIV (CH) - n.º 261/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 11 – 11

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2019 – 12 – 02;

Assunto: Simplificação do acesso ao Título de Reconhecimento do Estatuto da Agricultura Familiar e concretização de apoios concretos aos seus titulares – **n.º 26/XIV (PCP) - n.º 262/XI-AR**

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 11 – 11

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 12 – 02;

Assunto: Recomenda ao Governo que atualize a listagem de materiais que contêm amianto nos edifícios, instalações e equipamentos onde se prestam serviços públicos – **n.º 34/XIV (PAN) - n.º 265/XI-AR**

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 11 – 12

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2019 – 12 – 02.

3 – Projetos de Decreto-Legislativo Regional:

Assunto: [Alteração ao Decreto-Legislativo Regional n.º 12/2013/A, de 23 de agosto - Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário – n.º 46/XI](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2019 – 10 – 21

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2019 – 12 – 04;

Assunto: [Regime dos Requerimentos Parlamentares – n.º 47/XI](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2019 – 10 – 28

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2019 – 12 – 16.

4 - Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Plano Regional Anual para 2020 – n.º 50/XI](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 10 – 31

Comissão: CAPAT, CPG, CAS (13/11/019) CE

Data Limite de Parecer: TEM PARECER;

Assunto: [Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2020 – n.º 51/XI](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 10 – 31

Comissão: CAPAT, CPG, CAS (13/11/019) CE

Data Limite de Parecer: TEM PARECER;

Assunto: [Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 9/2012/A, de 20 de março, que estabelece o regime jurídico do acesso e utilização de recursos naturais da Região Autónoma dos Açores para fins científicos – n.º 52/XI](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 11 – 08

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2019 – 12 – 30;

Assunto: [Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 29/2010/A, de 9 de novembro, que aprova o quadro legal da pesca açoriana – n.º 53/XI](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 11 – 08

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 12 – 30;

Assunto: [Regime jurídico do processo de delimitação e desafetação do domínio público na Região Autónoma dos Açores – n.º 54/XI](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 11 – 08

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2019 – 12 – 30.

5 - Projetos de Resolução:

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional a construção urgente de uma nova Escola Básica e Secundária da Povoação - n.º 167/XI](#)

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2019 – 10 – 18

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2019 – 12 – 04;

Assunto: [Construção de um refeitório escolar na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira - n.º 168/XI](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2019 – 10 – 28

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2019 – 12 – 04;

Assunto: [Plano de atuação para apoiar a economia das ilhas das Flores e Corvo na sequência dos estragos provocados pelo furacão Lorenzo - n.º 169/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2019 – 10 – 30

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 12 – 04;

Assunto: [Valor da contratualização das refeições escolares na Região Autónoma dos Açores - n.º 170/XI](#)

Proveniência: Deputada independente – Maria da Graça Silveira

Data de Entrada: 2019 – 11 – 04

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2019 – 12 – 04;

Assunto: [Centro Interpretativo da Base das Lajes - n.º 171/XI](#)

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2019 – 11 – 05

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2019 – 12 – 04;

Assunto: [Cria a Comissão Eventual de Acompanhamento da Reparação dos Prejuízos Causados pelo Furacão “LORENZO” na Região Autónoma dos Açores – n.º 172/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2019 – 11 – 08

Comissão:

Data Limite de Parecer: Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: [Recomenda à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a constituição de um grupo de trabalho para avaliação e acompanhamento do processo de reabilitação das infraestruturas danificadas pela passagem do furacão Lorenzo e acompanhamento do processo de abastecimento de bens e mercadorias às ilhas do grupo ocidental, no âmbito da Comissão Permanente de Economia - n.º 173/XI](#)

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2019 – 11 – 08

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 12 – 16.

6 – Petição:

Assunto: Alteração do Sistema Eleitoral dos Açores- n.º 43/XI

Proveniência: Mário José Amaral Fortuna

Data de Entrada: 2019 – 10 – 14

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Aguarda admissibilidade;

Assunto: Pela uniformização dos horários e das reduções da componente letiva por antiguidade para os docentes da Educação Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico - n.º 44/XI

Proveniência: António José Calado Lucas

Data de Entrada: 2019 – 11 – 18

Comissão: Assuntos Sociais

Aguarda admissibilidade.

7 - Requerimentos:

Assunto: [Assunto: Abastecimento marítimo à ilha das Flores pós-Lorenzo](#)

Autor: João Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2019 – 10 – 17

Referência: 54.04.08 – N.º 749/XI;

Assunto: [Falta de funcionários na Escola Básica António José de Ávila](#)

Autor: João Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2019 – 10 – 18

Referência: 54.04.07 – N.º 750/XI;

Assunto: [Fluxo de passageiros de e para a ilha de Santa Maria, via aérea](#)

Autor: Elisa Sousa (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 10 – 21

Referência: 54.03.01 – N.º 751/XI;

Assunto: [Calendarização das operações de abastecimento marítimo de mercadorias à ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 10 – 21

Referência: 54.07.09 – N.º 752/XI;

Assunto: [Condições de navegabilidade junto do Porto da Casa e de operacionalidade no interior do mesmo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 10 – 21

Referência: 54.07.09 – N.º 753/XI;

Assunto: [Protocolo referente à manutenção e construção dos reservatórios agrícolas na Ilha do Corvo.](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 10 – 21

Referência: 54.07.09 – N.º 754/XI;

Assunto: [Grupo de trabalho responsável pela revisão do subsídio social de mobilidade vigente.](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 10 – 21

Referência: 54.07.00 – N.º 755/XI;

Assunto: [Irregularidade do serviço prestado no âmbito da medicina veterinária pelo Serviço de Desenvolvimento Agrário das Flores e do Corvo.](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 10 – 23

Referência: 54.07.00 – N.º 756/XI;

Assunto: [Operacionalização do projeto ecomuseológico "História da Ocupação do Território" e manutenção e proteção das relheiras do Corvo.](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 10 – 23

Referência: 54.07.09 – N.º 757/XI;

Assunto: [Ecomuseu da Ilha do Corvo.](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 10 – 23

Referência: 54.07.09 – N.º 758/XI;

Assunto: [Abastecimento de mercadorias ao Grupo Ocidental \(Flores e Corvo\).](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2019 – 10 – 23

Referência: 54.06.00 – N.º 759/XI;

Assunto: [Consolidação da arriba do Boqueirão, na Ilha do Corvo.](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 10 – 23

Referência: 54.07.09 – N.º 760/XI;

Assunto: [Imposição de taxas punitivas dos EUA a produtos europeus penaliza gravemente os produtores do Queijo de São Jorge.](#)

Autor: Catarina Cabeceiras (CDS-PP)

Data de Entrada: 2019 – 10 – 23

Referência: 54.01.05 – N.º 761/XI;

Assunto: [Avaliação dos impactos das transmissões televisivas relativas às equipas que recebem apoios por parte da Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo.](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2019 – 10 – 24

Referência: 54.06.00 – N.º 762/XI;

Assunto: [Reabilitação do Lugar do Aeroporto de Santa Maria.](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2019 – 10 – 29

Referência: 54.06.01 – N.º 763/XI;

Assunto: [Recuperação do Castelo da Rocha Negra \(Cedros – Faial\)](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 10 – 29

Referência: 54.03.07 – N.º 764/XI;

Assunto: [Apoio prestado pelo Governo Regional ao projeto Corvo em Movimento.](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 10 – 30

Referência: 54.07.09 – N.º 765/XI;

Assunto: [Obra de reabilitação e beneficiação da estrada entre a Ribeira do Almeida e Aeroporto](#)

Autor: Catarina Cabeceiras (CDS-PP)

Data de Entrada: 2019 – 10 – 31

Referência: 54.01.05 – N.º 766/XI;

Assunto: [Ponto de carregamento para viaturas elétricas na ilha do Corvo e aquisição de uma viatura elétrica para o Serviço de Ambiente do Corvo.](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 11 – 04

Referência: 54.07.09 – N.º 767/XI;

Assunto: [Requalificação e ampliação das redes de abastecimento de água da ilha do Corvo.](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 11 – 04

Referência: 54.07.09 – N.º 768/XI;

Assunto: [Projeto de remodelação e modernização da rede informática da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira.](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 11 – 04

Referência: 54.07.09 – N.º 769/XI;

Assunto: [Projeto para a construção das novas instalações do Serviço de Ambiente e do Parque Natural da ilha do Corvo.](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 11 – 04

Referência: 54.07.09 – N.º 770/XI;

Assunto: [Ações de valorização do queijo artesanal do Corvo.](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 11 – 04

Referência: 54.07.09 – N.º 771/XI;

Assunto: [Projeto de estabilização da arriba adjacente à Vila do Corvo.](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 11 – 04

Referência: 54.07.09 – N.º 772/XI;

Assunto: [Encargos relacionados com o abastecimento das ilhas do Grupo Ocidental na sequência dos estragos ocasionados pela passagem do furacão Lorenzo.](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 11 – 04

Referência: 54.07.00 – N.º 773/XI;

Assunto: [Escola Básica e Integrada de Capelas.](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2019 – 11 – 04

Referência: 54.06.02 – N.º 774/XI;

Assunto: [Fibromialgia.](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2019 – 11 – 05

Referência: 54.06.00 – N.º 775/XI;

Assunto: [Projeto das “Casas Partilhadas.](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 11 – 14

Referência: 54.07.09 – N.º 776/XI;

Assunto: [A reparação da embarcação "Ariel" e o transporte de passageiros entre as ilhas do Corvo e das Flores.](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 11 – 14

Referência: 54.07.00 – N.º 777/XI;

Assunto: [Histórico do transporte marítimo de mercadorias para as ilhas do Grupo Ocidental.](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 11 – 14

Referência: 54.07.00 – N.º 778/XI;

Assunto: [Atividade realizada pela Comissão Coordenadora do Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar - ProSucesso, Açores pela Educação.](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 11 – 18

Referência: 54.07.00 – N.º 779/XI;

Assunto: [Atividade realizada pelo Conselho Científico do Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar.](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 11 – 18

Referência: 54.07.00 – N.º 780/XI;

Assunto: [Recursos utilizados no âmbito do desenvolvimento do ProSucesso.](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 11 – 18

Referência: 54.07.00 – N.º 781/XI;

Assunto: [Avaliação externa do ProSucesso.](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 11 – 18

Referência: 54.07.00 – N.º 782/XI;

Assunto: [Plano de Negócios ou documento de reestruturação apresentado pelo anterior Presidente do Conselho de Administração do Grupo SATA.](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 11 – 18

Referência: 54.07.00 – N.º 783/XI;

Assunto: [Prof DA - Professores qualificados na resolução de dificuldades de aprendizagem.](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 11 – 18

Referência: 54.07.00 – N.º 784/XI;

Assunto: [Programa Mediadores para o Sucesso Escolar.](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 11 – 18

Referência: 54.07.00 – N.º 785/XI;

Assunto: [Programa "Apoio mais - Retenção Zero".](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 11 – 18

Referência: 54.07.00 – N.º 786/XI;

Assunto: [Programa Fénix – Açores.](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 11 – 18

Referência: 54.07.00 – N.º 787/XI;

Assunto: [Ligação Boston-Terceira.](#)

Autora: Maria da Graça Silveira (Independente)

Data de Entrada: 2019 – 11 – 18

Referência: 54.05.03 – N.º 788/XI;

Assunto: [Contratos de publicidade institucional.](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2019 – 11 – 18

Referência: 54.06.00 – N.º 789/XI;

Assunto: [Dívida da SATA às Associações de Bombeiros dos Açores põe salários em risco?](#)

Autores: Carlos Ferreira, João Bruto da Costa, Bruno Belo, António Pedroso e Marco Costa (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 11 – 19

Referência: 54.03.00 – N.º 790/XI;

Assunto: [Escola Básica e Integrada de Calheta.](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2019 – 11 – 19

Referência: 54.06.05 – N.º 791/XI;

Assunto: [Cuidados Continuados.](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2019 – 11 – 19

Referência: 54.06.00 – N.º 792/XI;

Assunto: [Urgência na requalificação costeira da Fajã de S. João.](#)

Autor: Catarina Cabeceiras (CDS-PP)

Data de Entrada: 2019 – 11 – 19

Referência: 54.01.05 – N.º 793/XI;

Assunto: [Escalas técnicas na Aerogare das Lajes.](#)

Autores: Artur Lima e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2019 – 11 – 20

Referência: 54.01.03 – N.º 794/XI.

8 - Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Falta de resposta às crianças surdas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 11 – 21

Referência: 54.06.00 – N.º 739/XI;

Assunto: [Assistentes sociais nas escolas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 10 – 21

Referência: 54.04.00 – N.º 725/XI;

Assunto: [Centro de recolha oficial do Município da Ribeira Grande](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 10 – 30

Referência: 54.02.02 – N.º 735/XI;

Assunto: [Aprovação do licenciamento para construção de um hotel de 580 camas em Vila Franca do Campo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 10 – 30

Referência: 54.03.02 – N.º 634/XI;

Assunto: [Oferta Formativa – Ensino Profissional](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 11 – 04

Referência: 54.03.00 – N.º 746/XI;

Assunto: [Requalificação do caminho da Calheta, na freguesia de Fenais da Ajuda](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 11 – 04

Referência: 54.03.02 – N.º 737/XI;

Assunto: [Resultados obtidos a nível regional, por disciplina, na 1.ª fase dos exames nacionais do ensino secundário de 2019, discriminando os resultados obtidos pelos alunos internos e autopropostos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 11 – 04

Referência: 54.07.00 – N.º 731/XI;

Assunto: [Reparação da grua do porto das Pipas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 11 – 05

Referência: 54.01.03 – N.º 730/XI;

Assunto: [Pavilhão da Escola Básica e Secundária de Santa Maria](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 11 – 05

Referência: 54.03.01 – N.º 726/XI;

Assunto: [O Projeto Corvo Digital deixou de funcionar](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 11 – 08

Referência: 54.07.09 – N.º 733/XI;

Assunto: [Prevenção e prestação de cuidados em saúde mental na Região](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 11 – 08

Referência: 54.06.00 – N.º 702/XI;

Assunto: [Aquisição do Serviço de Transporte Escolar](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 11 – 08

Referência: 54.06.03 – N.º 717/XI;

Assunto: [Falta de funcionários na Escola Básica Integrada António José de Ávila](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 11 – 13

Referência: 54.04.07 – N.º 750/XI;

Assunto: [Pedido de disponibilização dos boletins informativos sobre listas de espera](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 11 – 13

Referência: 54.01.00 – N.º 573/XI;

Assunto: [Reforço de funcionários na Escola Básica Integrada da Horta](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 11 – 13

Referência: 54.03.07 – N.º 748/XI;

Assunto: [Segurança e proteção dos edifícios escolares e dos seus utentes](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 11 – 13

Referência: 54.03.00 – N.º 719/XI;

Assunto: [Docentes de 1.º ciclo com redução horária e/ou para apoio medidas de educação especial e de apoio educativo a quem foram atribuídas turmas de 1.º ciclo de ensino básico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 11 – 18

Referência: 54.06.00 – N.º 740/XI;

Assunto: [Projeto de remodelação e modernização da rede informática da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 11 – 18

Referência: 54.07.09 – N.º 769/XI;

Assunto: [Deslocações do terapeuta da fala à Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 11 – 19

Referência: 54.07.09 – N.º 732/XI;

Assunto: [Protocolo referente à manutenção e construção dos reservatórios agrícolas na ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 11 – 19

Referência: 54.07.09 – N.º 754/XI;

Assunto: [Regulamentação e operacionalidade do Serviço de Suporte Imediato de Vida \(SIV\)](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 11 – 20

Referência: 54.03.00 – N.º 703/XI.

9 - Comunicações/Informações:

Assunto: Envio, por correio eletrónico, de um documento intitulado “*Quando vão combater, verdadeiramente, as desigualdades em Portugal*”.

Proveniência: Lina de Jesus Pereira

Data de Entrada: 2019 – 10 – 15;

Assunto: Ofício a informar a nomeação de Mariana Jorge Correia Magalhães da Mota do cargo de Auxiliar de Secretário do Grupo Parlamentar do CDS-PP, com efeitos a partir de 14 de outubro de 2019, inclusive

Proveniência: Artur Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2019 – 10 – 17;

Assunto: Ofício a informar a nomeação de António Eduardo da Rosa Freitas, Auxiliar de Secretário do Grupo Parlamentar do CDS-PP, com efeitos a partir de 14 de outubro de 2019, inclusive

Proveniência: Artur Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2019 – 10 – 17;

Assunto: Ofício de 28/10/2019, sobre o Património Cultural do Faial

Proveniência: Henrique Melo Barreiros – Presidente da Direção da AAALH

Data de Entrada: 2019 – 10 – 29;

Assunto: Correio eletrónico a remeter o Relatório 11/2019: Evolução orçamental das Administrações Públicas até junho de 2019

Proveniência: Nádía Dinis, Assessora de Comunicação do Conselho de Finanças Públicas

Data de Entrada: 2019 – 10 – 31;

Assunto: Ofício de 30/10/2019, a agradecer o envio da Resolução sobre os Açores e o Quadro Financeiro Plurianual da EU, de 12 de setembro de 2019

Proveniência: Johannes Hahn – Membro da Comissão Europeia

Data de Entrada: 2019 – 10 – 30;

Assunto: Ofício de 29/10/2019, sobre o Combate à Precaridade. Solicitação de Intervenção.

Proveniência: José Augusto Lima Bettencourt Correia - SINTTAV

Data de Entrada: 2019 – 10 – 31;

Assunto: Ofício a informar a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento do Deputado Europeu, Dr. André Jorge Dionísio Bradford

Proveniência: Paulo Manuel Ávila Messias – Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória

Data de Entrada: 2019 – 11 – 05;

Assunto: Ofício a informar que pretende indicar o Dr. Luís Manuel da Silva Rodrigues para a Presidência do Conselho de Administração da SATA

Proveniência: Vasco Alves Cordeiro, Presidente do GRA

Data de Entrada: 2019 – 11 – 14;

Assunto: Ofício a enviar um Voto de Reconhecimento, relativo à resiliência e capacidade de superação face aos prejuízos provocados pelo furacão “Lorenzo”

Proveniência: José Leonardo Silva – Presidente da Câmara Municipal da Horta

Data de Entrada: 2019 – 11 – 15.

10 - Relatórios:

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 34/XI – “Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência na Região Autónoma dos Açores”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2019 – 10 – 25;

Assunto: [Sobre a Petição n.º 40/XI – “Para que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores \(ALRA\) delibere no sentido de dar instruções ao Governo Regional dos Açores para nomear, com carácter de urgência, uma Comissão de Gestão da SATA \(CGS\)”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 11 – 05;

Assunto: [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 46/XI – “Aprova a organização e funcionamento do instituto de alimentação e mercados agrícolas, IPRA”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 11 – 05;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 132/XI – “Recomenda ao Governo Regional que desenvolva as medidas necessárias para assegurar a utilização da Baía da Barra, em Santa Cruz da Graciosa, criando condições para as atividades ligadas à náutica de recreio”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 11 – 05;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 30/XI – “Segunda alteração ao DLR n.º 19/2013/A, de 17 de outubro, alterado pelo DLR n.º 5/2016/A, de 24 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores – FUNDOPESCA”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 11 – 05;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 35/XI – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2013/A, de 17 de outubro, que estabelece o regime jurídico do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores - FUNDOPESCA”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 11 – 05;

Assunto: [Sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 50/XI - Plano Regional Anual para 2020 e n.º 51/XI - Orçamento da Região para 2020](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 11 – 14;

Assunto: [Sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 50/XI - Plano Regional Anual para 2020 e n.º 51/XI - Orçamento da Região para 2020](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 11 – 14;

Assunto: [Sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 50/XI - Plano Regional Anual para 2020 e n.º 51/XI - Orçamento da Região para 2020](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2019 – 11 – 18;

Assunto: [Sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 50/XI - Plano Regional Anual para 2020 e n.º 51/XI - Orçamento da Região para 2020](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 11 – 21;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 152/XI – Criação de um Núcleo Museológico na Praia da Vitória](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2019 – 11 – 22;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 155/XI – Recomenda ao Governo Regional que transfira para o espólio do Ecomuseu da Ilha do Corvo os dois](#)

exemplares empalhados do boi - raça anã da Ilha do Corvo que integram atualmente a coleção de História Natural do Museu Carlos Machado

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2019 – 11 – 22;

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 156/XI – Recomenda ao Governo Regional que crie, no âmbito do Ecomuseu da Ilha do Corvo, uma Casa Etnográfica dotada de uma coleção de bens culturais móveis representativa da cultura tradicional e popular da ilha do Corvo

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2019 – 11 – 22;

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 157/XI – Pagamentos em atraso a efetuar no âmbito da deslocação de utentes do Serviço Regional de Saúde

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2019 – 11 – 22;

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 158/XI – Implementação de uma Rede de Creches e da CATL entre as freguesias de São Bartolomeu e Altares, no concelho de Angra do Heroísmo

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2019 – 11 – 22;

11 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários da Assembleia n.ºs 107, 108 e 109.

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários da Assembleia n.ºs 104, 105 e 106.

Transcrição efetuada por, Noélia Fraga e Sara Azevedo